



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde
CEPEDES/ENSP/FIOCRUZ

Relatório Técnico

O desastre tecnológico envolvendo derramamento de petróleo no Brasil – Diagnóstico preliminar sobre lições apreendidas e perspectivas futuras para o setor saúde

Maria Cristina Mitsuko Peres, Pesquisadora

Carlos Machado de Freitas, Coordenação

Rio de Janeiro

2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	5
2.1. Efeitos negativos nos territórios	9
3. GESTÃO DE RISCO E DESASTRES EM SAÚDE PÚBLICA	13
4. MÉTODO	17
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
5.1. Secretarias Estaduais de Saúde	18
5.1.1. Primeiras demandas de Saúde em Nível Estadual.....	18
5.1.2. Ações de Saúde Realizadas.....	19
5.1.3. Articulação das medidas de saúde.....	20
5.1.4. Atores envolvidos	20
5.1.5. Realização de Cadastramento	21
5.1.6. Impacto na Saúde Mental	22
5.1.7. Ações para manejo da Saúde Mental	23
5.1.8. Impacto na Segurança Alimentar.....	24
5.1.9. Ações para manejo da segurança alimentar.....	26
5.1.10. Estratégias de comunicação.....	28
5.1.11. Pontos fortes da atuação estadual	30
5.1.12. Pontos e questões que consideram que devem ser aprimorados para melhorar as ações e organização do setor saúde nesse tipo de desastre	33
5.1.13. Lições Apreendidas.....	35
5.1.14. Cenários futuros.....	38
5.2. Secretarias Municipais de Saúde	41
5.2.1. Primeiras demandas de Saúde identificadas em nível municipal.....	41
5.2.2. Ações de Saúde desenvolvidas em nível municipal	43
5.2.3. Como as ações de saúde foram organizadas	44
5.2.4. Atores envolvidos e como se articularam para o manejo do desastre	45
5.2.5. Cadastramento das populações expostas em nível municipal	46
5.2.6. Impacto na Saúde Mental e ações desenvolvidas.....	47

5.2.7.	Impactos na Segurança alimentar e medidas tomadas em nível municipal	48
5.2.8.	Estratégias de comunicação.....	49
5.2.9.	Pontos fortes da atuação em nível municipal	49
5.2.10.	Questões a serem aprimoradas	51
5.2.11.	Lições aprendidas no que se refere às ações e organização do setor saúde	58
5.2.12.	Cenários futuros em relação a esse desastre e o que deve ser feito diante dos mesmos	66
5.3.	Comunidades afetadas	74
5.3.1.	A chegada do petróleo cru nas comunidades.....	74
5.3.2.	Como a comunidade se organizou	79
5.3.3.	Que atores foram envolvidos e como se articularam para atuarem na situação do derramamento de petróleo	86
5.3.4.	Casos de pessoas que apresentaram sintomas ou problemas de saúde relacionados com a exposição ao petróleo cru e o que foi feito a partir disso	90
5.3.5.	Como as manchas de petróleo cru comprometeram as condições de vida e trabalho da comunidade.....	98
5.3.6.	Como isso pode ter afetado ou estar afetando a saúde da comunidade	108
5.3.7.	Quais foram as informações e orientações que receberam sobre esse desastre. E se houve alguma estratégia de mobilização e treinamento por parte dos órgãos públicos	116
5.3.8.	Pontos fortes e o que consideram que deram certo para lidar com o desastre	123
5.3.9.	Questões que precisam ser aprimoradas e que ficaram mais evidentes partir dessa experiência	126
5.3.10.	A situação atual das ações de saúde frente às comunidades afetadas e atingidas e o que vem sendo feito.....	134
5.3.11.	Perspectivas futuras.....	139
6.	CONCLUSÃO	150
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	154
	ANEXO 1 - RELATORIA DO SEMINÁRIO DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO E IMPACTOS NA SAÚDE	156

1. INTRODUÇÃO

O desastre tecnológico do derramamento de petróleo cru ocorreu no segundo semestre de 2019, atingiu 11 Estados no Sudeste e Nordeste do Brasil: Maranhão, Ceará, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Este foi considerado o maior desastre brasileiro envolvendo derramamento de petróleo no país e um dos maiores do mundo em termos extensão territorial, desafiando a sociedade na busca de identificação de suas possíveis causas, bem como de ações de proteção e cuidados à saúde e ao meio ambiente. Diante da magnitude do desastre, houve dificuldades para uma ação coordenada de resposta envolvendo as diferentes instituições envolvidas e nos diferentes níveis de governo, com cada ator buscando agir de acordo com os instrumentos que lhes eram disponíveis na época. Neste contexto, as respostas também ocorreram de maneira desigual.

A Saúde Pública tem responsabilidade na redução dos riscos e impactos das emergências e dos desastres dessa natureza, considerando que este tipo de evento promove cenários de riscos que exigem pronto fortalecimento das capacidades de vigilância em saúde (sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador) e de atenção e cuidados à saúde (atenção primária em saúde, urgências e emergências, atenção hospitalar) de forma integral, principalmente, às populações mais diretamente atingidas. Isto exige tanto a participação de todo o sistema de saúde em seus diferentes níveis administrativos (municipal, regional, estadual e federal), como a mais ampla colaboração intersetorial e participação da sociedade, em particular dos movimentos e representações dos grupos e populações mais vulneráveis com base nos princípios do SUS de Universalidade, Integralidade e Equidade.

Esse trabalho é uma realização do Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (CEPEDES), com apoio da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz e das unidades da Fiocruz na Bahia, em Pernambuco, no Ceará e no Piauí. Também contou com apoio do Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública, da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde. A partir da Sala de Situação do Petróleo, instituída na Fiocruz foi considerada a necessidade de um levantamento para identificar o conjunto de ações e mobilizações realizadas nos diferentes estados atingidos. O objetivo desse documento é apresentar o Relatório Técnico “O desastre tecnológico envolvendo derramamento de petróleo no Brasil – Diagnóstico preliminar

sobre lições apreendidas e perspectivas futuras para o setor saúde”, como forma de sistematizar os esforços empreendidos pelos atores do setor saúde e pelas comunidades afetadas, nos Estados e municípios mais diretamente afetados. Além disso, sistematiza e sintetiza os debates ocorridos no Seminário sobre “Derramamento de petróleo e seus impactos na saúde”, realizado na Fiocruz Bahia, nos dias 11 e 12 de dezembro de 2019, envolvendo a SUVISA/SESAB, UFBA e FIOCRUZ na organização.

Inicialmente iremos apresentar a análise da atuação e resposta do setor saúde nos primeiros 6 meses do derramamento de petróleo cru que atingiu a costa nordeste brasileira. Pretende-se contribuir tanto para o debate atual sobre a gestão de riscos deste desastre nacional, como também fornecer elementos para fortalecimento da preparação e resposta para eventos futuros, fornecendo subsídios às capacidades de preparação, prontidão e respostas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) em relação aos desastres tecnológicos e emergências em saúde pública.

Esse documento é fruto do esforço de diversos atores, não apenas aos que nomeados apresentaram participação direta nas iniciativas de resposta e remediação do derramamento de Petróleo, como também daqueles que estiveram mais diretamente expostos e atuaram de forma informal na resposta desse desastre.

Esse levantamento poderá fornecer subsídios para a melhor preparação e resposta de eventos futuros. Devemos aprender com os eventos e os múltiplos cenários de exposição e risco que se impõe. Nesse sentido é importante ressaltar que esse trabalho é fruto do esforço de uma rede de atores compostos por profissionais de saúde, trabalhadores, comunidades, pesquisadores, técnicos que apoiaram todo esse roteiro, e aqui temos que agradecer a disponibilidade e participação. Sem o acolhimento e comprometimento em contribuir para esse levantamento, ele não aconteceria e não teríamos a oportunidade de refletir sobre nossos cenários futuros com maior responsabilidade e informação.

Como forma de sistematizar os esforços empreendidos pelos atores do setor saúde e pelas comunidades afetadas, esse relatório apresenta os resultados de entrevistas que foram realizadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2020 nos Estados e municípios mais diretamente afetados. Com o posicionamento das Secretarias Estaduais, Municipais e comunidades, o presente relatório visa também sistematizar os principais achados de outros pesquisadores que atuaram no evento, além apresentar a relatoria do Seminário de avaliação dos impactos após 6 meses de sua ocorrência, que ocorreu em

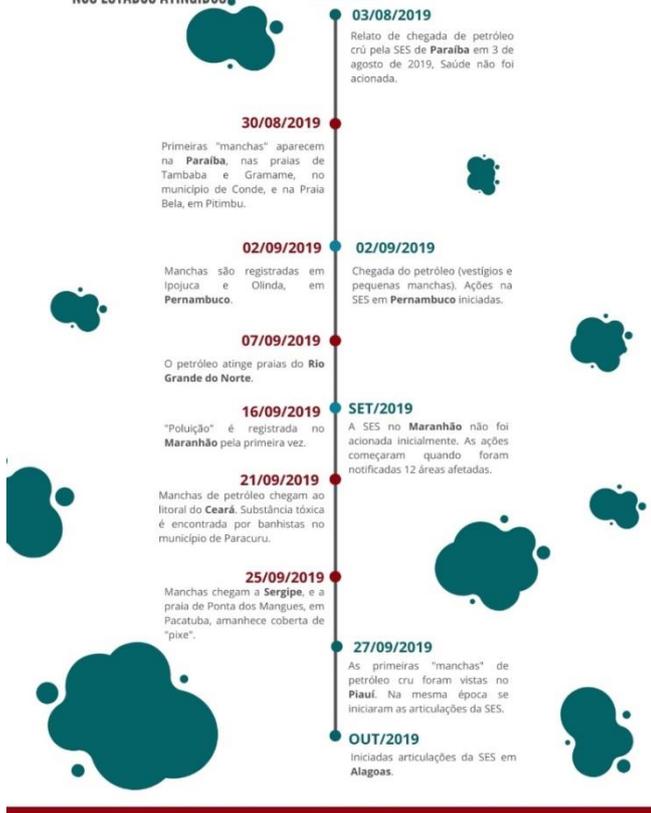
dezembro de 2019, na cidade de Salvador e contou com a participação direta da Fiocruz para sua realização e que se encontra como anexo ao final desse documento.

PROJETO		
LIÇÕES DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO		
PLANEJAMENTO DO ROTEIRO		
MA//SÃO LUIS 12/01 (D)- ENTREVISTA CHEGADA*9:15 13/01 (S)- ENTREVISTA 14/01 (T)-PARTIDA- 19:15	PI//TERESINA 14/01 (T)- CHEGADA*20:10 16/01 (Q)-LUIS CORREA 17/01(S) - ENTREVISTA PARTIDA*11:55	CE//FORTALEZA 17/01(S)- CHEGADA *13H 18/01(S) - ENTREVISTA 20/01(S)- PARTIDA*3H
RN//NATAL 20/01(S)- CHEGADA*4H 21/01(T)- ENTREVISTA 22/01(Q)PARTIDA*18H	PE//RECIFE 22/01(Q)- CHEGADA*20H 23/01(Q)-ENTREVISTA 24/01(S)-ENTREVISTA PARTIDA*11:45	PB//JOÃO PESSOA 24/01(S)- ENTREVISTA CHEGADA*13H 25/01(S)- ENTREVISTA 26/01(D)-ENTREVISTA PARTIDA*07:20
AL//MACEIÓ 26/01(D)- ENTREVISTA CHEGADA*10H 27/01(S)- ENTREVISTA 28/01(T)- ENTREVISTA PARTIDA*17:55	SE//ARACAJÚ 29/01(Q)-CHEGADA *0:55 30/01(Q)- ENTREVISTA 31/01(S)-PARTIDA*05H- RIO	BA//SALVADOR 03/02(S)-CHEGADA 0:20* 04/02(T)-ENTREVISTA 05/02(Q)- ENTREVISTA 06/02(Q)-PARTIDA *05:50
ES-VITÓRIA 06/02(Q)- CHEGADA *10:50 ENTREVISTAS 07/02(S)-SÃO MATEUS 07/02(S)- PARTIDA *18:20 (RIO)	RELATÓRIO FEVEREIRO	INICIO DA PANDEMIA POR COVID-19



**LINHA DO TEMPO
A CHEGADA DO PETRÓLEO CRU E O
INÍCIO DAS AÇÕES DO SETOR SAÚDE
NOS ESTADOS ATINGIDOS.**

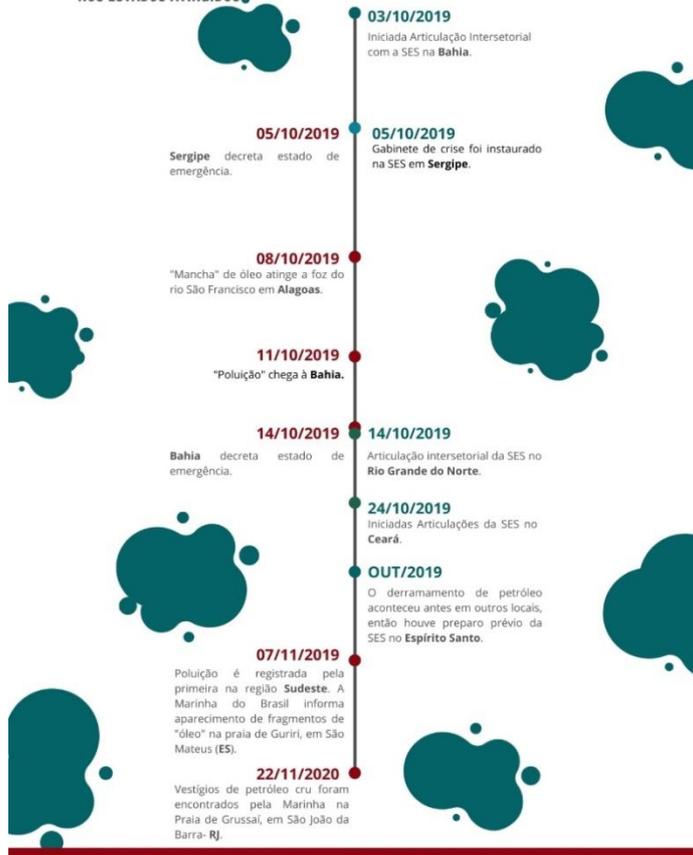
O derramamento de petróleo cru ao longo da costa brasileira aconteceu de maneira gradual com diferentes quantidades e características nos 11 Estados afetados, a linha do tempo apresentada foi formulada de acordo com os resultados das entrevistas com as Secretarias Estaduais de Saúde e informações oficiais do Ministério Público Federal, Marinha do Brasil e Ibama.





**LINHA DO TEMPO
A CHEGADA DO PETRÓLEO CRU E O
INÍCIO DAS AÇÕES DO SETOR SAÚDE
NOS ESTADOS ATINGIDOS.**

O derramamento de petróleo cru ao longo da costa brasileira aconteceu de maneira gradual com diferentes quantidades e características nos 11 Estados afetados, a linha do tempo apresentada foi formulada de acordo com os resultados das entrevistas com as Secretarias Estaduais de Saúde e informações oficiais do Ministério Público Federal, Marinha do Brasil e Ibama.



2. CONTEXTUALIZAÇÃO

No dia 3 de agosto, ocorreu o vazamento de mais de 1.000 toneladas de petróleo cru, atingindo 11 Estados, 130 municípios e 1009 localidades (IBAMA-Emergência Ambiental, NMI-CE, Data de Elaboração: Data: 19/3/2020) que foram afetadas de maneira desigual ao longo de aproximadamente 2.200 quilômetros da costa brasileira. Se configurando assim como maior desastre ambiental em extensão já ocorrido em nosso país, de acordo com Ação Civil Pública de número 0805579-61.2019.4.05.8500 registrada pelo MPF.

Os primeiros esforços de resposta foram praticados pelos integrantes das comunidades locais primeiramente afetados. Inicialmente, as ações para contenção e mitigação do evento envolveram comunitários não propriamente capacitados para tal. Essa população envolveu pescadores, barraqueiros, marisqueiras, donos de pousada e ONGs que atuaram de prontidão na contenção e limpeza do petróleo e a população mais afetada e exposta diretamente ao petróleo. Sem qualquer instrução, apoio ou preparo os comunitários coletaram uma grande quantidade de petróleo cru no mar e nas areias na tentativa de proteger a vida marinha, os manguezais e sua própria subsistência, sem o uso de qualquer Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Em muitas localidades a ausência de orientação para o correto armazenamento do material tóxico gerou focos secundários de exposição e risco. Sem que houvesse orientação de qualquer autoridade, de maneira a reduzir os danos costeiros, parte do material coletado foi depositado diretamente no solo e gerou contaminação e exposição secundária. Esses cenários de risco ampliaram a exposição a um rol populacional envolvendo ainda mais pessoas, a um território mais amplo e com alteração da temporalidade, considerando que compostos tóxicos podem ter sido liberados na atmosfera e a lixiviação no solo pode ter afetado o lençol freático na região.

Se observarmos as datas de chegada do petróleo até o início das ações das Secretarias Estaduais de Saúde é possível compreender que uma parcela muito grande da população foi exposta nas atividades de limpeza das praias e as mesmas nem sempre estavam conscientes dos riscos à saúde humana a que estavam em exposição naquele período.

Em nível Federal a resposta se iniciou no dia 29 de outubro de 2019 com a ativação do Comitê Operacional de Emergências e que tinha como objetivo monitorar os efeitos a saúde da população potencialmente exposta ao derramamento de petróleo cru no litoral da região Nordeste e apoiar as ações desenvolvidas pelas respectivas Secretarias de Saúde dos estados e municípios afetados, de forma articulada intra e intersectorialmente.

De acordo com o Decreto nº 8.127/2013, que institui o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, altera o Decreto nº 4.871, de 6 de novembro de 2003, e o Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002, e dá outras providências. As competências do Ministério da Saúde (MS) são:

- mobilizar o Sistema Único de Saúde SUS, para atuar em apoio às ações de prevenção, preparação e resposta;
- apoiar o Comitê Executivo e o Grupo de Acompanhamento e Avaliação na proposição de diretrizes para a implementação do PNC, quanto aos aspectos de prevenção, preparação e resposta;
- apoiar o Comitê Executivo e o Grupo de Acompanhamento e Avaliação na definição dos componentes do Sisnóleo necessários à execução de ações de prevenção, preparação e resposta;
- orientar e apoiar as esferas de gestão do SUS na definição, execução, avaliação e monitoramento das ações de prevenção, preparação e resposta.

Pelo MS foram lançados quatro Boletins epidemiológicos tratando sobre o manejo do derramamento de petróleo cru, os boletins 29, 32, 33 e 34, os quais tratam sobre governança; efeitos à saúde; avaliação de risco RSI (2005); recomendações de saúde para a população geral, voluntários e profissionais de saúde; ações do MS; dúvidas frequentes legislações e responsáveis que serviram como fonte de informação em um cenário de grandes incertezas.

É importante compreender que apesar de o desastre ter se iniciado em agosto de 2019 o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas

sob Jurisdição Nacional só foi formalizado pelo Ministro do Meio Ambiente 41 dias depois do desastre, e várias de suas resoluções foram insuficientes. Segundo Araújo et al. (2020), as informações oficiais, principalmente do Governo Federal, foram superficiais e praticamente ignoram as recomendações dos especialistas no assunto. E uma ação integrada entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Saúde esteve aquém do necessário para também envolver de modo colaborativo os processos em nível Estadual e Municipal.

No nível municipal da gestão em saúde – Secretarias de Saúde - a resposta foi bastante diversificada e baseada em muitos momentos no empirismo. Com uma coordenação que se deu a partir de videoconferências realizadas em conjunto com as SES dos estados afetados, o próprio Ministério da Saúde teve que enfrentar diversas dificuldades no que se refere à comunicação e ao acesso de informações sobre a origem do desastre e os meios de enfrentamento ao mesmo.

A atuação das Secretarias Estaduais de Saúde também se deu de maneira tardia e em atividades de organização e coordenação para identificar o que poderia ser feito, então naquele primeiro momento, o trabalho de remoção das manchas de petróleo cru foi feito principalmente por pescadores, marisqueiras, voluntários, garis sem a SMS necessariamente orientar a ação no sentido de medidas protetivas de saúde; organizar a vigilância ambiental e epidemiológica dos expostos; organizar a atenção em saúde para atendimento e cuidados dos casos de intoxicações agudas e acompanhamento de médio e longo prazo dos mais diretamente e intensamente expostos e só pode contar com o apoio dos militares para a remoção do produto após a organização que aconteceu em nível Federal.

No que tange ao cenário de subnotificações e dificuldade de acesso aos serviços de saúde da população afetada deve-se destacar também a capacidade de garantir a vigilância ambiental e epidemiológica dos expostos, informações contempladas nos boletins epidemiológicos, mas que demandariam um maior preparo da atuação da vigilância em saúde no momento da chegada do petróleo, quando grandes quantidades de voluntários se dirigiram ao mar sem o uso de quaisquer equipamentos de proteção individual onde não foi oportunizada a identificação e notificação de agravos.

2.1. Efeitos negativos nos territórios

De acordo com Ramalho (2020) os efeitos negativos apresentaram-se a partir do seguinte cenário: Os pescados de estuários, manguezais e rios foram os mais afetados em suas comercializações, com uma queda que chegou, no mínimo, a 78% (casos dos peixes tainhas e espadas) e a 100% (marisco, sururu, ostra). Contudo, isso não significa que os pescados de alto mar ficaram isentos, porque a queda alcançou uma média de, no mínimo, 75% das vendas.

Segundo Ramalho (2020) o trabalho feminino tornou-se o mais atingido, pois suas espécies alvo (marisco, ostra e sururu) situam-se em áreas estuarinas e são capturados essencialmente pelas mulheres (menos o caranguejo e os aludidos peixes). A saber, seus produtos eram os mais rejeitados pelo comércio, devido ao maior potencial de contaminação (acreditavam). Suas vendas tiveram um recuo que chegou a, no mínimo, 92%; A economia pesqueira parou em praticamente todas as comunidades, repercutindo não só no cotidiano de homens e mulheres que pescam, mas também na vida dos atravessadores, pequenos comerciantes e peixarias; Quando houve comercialização, ela se deu com a diminuição considerável dos preços. Então, constatamos que, ao longo do litoral, 1 kg de marisco, que custava, em média, R\$ 20,00 a 25,00, chegou a ser vendido por R\$ 5,00, R\$ 8,00 e, no máximo, R\$ 10,00. Peixes como cioba e cavala foram vendidos, nas comunidades locais, a R\$ 10,00 e, no máximo, R\$ 15,00, quando custavam de R\$ 25,00 a 30,00 o quilo.

Ainda segundo Ramalho (2020), a drástica redução (quando não paralisação) na venda dos pescados produziu efeitos imediatos sobre as comunidades pesqueiras, de acordo com os próprios trabalhadores(as) das águas: o produto da pesca restringiu-se, exclusivamente, ao alimento das famílias de marisqueiras e pescadores, independentemente se eles estavam ou não contaminados; houve impossibilidade de compra de itens básicos como feijão, arroz, macarrão, botijão de gás, café, pão, etc., comprometendo a própria dieta e, conseqüentemente, a segurança alimentar das famílias pesqueiras; as dificuldades geradas pelas manchas de petróleo acarretaram atrasos e inadimplências nos pagamentos de contas (energia, roupas, água, eletrodomésticos, aluguéis, etc.) numa época em que se tinha maior movimentação financeira (do final de ano até o período da Páscoa, há um aquecimento na economia pesqueira); os comerciantes de pescados também relataram dificuldades similares, especialmente os

pequenos atravessadores. “Tudo foi aperreio, agonia grande, pois o dinheiro não circulava. É que ninguém comprava e ninguém vendia”.

De acordo com Ribeiro (2012) trabalhadores que trabalharam na limpeza do óleo cru podem ser afetados de duas formas: pelos efeitos tóxicos do óleo e pelas lesões e machucados durante a operação. As operações de limpeza são fisicamente muito trabalhosas, e os trabalhadores reclamam de dores costas e nas pernas relacionadas às longas horas trabalhadas em atividades repetitivas de dobrar as costas e de se abaixar. Equipamentos de proteção, como roupas, luvas, máscaras e óculos e educação para segurança podem prevenir sintomas agudos nas atividades de limpeza, e a falta deles está associada a efeitos adversos à saúde (Sim, Jo & Song, 2010). Além de em trabalhadores da limpeza, serem persistentes os sintomas respiratórios e efeitos adversos na respiração, danos nos cromossomas foram registrados em estudos de Rodríguez-Trigo et al. (2010).

O despejo de óleo no mar também pode causar efeitos sobre a saúde humana. Nos expostos, no curto prazo geram dores de cabeça, irritação na garganta, coceira nos olhos, cansaço, tontura, náusea, febre, irritação na pele como dermatite, machucados e ferimentos. Já os efeitos de longo prazo estão associados danos genotóxicos por consumo de frutos do mar contaminados, anormalidades endócrinas, possíveis impactos no sistema reprodutivo e efeitos adversos no sistema respiratório. (RIBEIRO, 2012)

Quanto aos efeitos carcinogênicos dos vários hidrocarbonetos do petróleo, geralmente são atribuídos aos hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (PAHs). A inalação e a exposição dérmica ao óleo têm sido associadas a câncer de pele e do escroto. Para as pessoas envolvidas na limpeza de pássaros, sem luvas, a exposição dérmica ao óleo por períodos diários inteiros pode levar a níveis de exposição bastante elevados, que poderiam resultar em risco de desenvolvimento de câncer de pele, no futuro, além de outros problemas dermatológicos reversíveis, como irritação, secura, rachaduras, acne, dermatite e hiperqueratose no corpo e irritação dos olhos (Aguilera, Mendes, Pásaro & Laffon, 2010; Baars et al., 2002).

Após o desastre com petróleo no Golfo do México, foi detectado risco de câncer associado com hidrocarbonetos policíclicos aromáticos nos frutos do mar – 53% das amostras de camarão estavam com níveis acima dos níveis de preocupação da Food and Drug Administration para mulheres grávidas consumidoras de frutos do mar (Rot-kin-Ellman, Wong & Solomon, 2012).

Mapear os riscos que esses grupos de pessoas estiveram e estão expostos a curto, médio e longo prazo é uma tarefa básica para que possamos identificar que recursos estão disponíveis e quais ainda teremos que desenvolver para garantia de acompanhamento em caso de agravos relacionados ao avanço da intoxicação pela via alimentar, ou por reações mutagênicas desencadeadas pelo primeiro contato na limpeza das praias, manguezais e estuários.

A falta de uma coordenação mais delimitada para o cadastramento dessas populações afetadas dificulta também a capacidade do Estado em responder as necessidades reais de saúde dos diferentes grupos populacionais expostos, frente às futuras demandas de saúde que poderão fazer parte ainda das consequências desse desastre.

De forma geral em muitos relatos a questão do silenciamento das pautas colocadas nas assembleias pelas comunidades afetadas também coadunam com a experiência relatada por Amanda Northcross, que trouxe o debate sobre o Racismo ambiental e suas facetas evidenciadas também no desastre do Golfo do México e que ela apresentou no Seminário de avaliação de Seis meses do Derramamento de petróleo, que ocorreu na Bahia no ano de 2019, exposto em relatoria ao final deste documento.

O silenciamento que gera apagamento do sofrimento da parcela da população que ficou em situação de maior vulnerabilidade, no caso os pescadores e marisqueiras, que não estavam apenas passando fome, mas também presenciaram a intoxicação do mar que tem grande papel na subsistência, significância de pertencimento e produção de vida. Ser proibido de pescar, não ter condições de alimentar os próprios filhos, não poder exercer seus rituais de ancestralidade, bem como outras formas de convívio com o mar por conta do derramamento de petróleo foi oneroso para as comunidades e significou prejuízos de outras e diversas ordens para a saúde e o bem estar das mesmas.

A queda na venda de pescados, a insegurança alimentar causada pelo peixe pescado em área contaminada, não ter nenhum diálogo com a comunidade no sentido de realizar testagem dos pescados com transparência, a falta de garantia de acompanhamento após exposição não apenas de quem trabalhou nas praias, mas das inúmeras famílias de pescadores e marisqueiras que ficaram sem estrutura mínima e estão consumindo pescados potencialmente contaminados foi e é uma demanda urgente a ser trabalhada no sentido de apoio e vigilância.

Mais desafiador do que alcançar o acompanhamento dessa população a ser investigada é compreender que em uma boa parte das vilas de pescadores o serviço público de saúde nem sempre conta com médicos ou profissionais qualificados para atender as demandas em tempo hábil. O relato nas entrevistas é de marcações com meses de espera ou mesmo nos casos de atendimento passam ainda pela avaliação sobre serem afetados ou não, se devem ser notificados ou não. O que gera um processo cansativo para os usuários que já se sentem negligenciados normalmente.

Para além das dificuldades aqui citadas, é importante contextualizar que todo esse desastre se deu em meio a uma crise de financiamento no SUS e em meio a uma sobrecarga dos profissionais da Atenção Primária em Saúde e da ausência de estrutura laboratorial para realização das testagens e acompanhamentos que seriam recomendados em um momento como esse e com diversos entraves na comunicação de risco por uma apreensão geral acerca dos impactos econômicos que estavam sendo gerados com a potencial queda do turismo e a divulgação na mídia dos impactos à saúde humana aos quais os turistas também estariam expostos.

Nesse sentido, as ações apresentadas neste relatório foram as ações possíveis de serem executadas, a partir do conhecimento que os profissionais tinham acesso e de linhas gerais que puderam ser traçadas com o apoio do Ministério da Saúde e dos diversos atores que se envolveram na resposta e preparação desse desastre. Sendo assim, os achados podem servir como aprendizado para que novas ações se desenvolvam e a população seja acessada de maneira planejada e mais preparada com relação às demandas desse desastre e dos próximos, caso aconteçam.

3. GESTÃO DE RISCO E DESASTRES EM SAÚDE PÚBLICA

De acordo com o glossário das definições básicas sobre redução do risco de desastres, produzido pela Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (EIRD), um desastre se constitui através de um evento que ocasione a interrupção grave do funcionamento de uma comunidade ou sociedade. Essa interrupção envolve, simultaneamente, perdas materiais e econômicas, assim como danos ambientais e à saúde das populações, através de agravos e doenças que podem resultar em óbitos imediatos e posteriores. (EIRD, [S.I.]; NARVÁEZ L. et al., 2009).

Para que um evento se constitua em um desastre, é necessário que combine ameaças (naturais e/ou tecnológicas), exposição, condições de vulnerabilidade e insuficiente capacidade de respostas (medidas para reduzir as consequências negativas e potenciais do risco) (Narváez, Lavell e Ortega, 2009).

O desastre tecnológico do derramamento de petróleo cru ocorreu no segundo semestre de 2019, atingiu 11 Estados no Sudeste e Nordeste do Brasil: Maranhão, Ceará, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Este foi considerado o maior desastre brasileiro envolvendo derramamento de petróleo no país e um dos maiores do mundo em termos de extensão territorial, desafiando a sociedade na busca de identificação de suas possíveis causas, bem como de ações de proteção e cuidados à saúde e ao meio ambiente.

Esse evento, Segundo o art. 1o. da Resolução 001/86 do CONAMA, por envolver “alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem: (I) a saúde, a segurança e o bem-estar da população; (II) as atividades sociais e econômicas; (III) a biota; (IV) as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; (V) a qualidade dos recursos ambientais”, deve ser inicialmente reconhecido como uma emergência ambiental.

Desastres tecnológicos são caracterizados como eventos que podem causar, direta ou indiretamente, danos ao meio ambiente, à economia e à saúde da população. Estes eventos resultam de falhas ocorridas em suas diferentes etapas (extração, produção,

transporte, armazenamento e descarte) com resultado em liberação de produtos perigosos à saúde e grandes impactos locais e regionais sobre o meio ambiente.

Ao terem suas origens nos processos de extração, produção, transporte, armazenamento e descarte, os desastres de origem tecnológica são também acidentes de trabalho. Acidentes de trabalho são caracterizados pelo potencial de causar impactos para além das áreas produtivas e aos trabalhadores mais diretamente envolvidos no processo, mas também pelo potencial de causar danos ao meio ambiente e expor um número não estimado de pessoas aos riscos de efeitos à saúde, desde traumas e doenças a óbitos.

Ao mesmo tempo, ao sobrepujarem as capacidades de respostas dos órgãos públicos e das localidades mais diretamente atingidas constituem-se também como “desastres”.

Para se compreender esse desastre e seu significado no âmbito da Saúde Pública, é necessário se considerar três consequências, combinadas ou não entre si: (i) interrupção do funcionamento normal do cotidiano local ou regional, envolvendo perdas e prejuízos (materiais e culturais, econômicos e ambientais), bem como ampliação dos riscos, doenças e óbitos; (ii) sobrecarga das capacidades institucionais locais ou estaduais, superior a sua capacidade de atuação com uso de seus próprios recursos; e (iii) alteração dos contextos de produção de riscos e doenças, entre características preexistentes e novas, criados após o evento, resultando em uma sobreposição de condições de risco e danos ambientais e humanos nos territórios e populações afetados, possíveis de se prolongar por meses e anos.

Nesse desastre, diferente de outros desastres tecnológicos que geram grande número de óbitos e traumas em curto prazo tem uma realidade de potencial mudança na dinâmica da cadeia trófica por contaminação de biomas que serviam como base de subsistência de comunidades tradicionais. O que impõe a necessidade de grandes esforços de monitoramento e vigilância em saúde para identificação de possíveis agravos que se desenvolverão ao longo dos anos, tanto para avaliação da vida marinha, que pode apresentar mudanças a partir da bioacumulação e gerar aumento de risco de doenças na população afetada, pelo consumo, mas também deve ter estrutura para acompanhamento e tratamento de agravos relacionados à exposição ao petróleo cru. Nesse desastre, diferente de outros desastres tecnológicos que geram um grande número de óbitos e traumas em curto prazo, traz como característica os vários mecanismos de

contaminação ambiental e exposição humana, gerando riscos no curto, médio e longo prazos.

De acordo com Carmo e Teixeira (2020), sobre a emergência envolvendo o derramamento de petróleo cru no Brasil, tendo em vista as características do produto ao qual milhares de pessoas foram expostas, que é constituído de uma mistura complexa de hidrocarbonetos, associada a componentes extremamente tóxicos como benzeno, tolueno e xileno, deve-se considerar o risco de ocorrência de efeitos crônicos, especialmente em grupos populacionais mais vulneráveis (gestantes, idosos e crianças), conforme já descrito em estudos sobre os efeitos dos desastres relacionados a derramamento de petróleo, de grandes dimensões, ocorridos em outros países (Golfo do México em 2010 e Alasca, Estados Unidos, em 1989), dos quais destacam-se os efeitos teratogênicos, neurológicos, carcinogênicos, psicológicos, entre outros.

Entretanto, uma estimativa mais precisa desse risco é de difícil mensuração no atual momento e depende de uma série de fatores, como a composição específica do óleo, eventuais modificações que ocorrem nesses produtos devido à exposição às condições atmosféricas e marítimas, a interação com outros elementos, o tempo de permanência do óleo no ambiente, as características e o período de tempo da exposição das populações, entre outros.(Carmo e Teixeira, 2020).

Reconhecer suas implicações; torna mandatória a adoção de prudência e monitoramento constante, principalmente quando existe a ausência de conhecimento específico dos danos ocasionados. O que impõe a necessidade de grandes esforços de monitoramento e vigilância em saúde para identificação de possíveis agravos que se desenvolverão ao longo dos próximos anos. Seja na avaliação dos impactos ambientais, que podem apresentar importantes fontes de emissões de contaminantes e geração de risco de doenças nas populações que se utilizam dos recursos ecossistêmicos para a sua sobrevivência e modo de vida. Necessitando a estruturação de estratégias de monitoramento e vigilância além de atenção em saúde para o tratamento de agravos relacionados à exposição ao petróleo cru.

Pensando nos profissionais da Saúde Pública, é fundamental, no médio prazo, aprender com esses eventos e desenvolver formas de prevenção, respostas imediatas, reabilitação e recuperação da saúde; e, no longo prazo, apoiar a reconstrução das condições de vida desses territórios, tendo como marco e referência o direito à saúde e

sua relação com os direitos sociais e ambientais. (Freitas CM, Barcellos C, Heller L, Luz ZMP, 2019)

Sendo assim, o presente documento servirá como instrumento para um diagnóstico dos achados e lições apreendidas no derramamento de petróleo em uma perspectiva de gestão de riscos em desastres, tendo como prerrogativa uma produção comprometida com as vulnerabilidades apresentadas e com as capacidades de resposta identificadas ao longo dessa Emergência em Saúde Pública.

4. MÉTODO

Para sistematizar os esforços empreendidos pelos atores do setor saúde e pelas comunidades afetadas, realizou-se um levantamento nos meses de janeiro e fevereiro de 2020 em 10 estados afetados (Maranhão, Piauí, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Espírito Santo). Realizou-se visita técnica em mais de 36 municípios, foram 10 Secretarias Estaduais de Saúde envolvidas, 16 Secretarias Municipais de Saúde, além de 17 entrevistas com representações de comunidades afetadas.

A proposta do levantamento foi discutida e aprovada na Sala de Situação do Petróleo da Fiocruz, como forma de caracterizar a resposta do setor saúde e indicar caminhos para o apoio institucional frente a esse desastre tecnológico e o aumento crescente da vulnerabilidade das comunidades expostas.

Como instrumento de coleta foi elaborado um roteiro semiestruturado a partir de integrantes do CEPEDES e com o apoio da equipe técnica do Ministério da Saúde com perguntas sobre a gestão do desastre, por exemplo, as informações sobre atividades desenvolvidas, realização de cadastramento de expostos, atores envolvidos no processo, identificação de demandas de saúde mental, identificação de agravos relacionados a segurança nutricional, comunicação, bem como lições apreendidas e pontos a serem aprimorados. Para as comunidades também foi introduzida pergunta sobre a identificação de ações de saúde na comunidade, bem como as perspectivas futuras frente ao desastre.

A partir de um roteiro semiestruturado de entrevistas individuais e em grupo, totalizando 43 entrevistas, com um tempo médio estimado de 1h30. As entrevistas foram transcritas e sistematizadas como forma de identificar as ações desenvolvidas e questões que desafiaram a atuação frente ao derramamento de petróleo.

As respostas às questões abertas das entrevistas com as Secretarias Estaduais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde se encontram sistematizados em tabelas, ou listagens organizadas de acordo com as temáticas abordadas nas entrevistas, e apesar de haverem trechos de entrevistas em todo o documento, os respondentes não são identificados, no caso as identificações são genéricas e representam apenas os grupos acessados para que o discurso tenha sentido de acordo com sua ocupação e território.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. Secretarias Estaduais de Saúde

5.1.1. Primeiras demandas de Saúde identificadas pelas SES em Nível Estadual

Na **tabela 1. Primeiras demandas de Saúde identificadas pelas SES em nível estadual**, pode-se observar que cada Secretaria Estadual de Saúde teve diferentes prioridades de atuação frente ao desastre em um primeiro momento. Entre as ações desenvolvidas temos o Acionamento de Vigilâncias (*AL, CE, PI*), atividades de Atenção a saúde (*AL*), ações de Educação permanente e educação continuada (*AL, BA, RN*), atividades relacionadas a informação (*AL, PB, RN, ES*), atendimento de casos notificados (*BA, PE*), articulação com atores envolvidos (*CE, PB, RN*), realização de treinamentos para voluntários (*PI*), estabelecimento de situação de emergência (*SE*), atividades de coordenação (*RN*) e atividades de prevenção (*ES*), no *Maranhão* a saúde não foi incluída na resposta ao desastre e teve dificuldades de atuação.

Tabela 1. Primeiras demandas de saúde identificadas pelas SES em Nível estadual

	AL	BA	CE	PI	SE	MA	PE	PB	RN	ES
Acionamento de Vigilâncias										
Atenção a saúde										
Educação permanente/continuada										
Informação										
Atendimento de casos notificados										
Articulação com atores envolvidos										
Treinamento de voluntários										
Estabelecimento de Situação de emergência										
Saúde não foi incluída										
Coordenação										
Prevenção										

É importante identificar que todas as ações desenvolvidas têm grande importância no processo de gestão de desastres e emergências em saúde pública de acordo com o “Health Emergency and Disaster Risk Management Framework” da OMS, é relevante

também considerar se as ações foram desenvolvidas de maneira coordenada e articulada para atendimento das demandas que se seguiriam ao longo de todo o desastre.

5.1.2. Ações de Saúde Realizadas

Como apresentado pela **Tabela 2** entre as ações de saúde realizadas pelas Secretarias Estaduais de Saúde temos atividades de coordenação desenvolvidas em *Alagoas* e *Bahia*, ativação de COE (*BA, CE, SE, MA, PE, RN, ES*), articulação intersetorial (*AL, BA, CE, SE, PE, PB, RN, ES*), produção de materiais informativos (*AL, BA, SE, PE*), articulação intrasetorial (*AL, BA, CE, SE, PE, RN, ES*), acionamento de Vigilância Sanitária (*AL, BA, CE, PI, SE, PE, PB, RN*), capacitação e ações de educação permanente e educação continuada (*AL, BA, CE, PI, SE, PE, PB, RN, ES*).

Tabela 2. Ações de saúde realizadas

	AL	BA	CE	PI	SE	MA	PE	PB	RN	ES
Coordenação										
Ativação de COE										
Articulação intersetorial										
Produção de materiais informativos										
Articulação intrasetorial										
Acionamento de Vigilância Sanitária										
Capacitação e ações de educação permanente e continuada										
Emissão de nota informativa e nota técnica										
Treinamento de voluntários										
Aplicação de questionários/formulários										
Formulação de fluxo de atendimento										
Articulação com CEREST para acionamento e acompanhamento de municípios afetados										
Articulação com academia e pesquisadores										

Todas as secretarias estaduais emitiram nota informativa e nota técnica, houve treinamento de voluntários em Sergipe e no Rio Grande do Norte, foram aplicados questionários e formulários (*AL, BA, SE, PE*), todos os estados com exceção do Maranhão formularam um fluxo de atendimento para pessoas expostas ao petróleo,

houve articulação com o CEREST para acionamento e acompanhamento de municípios afetados na Bahia, em Pernambuco e na Paraíba e houve articulação entre a academia e pescadores nos estados da Bahia, Ceará, Sergipe e Pernambuco, de acordo com os entrevistados.

5.1.3. Articulação das medidas de saúde

Como apresentado pela **tabela 3**, todas as Secretarias Estaduais de Saúde se articularam internamente para a tomada de decisões, porém nem todas destacaram suas participações nas reuniões do Ministério da Saúde (*AL, BA, CE, MA, PE, ES*), ou articulação com órgãos públicos estaduais e federais (*AL, BA, CE, SE, RN, ES*).

Tabela 3. Como as ações de saúde foram articuladas

	AL	BA	CE	PI	SE	MA	PE	PB	RN	ES
Articulação com órgãos públicos estaduais e federais										
Reuniões com ministério da saúde										
Articulação com as diversas frentes da SES										

5.1.4. Atores envolvidos

Como explicitado pela **tabela 4**. Apesar de terem apresentado diferentes graus de interação com os atores envolvidos nas atividades de resposta do desastre, todas as secretarias reconhecem os atores envolvidos nas atividades de limpeza das praias e relevantes como atuantes no enfrentamento ao derramamento de petróleo. Nesse sentido, foram reconhecidos como atores nesse processo: IBAMA, Marinha, ICMBio, Voluntários, ONGs, Universidades, comunidades afetadas, empresas de limpeza terceirizadas e a nível intersetorial foram identificadas: Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Vigidesastres, Saúde do Trabalhador, Atenção Primária, Emergência, Ciatox e Vigilância ambiental.

Tabela 4. Atores envolvidos/ articulação intra e intersetorial

	AL	BA	CE	PI	SE	MA	PE	PB	RN	ES
Ibama, Marinha, ICMBio, Bombeiros, Voluntários, ONGs, Universidades, comunidades afetadas, empresas de limpeza terceirizadas										
Vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, Vigidesastres, Saúde do trabalhador, Atenção Primária, Emergência, Ciatox, vigilância ambiental										

5.1.5. Realização de Cadastramento

Como apresentado pela **tabela 5**, sobre o cadastramento de populações afetadas, voluntários e pessoas que trabalham na limpeza, é possível identificar que apesar de sete estados (*AL, BA, CE, PI, SE, PE, RN*) terem afirmado a aplicação de questionários para a realização de cadastramento de comunidades afetadas, apenas três *SES (BA, CE, PE)* tiveram acesso a esses cadastramentos efetivamente, em quatro Estados (*BA, CE, RN, ES*) esse registro foi feito pela Marinha, houve solicitação de levantamento de populações afetadas, voluntários e pessoas que trabalham na limpeza pela Atenção Básica a partir dos estados *Bahia, Ceará e Pernambuco* e a Secretaria Estadual solicitou cadastramento sem retorno nos Estados de *Alagoas e Rio Grande do Norte*.

Tabela 5. Cadastramento de populações afetadas, voluntários, pessoas que trabalham na limpeza

	AL	BA	CE	PI	SE	MA	PE	PB	RN	ES
Secretaria solicitou cadastramento, mas não houve retorno										
Há o cadastramento de voluntários e atingidos										
Solicitação de levantamento pela Atenção Básica										
Não houve levantamento										
Aplicação de questionários para realização de cadastramento										
Cadastramento feito pela marinha										

5.1.6. Impacto na Saúde Mental

No que tange o impacto na Saúde Mental, como é apresentado pela **tabela 6**, em *Alagoas* e no *Rio Grande do Norte* foram identificados casos de sofrimento pela perda da renda, foram identificados muitos impactos no Estado da *Bahia* e do *Sergipe*, o impacto pela queda na venda de pescados também foi identificado no *Ceará*, no *Piauí* houve relato de sofrimento por comunidades de pescadores pela angústia de não ter informações sobre a confiabilidade dos pescados e pela interdição de algumas praias. E no *Espírito Santo* o impacto acabou se sobrepondo aos danos causados por desastres prévios na região, como a contaminação do Rio Doce, após o rompimento de Barragem em Mariana que atingiu municípios também no *Espírito Santo*. Pode-se observar que em três dos 10 estados entrevistados (*MA, PE, PB*) foi afirmado que não foram identificados impactos na saúde mental da população afetada.

Tabela 6. Impacto na Saúde Mental

	AL	BA	CE	PI	SE	MA	PE	PB	RN	ES
Não foram identificados impactos										
Sofrimento pela perda de renda										
Foram identificados muitos impactos										
Relato da SES de sofrimento por comunidades de pescadores pela angústia de não ter informações sobre a confiabilidade dos pescados, pela interdição de algumas praias.										
Impacto por sobreposição de desastres										
Impacto pela queda da venda de pescados										

5.1.7. Ações para manejo da Saúde Mental

Acerca das ações instituídas para manejo da Saúde Mental, como apresentado pela **tabela 7**, na *Bahia*, foi produzido um protocolo de atenção aos afetados pelo derramamento de petróleo que contempla a questão da saúde mental, em Sergipe e *Pernambuco* foi realizada sensibilização das equipes sobre a importância da temática. No *Rio Grande do Norte* houve a formulação de um projeto para manejo da saúde mental das comunidades afetadas e no *Espírito Santo*, pela capacitação da rede frente a desastres anteriores, a rede já estava ativa e em contato com as comunidades que foram afetadas posteriormente também pelo derramamento de petróleo. Foi observado que metade dos Estados afetados pelo derramamento de petróleo não organizaram ações para o manejo da saúde mental da comunidade afetada, sendo eles: *Alagoas, Ceará, Piauí, Maranhão e Paraíba*.

Tabela 7. Ações para manejo da Saúde Mental

	AL	BA	CE	PI	SE	MA	PE	PB	RN	ES
Não houveram ações										
Protocolo que contempla saúde mental										
Sensibilização das equipes sobre a questão da saúde mental										
Formulação de projeto para manejo de saúde mental										
Ações de saúde mental que já estavam sendo aplicadas por conta da existência de desastres prévios na região										

5.1.8. Impacto na Segurança Alimentar

Com relação ao impacto na segurança alimentar, representado pela **tabela 8**, na *Bahia* a segurança alimentar e a seguridade social foram identificadas como afetadas pelo derramamento de petróleo cru, nos estados *Ceará*, *Piauí*, *Sergipe* e *Espírito Santo* houve identificação pelas SES de queda na venda de pescados, no *Piauí* surgiram dúvidas sobre a segurança do consumo de água, no *Sergipe* houve identificação de uma espécie de pescado como contaminada com níveis tóxicos de substâncias presentes no petróleo. Há relato da SES de preocupação do conjunto de trabalhadores que vivem do mar com relação a segurança alimentar para própria subsistência nos estados *Sergipe* e *Rio Grande do Norte* e foi relatada preocupação com a segurança alimentar pelas SES da *Paraíba* e *Espírito Santo*. É possível observar que nos Estados *Alagoas*, *Maranhão* e *Pernambuco* não foram identificadas demandas com relação a segurança alimentar pelas Secretarias Estaduais de Saúde.

Tabela 8. Impacto na segurança alimentar

	AL	BA	CE	PI	SE	MA	PE	PB	RN	ES
Não foram identificadas demandas com relação a segurança alimentar										
Segurança alimentar afetada										
Segurança social afetada										
Diminuição na venda de pescados										
Dúvidas com relação a segurança da água										
Uma espécie de pescado foi identificada como contaminada com níveis tóxicos de substâncias presentes no petróleo.										
Preocupação do conjunto de trabalhadores que vivem do mar com relação a segurança alimentar para própria subsistência.										
Preocupação com a segurança alimentar										

5.1.9. Ações para manejo da segurança alimentar

Com relação as ações para manejo da segurança alimentar, explicitadas na **tabela 9**: em *Alagoas* foram dadas orientações para o monitoramento do comércio pela Vigilância Sanitária, na *Paraíba* a avaliação de pescados foi centralizada pela vigilância sanitária, de acordo com a SES da *Bahia* mesmo com a realização de ações, o dano ambiental e a crise social foram maiores do que a capacidade de resposta, no *Ceará* apesar da elaboração de projeto feita pela academia para testagem dos pescados, não houve aprovação para que essa testagem acontecesse, no *Piauí* a SES fez parcerias com a universidades para testagem de água e a análises de pescados, no *Sergipe* além de ser instituída a proibição de pesca em alto mar, foi realizado acionamento da Secretaria de Assistência Social, além das ações da vigilância sanitária, as notas informativas e orientações dadas à população, sendo a última ação citada também aplicada no *Rio Grande do Norte*. No *Maranhão* e no *Espírito Santo* não foram realizadas ações relacionadas a segurança alimentar, em *Pernambuco* os órgãos responsáveis pelas análises foram as Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura, e a saúde seguiu as orientações desses órgãos.



Tabela 9. Ações com relação a segurança alimentar

	AL	BA	CE	PI	SE	MA	PE	PB	RN	ES
Orientação para o monitoramento do comércio pela Vigilância Sanitária.										
Mesmo com a realização de ações, a extensão do dano ambiental e a crise social foram maiores do que a capacidade de resposta.										
Projeto elaborado pela academia para testagem dos pescados, porém não foi aprovado para que houvesse testagem.										
a SES fez parcerias com a universidades para testagem de água e a análises de pescados.										
Houve proibição de pesca em alto mar.										
Acionamento da Secretaria de Assistência Social.										
Além das ações da vigilância sanitária, as notas informativas e orientações dadas à população.										
Não houveram ações										
Os órgãos responsáveis pelas análises foram as Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura, e a saúde seguiu as orientações desses órgãos.										
Avaliação de pescados pela vigilância sanitária nos municípios										

5.1.10. Estratégias de comunicação e diálogo

Entre as estratégias de comunicação utilizadas, apresentadas na tabela 10, podemos perceber que os principais meios para articular as medidas de prevenção, atenção e vigilância frente ao desastre foram as videoconferências com o Ministério da Saúde (*Todos os Estados entrevistados*); realização de videoconferências internas (*todos, com exceção do Maranhão*); emails (*todos, com exceção do Ceará*); a produção de notas técnicas foram citadas pelas secretarias de *Alagoas, Bahia, Sergipe, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Espírito Santo*; seis Estados (*AL, BA, PI, SE, PE, RN*) fizeram visitas in loco nas áreas afetadas, apenas a *Bahia* e o *Sergipe* citaram o acompanhamento e participação de audiências e participação em reunião com representação de pescadores e marisqueiras para levantamento de necessidades; fortalecimento de linha telefônica de esclarecimento do CIATOX para equipe técnica e criação de uma linha para orientação à população.

Tabela 10. Estratégias de comunicação utilizadas para articular as medidas de prevenção, atenção e vigilância frente ao desastre

	AL	BA	CE	PI	SE	MA	PE	PB	RN	ES
Contato telefônico										
e-mails										
notas técnicas										
visitas in loco nas áreas afetadas.										
Whatsapp										
Vídeoconferências										
Acompanhamento e participação de audiências										
Reunião com representação de pescadores e marisqueiras para levantamento de necessidades;										
Realização de podcasts sobre o manejo dos pescados frente ao derramamento de petróleo;										
Gravação de webpalestra da Nota Técnica pelo TeleSaúde (coordenado pela Diretoria de Atenção Básica, SESAB, Fundação Estatal de Saúde da Família);										

Webpalestra de apresentação do protocolo;									
Fortalecimento de linha telefônica de esclarecimento do CIATOX para equipe técnica e criação de uma linha para orientação à população;									
Formulação de folhetos, cartões e cartazes com orientação e importância da avaliação de saúde que foram divulgados de maneira virtual e física;									
Participação em Webconferências com todos os Estados e Ministério da Saúde;									
Reunião com participantes dos COSEMS para sensibilização sobre importância do acompanhamento e resgate das demandas que não foram inicialmente identificadas									
Intervenção local em municípios com contextualização sobre a atuação frente ao derramamento de petróleo e apresentação do protocolo e fortalecimento dos COE Saúde locais, orientação sobre importância do estabelecimento de Planos de Ação locais.									
Formação de banco de voluntários treinados									
Treinamento									
Entrevistas na mídia									
Link do FormSUS para cadastramento de pessoas expostas para cadastramento da população exposta									
Acionamento dos vigidesastres locais									
Sensibilização das regionais									

A *Bahia* foi o único estado que realizou podcasts sobre o manejo dos pescados frente ao derramamento de petróleo; gravação de webpalestra da Nota Técnica pelo TeleSaúde; realização de Webpalestra de apresentação do protocolo; reunião com participantes dos COSEMS para sensibilização sobre importância do acompanhamento e resgate das demandas que não foram inicialmente identificadas, além disso houve a formulação de folhetos, cartões e cartazes com orientação e importância da avaliação de saúde que foram divulgados de maneira virtual e física, realizada pelos estados *Bahia*,

Sergipe e Pernambuco; nos estados *Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte* também foi realizada intervenção local em municípios com contextualização sobre a atuação frente ao derramamento de petróleo e apresentação do protocolo e fortalecimento dos COE Saúde locais, orientação sobre importância do estabelecimento de Planos de Ação locais.

No *Rio Grande do Norte* foi formado um banco de voluntários treinados; porém foi citada a realização de treinamento por quatro Estados (*PI, SE, PE, RN*); a SES do *Sergipe* foi a única que afirmou ter dado entrevistas na mídia; e o único estado que relata ter acionado os vigidesastres locais foi o *Espírito Santo*; além disso também houve sensibilização das regionais na *Bahia* e em *Pernambuco*.

5.1.11. Pontos fortes da atuação estadual

Sobre os pontos fortes da atuação frente ao derramamento de petróleo, representados pela **tabela 11**, a Secretaria Estadual de Saúde da *Bahia* citou a articulação intrasetorial; comprometimento das equipes; disponibilidade dos técnicos para trabalhar no Protocolo; capacidade de construção coletiva que está gerando uma boa atuação; boa organização dos municípios que já tinham formação prévia frente sobre desastres e mostraram capacidade de atuação frente ao derramamento de petróleo.

Tabela 11. Pontos fortes

Pontos fortes	AL	BA	CE	PI	SE	MA	PE	PB	RN	ES
Não há										
Articulação intrasetorial;										
Articulação intersetorial										
Comprometimento das equipes;										
Envolvimento das regionais;										
Disponibilidade dos técnicos para trabalhar no Protocolo;										
Capacidade de construção coletiva que está gerando uma boa atuação;										
Boa organização dos municípios que já tinham formação prévia frente sobre desastres e mostraram capacidade de atuação frente ao derramamento de petróleo.										
Comunicação com os municípios										
Participação da saúde no Gabinete de Crise desde o início;										



Rapidez para elaboração de notas técnicas;										
Vídeoconferências do MS										
A comunicação nos grupos de whatsapp										
A partir de encontros presenciais houve compartilhamento das experiências, foram compartilhadas estratégias e foi possível entender a gravidade do que estava acontecendo á partir do relato de outros Estados										
Criação de um novo fluxo para notificações (instituição da notificação imediata dos casos de intoxicação exógena);										
Criação de instrumentais adaptados ao contexto (instrumento de investigação, instrutivo para notificação das intoxicações por petróleo, informes semanais)										
Agilidade na tomada de decisões										
Equipe de campo capacitada (que haviam realizado o EpiSUS fundamental, formação prévia de equipe de campo treinada para desastres provocados por chuvas);										
Houve organização da SES de acordo com a agenda										
Reuniões semanais geraram uma ação coesa										
Facilidade de articulação dos setores da Vigilância;										
Ter os materiais produzidos pelos outros Estados disponibilizados;										
Ter um levantamento prévio das informações pela experiência do Nordeste;										
Treinamento prévio das equipes para a chegada do Petróleo;										
Estabelecimento de COE Saúde;										
Há uma grande ocorrência de desastres no local, então há a percepção de que o Estado tem uma boa resposta frente às ocorrências porque há um treinamento e uma participação e preparação para o manejo de desastres.										

As SES de *Ceará e Piauí* citaram a Articulação intersetorial como pontos fortes, além dos estados *Sergipe, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte*; o envolvimento com as regionais foi levantado como positivo pelas SES da *Bahia* e de *Pernambuco*; a comunicação com os municípios foi citada como positiva pelas SES de *Sergipe, Maranhão e Pernambuco*; a participação da saúde no Gabinete de Crise desde o início foi citada apenas por *Sergipe*; o *Maranhão* citou a rapidez para elaboração de notas técnicas; a comunicação nos grupos de whatsapp e valorizou também os encontros presenciais, porque a partir deles houve compartilhamento das experiências, foram compartilhadas estratégias e foi possível entender a gravidade do que estava acontecendo a partir do relato de outros Estados.

A realização de videoconferências do MS foi vista como um ponto forte pelo *Maranhão* e pela SES de *Pernambuco*, que além desse ponto também identificou a criação de um novo fluxo para notificações (instituição da notificação imediata dos casos de intoxicação exógena); a criação de instrumentais adaptados ao contexto (instrumento de investigação, instrutivo para notificação das intoxicações por petróleo, informes semanais), a agilidade na tomada de decisões; a existência de equipe de campo capacitada (que haviam realizado o EpiSUS fundamental, formação prévia de equipe de campo treinada para desastres provocados por chuvas); na *Paraíba* a SES também citou a organização da SES de acordo com a agenda e afirmou que a realização de reuniões semanais geraram uma ação coesa.

A SES do *Espírito Santo* citou como pontos fortes a facilidade de articulação dos setores da Vigilância; ter os materiais produzidos pelos outros Estados disponibilizados; ter um levantamento prévio das informações pela experiência do Nordeste; realização de treinamento prévio das equipes para a chegada do Petróleo; estabelecimento de COE Saúde; além de terem afirmado haver uma grande ocorrência de desastres no local, então há a percepção de que o Estado tem uma boa resposta frente às ocorrências porque há um treinamento e uma participação e preparação para o manejo de desastres. A SES de *Alagoas* não identificou nenhum ponto positivo.

5.1.12. Pontos e questões que consideram que devem ser aprimorados para melhorar as ações e organização do setor saúde nesse tipo de desastre

- Retorno em tempo hábil de informações importantes pelos órgãos superiores, a exemplo da ANVISA e MS; *(Relatado por duas SES)*
- Melhor articulação entre as ações e atividades desenvolvidas no nível Estadual e Municipal. *(Relatado por duas SES)*
- É necessário institucionalizar a participação da saúde em qualquer processo de desastre; *(Relatado por duas SES)*
- Capacidade e tomada de decisão política do ponto de vista da comunicação á população e ao público geral de forma transparente e agil, para além da comunicação de risco; *(Relatado por uma SES)*
- Nós críticos do SUS: composição, quantitativo e qualitativo das equipes que formam o SUS tanto a nível estadual e municipal; *(Relatado por uma SES)*
- Falta de financiamento da Política de Atenção Básica, questão dos NASFs que perderam o financiamento completamente; *(Relatado por uma SES)*
- Falta de recursos materiais; *(Relatado por duas SES)*
- Falta de laboratórios com capacidade de realização de exames toxicológicos adequados em tempo oportuno; *(Relatado por três SES)*
- Falta de informação sobre a composição desse petróleo, além de falta de transparência em todo o processo do desastre; *(Relatado por três SES)*
- Liberação de recursos para realização das análises desses produtos que podem estar contaminados, porque não aconteceu e há muita burocracia e isso deveria ter sido feito em tempo hábil; *(Relatado por três SES)*
- Falta de um plano de contingência estadual para desastres; *(Relatado por três SES)*
- Manter uma vigilância sensível, organizada e referenciada; *(Relatado por uma SES)*
- É muito importante ter RH e financiamento para desastres no Estado; *(Relatado por duas SES)*
- Integração dos órgãos com os municípios; *(Relatado por uma SES)*



- Necessário haver a Formação de um protocolo de atuação da saúde para desastres envolvendo derramamento de petróleo; *(Relatado por quatro SES)*
- A presença de petróleo “pixe” é uma realidade nos locais onde há exploração de petróleo. É necessária uma vigilância melhor; *(Relatado por duas SES)*
- A interlocução Ministerial também foi deficiente, porque houveram poucas informações disponíveis e boa parte das informações e recomendações surgiram da experiência de outros municípios como em *Pernambuco, Bahia*. Por exemplo, nem todas as experiências com uso de EPI foram bem sucedidas e até a data da entrevista não havia nenhuma recomendação oficial sobre que EPI’s deveriam ser usados; *(Relatado por duas SES)*
- A maior parte das informações que a SES recebeu foi em grupos de Whatsapp pelos contatos do Nordeste, não tinha tanta informação que vinha diretamente do COE para o COE Saúde. *(Relatado por uma SES)*
- Necessária maior interação com os entes Federais, porque quem está na base precisa respeitar a questão da jurisdição. E as ações só puderam acontecer de maneira mais articulada depois que técnicos da secretaria conseguiram informações extraoficiais após muito esforço para terem acesso às mesmas. O GAA tinha secretarias que deram apoio, mas a saúde não foi incluída nesse processo. Mesmo com a tentativa dos técnicos. Não se sabia qual é o papel do Estado (SES) dentro do plano de contingência; *(Relatado por uma SES)*
- O subsídio não aconteceu adequadamente, não houve contratação emergencial de profissionais, convênios com universidades; *(Relatado por uma SES)*
- Dificuldade de comunicação com os municípios pela distância física mesmo com a existência das regionais; *(Relatado por uma SES)*
- Questão política também dificulta na comunicação porque municípios que tem uma linha política diferente da linha estadual não dão abertura para as informações necessárias no processo; *(Relatado por uma SES)*
- Dificuldades na caracterização dos diferentes cenários de exposição; Considerando a situação inusitada, o tempo de resposta na estruturação de algumas ações foi muito longo. *(Relatado por uma SES)*
- Pouca comunicação e articulação intrasetorial; *(Relatado por uma SES)*
- Muitas Fakenews no processo. *(Relatado por uma SES)*

- É necessário se qualificar com educação permanente para desastres para melhorar a resposta do Vigidesastres e da equipe como um todo; *(Relatado por uma SES)*
- O cadastramento tem que ser melhor para que o monitoramento aconteça; *(Relatado por uma SES)*
- A população ficou com muito exposta e não havia respaldo de posicionamento nacional para orientar a população principalmente com relação ao consumo dos pescados; *(Relatado por uma SES)*
- Ainda existem muitas interrogações sobre o que ainda vai acontecer com a saúde da população e sobre como garantir que seja feito onexo causal adequadamente; *(Relatado por uma SES)*
- É preocupante a questão da subnotificação por conta da falta de indicadores para sustentar a criação de uma política que preveja o acompanhamento adequado da população; *(Relatado por uma SES)*
- Articulação com a Assistência precisa ser aprimorada; *(Relatado por uma SES)*
- As questões de intersetorialidade, pela não participação efetiva nos processos decisórios para que haja governança; *(Relatado por uma SES)*

5.1.13. Lições Apreendidas

As articulações intra e intersetorial foram identificadas pelos profissionais das Secretarias Estaduais de Saúde como um ponto essencial para o manejo de um desastre como o Derramamento de petróleo cru. A capacidade de articulação entre as diversas instituições e níveis de atenção foi primordial para a garantia do desenvolvimento de ações e também trouxe a lição dos potenciais que o trabalho inter e intrasetorial podem gerar no dia a dia das Secretarias para que o trabalho aconteça de maneira integrada e coordenada. Além de ter sido também ressaltado o potencial da parceria com outros setores para que a resposta aconteça adequadamente, respeitando as responsabilidades de cada frente de acordo com as necessidades apresentadas.

“A realização de ações integradas com as diversas áreas da SES ajudou no melhor controle do desastre no Estado.” (AL) “Sem articulação intra e intersetorial não se caminha”; “Conhecendo as

áreas de atuação você potencializa o trabalho em conjunto”. (BA)
“Quanto mais a gente estiver trabalhando junto, é melhor.”(CE)
"Integração, necessidade de articulação de todos os órgãos para que fosse possível agir de uma maneira coesa; articulação com a Atenção e Vigilância que em situações de desastre fez com que fosse possível aprender sobre o que fazer e atuar; importância da articulação intersetorial e sua aplicação no dia a dia” (MA) “Existe uma grande potencialidade no trabalho intra e intersetorial e essa capacidade de articulação tem maior visibilidade quando acontecem desastres, mas é uma questão que deveria ser implementada no dia a dia.” (ES)
“Integração entre os diferentes setores envolvidos; Parceria entre instituições no apoio para respostas a esses desastres.” (PE)

A falta de preparo no manejo do desastre como um todo também trouxe demandas de uma melhor preparação para esse tipo de evento, ações que gerem uma melhor preparação do setor saúde para desastres se mostram essenciais para que em situações como essa sejam conduzidas de acordo com uma perspectiva de gestão de riscos e fortalecimento de resiliência. Essa necessidade de preparação envolve todos os níveis de gestão e o desenvolvimento de protocolos e planos estaduais e municipais que instruem e guiam os profissionais foi uma demanda também identificada pelas equipes técnicas que se sentiram perdidos com a complexidade do evento.

“O Setor Saúde ainda precisa se preparar melhor para dar uma resposta.”; “O Setor Saúde é muito virado para o cotidiano e o desastre foge desse cotidiano.” “É importante ter um protocolo para situações de desastre com petróleo.” (PI) “Necessidades de planos estaduais e municipais (multirriscos)” (MA) “É necessário amadurecer um plano de contingência que estabeleça o papel de cada ator na saúde.” (PB) “É necessário haver formação mais proativa dos sanitaristas no sentido de saber o que fazer em situações de desastres.” (RN) “Importância de uma área estruturada para resposta à eventos

inusitados, a partir da perspectiva da prevenção e preparação através do monitoramento dos rumores.”(PE)

Outra questão que surgiu a partir da percepção do aumento da demanda com a ocorrência de desastres foi a necessidade do provisionamento de um financiamento específico para o manejo de desastres nos planos Municipais e Estaduais.

“Tem que ter financiamento específico para desastres nos planos municipais e estaduais.” (CE)

A necessidade de celeridade no processo da comunicação de risco também foi identificada com uma das questões que precisa ser aprimorada num sentido de acessar rapidamente a população com as informações pertinentes em situações de risco e aumento de vulnerabilidade.

“É importante agir rápido. A comunicação de risco precisa ser aprimorada com instrumentos mais eficazes para que a população tenha acesso rápido à informação.”(SE)

A capacidade laboratorial para dar conta de demandas como a identificação do grau de toxicidade dos pescados, para acolhimento e testagem da população exposta também foi levantada como uma questão essencial para atendimento da população e para a garantia de um melhor monitoramento e vigilância dos agravos possíveis nesse tipo de desastre.

“Essencial ter uma rede de laboratórios que deem conta das demandas geradas por esse tipo de desastre.” (ES)

A mobilização da população na limpeza das praias também foi reconhecida pelos profissionais da SES de Pernambuco como uma lição apreendida no sentido de compreensão e valorização dos desafios que foram enfrentados pela população antes mesmo da resposta oficial a nível Federal e em todas as outras instâncias.

5.1.14. Cenários futuros

Há apreensão sobre novos desastres envolvendo o petróleo, em decorrência da falta de responsabilização, identificação e maiores informações sobre o desastre. A vigilância frente a possível contaminação de pescados foi colocada como uma tarefa importante a curto, médio e longo prazo, além de acompanhamento das comunidades expostas e da balneabilidade do mar.

“A possibilidade de surgimento de mais petróleo no litoral visto que até o momento não houve identificação, nem da origem da contaminação, seus responsáveis, nem da real composição do Petróleo. Há que se pensar na contaminação dos pescados nas áreas afetadas a curto, médio e longo prazo; Nos principais agravos que podem acometer os trabalhadores, os usuários das praias, além da população de moradores das redondezas. O que deve ser feito: Continuação do monitoramento dos expostos, alimentos e da balneabilidade.” (AL)

As estratégias e capacidade de atuação e monitoramento dos impactos da saúde da população nos próximos 10 anos foi colocada como tarefa importante, bem como a garantia de acesso das comunidades de pescadores e marisqueiras aos serviços de saúde públicos.

“É importante que a Secretaria consiga ter estratégias e capacidade atuação e monitoramento dos impactos á saúde dessa população nos próximos 10 anos. Para assegurar que os pescadores e marisqueiras tenham acesso aos serviços do SUS independente de estarem expostos ao petróleo. Garantir a qualidade de atenção, a integralidade, ampliação do acesso, a sustentabilidade da ação do Sistema Único de Saúde.” (BA)

O cadastramento e monitoramento das comunidades afetadas, bem como o treinamento das equipes para identificação de expostos e a verificação dos impactos do desastre também foram apontados como cenários futuros para as SES.



“Pessoas com alguma doença em decorrência desse contato com o petróleo. É necessário realizar um cadastramento e monitoramento para que seja feito nexos causal com o contato com o petróleo, além de treinamento e capacitação de equipes para essa identificação oportuna. Verificar os impactos desse desastre” (CE) “Ainda vamos ver as consequências em longo prazo sobre a saúde da população e é importante fazer o acompanhamento e monitoramento dessa população exposta; Treinamento para os profissionais identificarem os expostos e poderem fazer nexos causal; É importante conhecer a origem desse desastre.” (SE)

Além do monitoramento das populações e pescados, um fortalecimento da política de desastres com financiamento, contratação de quadros técnicos e mais articulada a nível nacional foi levantada como perspectiva futura.

“Fazer o monitoramento das populações e dos pescados para pensar em como atuar com as comunidades. Deveria haver uma política para desastres mais robusta, com financiamento, mais técnicos e uma gestão mais articulada a nível nacional.” (PI)

Foi relatada preocupação pela falta de informações sobre a origem do desastre, é necessário ter informações atualizadas para atuar na prevenção para garantir um preparo adequado para manejo de desastres.

“Há uma preocupação porque não se sabe a origem e o que vem pela frente. É necessário ter informação atualizada e deixar de apagar fogo e começar a trabalhar na prevenção para que haja preparo adequado para o manejo de desastres.” (MA)

A estruturação de um plano de contingência para desastres com petróleo, definição de protocolos clínicos de acompanhamento de expostos, realização de acompanhamento clínico dos pacientes intoxicados e o resgate dos casos de intoxicação relacionados ao trabalho para notificação no SINAN também foi sinalizada pela SES de Pernambuco.

*“Estruturação de plano de contingência para esse tipo de desastre;
Definição dos protocolos clínicos de acompanhamento dos expostos;*

Realizar o acompanhamento clínico dos pacientes intoxicados; Resgatar os casos de intoxicação por via cutânea que estejam relacionados ao trabalho para notificação como dermatose ocupacional no SINAN.” (PE)

O estabelecimento de um protocolo para desastres com petróleo foi levantado pela SES da Paraíba.

“Iniciar as discussões sobre o que deve realmente ser feito no sentido de estabelecer um protocolo que possa ser executado, caso aconteça um desastre com petróleo novamente.” (PB)

A organização de um banco de dados da população para realização de monitoramento, a preparação da Atenção primária para realização desse cadastramento e busca ativa de pessoas que apresentaram quadro de intoxicação, aplicação no Formsus, realização de levantamento de situação de saúde da população um ano após o desastre para avaliar e realizar nexos causal a curto médio e longo prazo, fortalecimento de vigilâncias e estabelecimento de um plano de contingência estadual para a questão do petróleo foram questões levantadas como perspectivas futuras pela SES RN.

“Ter um banco de dados da população exposta para fazer o monitoramento da saúde dessas pessoas. Preparação da Atenção primária para sensibilização dos ACS para que aconteça esse cadastro, além de busca ativa das pessoas que tiveram intoxicação. Efetivação da aplicação do link do FormSUS. Fazer um levantamento com a Vigilância epidemiológica da situação de saúde da população depois de setembro para que possa se estabelecer nexos causal ou não a curto médio e longo prazo. Elaborar um Plano de Contingência Estadual para a questão do petróleo, junto com os outros planos que já estão sendo estabelecidos; Fortalecimento das Vigilâncias.” (RN)

A possibilidade de novas ocorrências de desastres com petróleo foi citada também pela SES do Espírito Santo, além de ter sido ressaltado o avanço de grandes empreendimentos, o que gera um maior risco de desastres e que deve resultar em maior preparação para desastres tecnológicos.

“É possível que esse desastre aconteça novamente, até hoje não há informações sobre as circunstâncias que geraram esse desastre, além da noção de que há muito desenvolvimento de empreendimentos que envolvem a possibilidade de desastres tecnológicos, então é essencial que haja preparo para que saibamos lidar com todas essas possibilidades e formas diferentes de desastre tecnológico. Houve um vazamento de petróleo na região de Vitória onde se verificou que o petróleo tinha outra fonte, ou seja, é necessário estar preparado sempre.” (ES)

5.2. Secretarias Municipais de Saúde

5.2.1. Primeiras demandas de Saúde identificadas em nível municipal

As primeiras demandas de saúde identificadas foram categorizadas e são as seguintes:

- **Atividades de prevenção:** produção de nota técnica (AL SMS1, BA SMS, PE SMS1); orientação técnica aos mercados de peixe, comerciantes, feiras livres e portos (BA SMS, MA SMS, PE SMS1, PB SMS1, RN SMS2); provisão e preocupação com o uso adequado de EPIs (AL SMS1, AL SMS2, BA SMS, CE SMS, PE SMS2, PBSMS1, RN SMS1, RN SMS2).
- **Atividades de Vigilância:** SMS foi às unidades de saúde para investigação (AL SMS1, SE SMS, PE SMS1, RN SMS1, RN SMS2); monitoramento (AL SMS1, AL SMS2, BA SMS, SE SMS, MA SMS, PE SMS1, PE SMS2, PB SMS2, RN SMS1, RN SMS2); cadastramento das áreas afetadas no SISOLO (BA SMS); coleta de água para testagem em residências e bares (PI SMS); parceria com a academia para testagem de pescados (MA SMS); Cerest foi acionado para acompanhamento de trabalhadores (BA SMS, SE SMS, PE SMS1, PE SMS2, RN SMS1);



- **Atividades de Atenção a saúde:** força tarefa nos locais atingidos (*AL SMS2, PI SMS, PE SMS1, PE SMS2, PB SMS1*); houveram casos notificados (*AL SMS 1, PE SMS1, PE SMS2*); acionamento de toda a rede assistencial (*AL SMS2, BA SMS, PE SMS1, PE SMS2, RN SMS2, RN SMS3*);
- **Atividades de Coordenação:** parceria da SMS com ONGs (*MA SMS, PE SMS1*); elaboração de plano de contingência; estabelecimento de COE (*PE SMS1*); articulação da SMS com outros setores, que não da *saúde* (*AL SMS2, BA SMS, CE SMS, PI SMS, SE SMS, MA SMS, PE SMS1, PE SMS2, PB SMS1, RN SMS1*); articulação da SMS após intervenção da *SES* (*PI SMS, SE SMS, RN SMS2*); preparação municipal antes da chegada do petróleo (*PE SMS2*);
- **Atividades de Educação Permanente/ Educação Continuada:** formulação de material educativo (*BA SMS, PE SMS1, PE SMS2, PB SMS1*); produção de fluxograma/protocolo de atendimento (*AL SMS2, SE SMS, PE SMS1, PE SMS2, PB SMS2, RN SMS, RN SMS3*); bibliografia do Desastre no Golfo do México foi referenciado para tomada de decisões (*AL SMS2, PE SMS2*).
- **Atividades de Educação em saúde:** feita campanha envolvendo todo o município (*AL SMS2, PE SMS1, PE SMS2, PB SMS1*); voluntários foram mobilizados e treinados (*AL SMS2, PI SMS, PE SMS1, PE SMS2, RN SMS1*); orientação aos profissionais da limpeza urbana (*BA SMS, CE SMS, SE SMS, PE SMS1, PE SMS2, PB SMS2, RN SMS2*).
- **Atividades de Assistência Social:** doação de cestas básicas para pescadores e marisqueiras em situação de vulnerabilidade (*PE SMS2*); preocupação em intervir na situação dos pescadores e marisqueiras (*SE SMS, MA SMS, PE SMS1, PE SMS2, PB SMS1*); recebimento de doações de EPI, água, alimentos para voluntários e pescadores (*PE SMS2*);

- **Atividades de Comunicação:** dificuldade de articulação com a SES (*PE SMS2*); notificado crime ambiental (*PB SMS1*); criada nota à imprensa (*PB SMS1*);
- **Desafios:** população estava acostumada com o "pixe" na região (*AL SMS1, PB SMS1, PB SMS2*); atrito com secretaria de ressocialização que tentou ofertar o trabalho de pessoas encarceradas para remoção do petróleo, ação que foi barrada pela SMS pela falta de recursos adequados e para proteção dos mesmos (*PE SMS2*); a secretaria não se sentiu preparada para lidar com o desastre (*AL SMS1, CE SMS, PB SMS3*); dificuldade de acompanhamento dos pescadores por recusa a fazer exames de acompanhamento após exposição ao petróleo (*PE SMS2*); saúde não foi mobilizada (*MA SMS, PB SMS3*); houve dificuldade em identificar os sintomas inespecíficos como cefaleia, náuseas, diarreia, dor abdominal, dispnéia, irritações pelos profissionais não treinados (*AL SMS1, BA SMS, PE SMS1, ES SMS*).

5.2.2. Ações de Saúde desenvolvidas em nível municipal

As ações de saúde desenvolvidas pelas secretarias municipais foram: Educação em saúde (*AL SMS1, AL SMS2, BA SMS, CE SMS, PI SMS, SE SMS, PE SMS1, PE SMS2, PB SMS1, PB SMS2*); Educação permanente e educação continuada (*AL SMS1, AL SMS2, BA SMS, CE SMS, SE SMS, PE SMS1, PE SMS2, PB SMS2, RN SMS1, RN SMS2, RN SMS3*); Provisão de EPIs (*AL SMS1*); Dificuldade de realização de busca ativa (*AL SMS1*); Dificuldade de compreensão, por parte da equipe técnica, das consequências a curto, médio e longo prazo (*AL SMS1*); Proibição de entrada no mar por tempo *estipulado* (*AL SMS2*); Produção de nota técnica (*BA SMS*); Ações de vigilância (*BA SMS, SE SMS, MA SMS, PE SMS1, PE SMS2, RN SMS1*); Atividades de coordenação (*BA SMS, SE SMS, PE SMS1, PE SMS2, ES SMS*); Aplicação de questionários (*SE SMS, PE SMS1*); Inspeção sanitária nos estabelecimentos de venda de pescados (*SE SMS*); Atenção à saúde (*AL SMS1, AL SMS2, BA SMS, CE SMS, SE SMS, PE SMS1, PE SMS2, ES SMS*); Diálogo direto com comunidades afetadas (*PE SMS1, PE SMS2*); Planejamento de ações futuras (*PE SMS1*); Além dessas identificações de ações desenvolvidas, notou-se subnotificação (*AL SMS1, BA SMS, PE SMS1, ES SMS*) e não foram realizadas ações (*PB SMS3*).

5.2.3. Como as ações de saúde foram organizadas

Como as ações de saúde foram organizadas: a partir do COE, participação em sala de situação enquanto saúde (*AL SMS1, BA SMS, CE SMS, PE SMS2, PB SMS1, ES SMS*); a SMS se articulava como sala de situação formando um COE Saúde (*AL SMS1, BA SMS, SE SMS, ES SMS*); articulação e comunicação com outras secretarias para realização de vigilância caso o petróleo chegasse (*MA SMS*); a partir da prefeitura, houve uma reunião ampla com as coordenações em auditório com a presença da defesa civil (*AL SMS2*); a partir da sala de situação do Nordeste (*BA SMS*).

A partir das unidades de saúde, os profissionais foram orientados a partir de palestras(*AL SMS1, RN SMS2, RN SMS3*); participação em reunião/ treinamento com a SES (*PI SMS, SE SMS, RN SMS1, RN SMS2, RN SMS3, ES SMS*); formação de equipe mínima de técnicos e todos os dias era feita uma visita in loco da base descentralizada na praia onde sempre havia um profissional de vigilância em saúde do CEREST para acompanhar registros de notificação (*PE SMS1*).

Ida in loco para realização de coleta com orientação sobre o uso de *EPIs* (*AL SMS1, PE SMS1, ES SMS*); orientação e monitoramento a partir das UBS e principalmente dos Agentes comunitários de saúde (*AL SMS1*); monitoramento da exposição do petróleo a partir de UPA (*AL SMS2, RN SMS1*); orientação do uso de *EPIs* a partir das unidades de atenção à saúde (*AL SMS2*); compra de insumos como medicamentos, *EPIs*, soro para manejo da demanda (*AL SMS1, PB SMS2*); distribuição de *EPIs* (*AL SMS1*); ações tardias porque SMS aguardou notas da SES e do MS para atuar (*PI SMS, SE SMS*); dinâmica de elaboração de informes, divulgação na rede, rede saúde (*PE SMS1*); SMS foi ao rádio e à televisão para orientar a população (*ES SMS*). Houve organização estadual, mas município não foi incluso(*PB SMS3*).

5.2.4. Atores envolvidos e como se articularam para o manejo do desastre

Toda a secretaria municipal de saúde se reunia a partir das coordenações de Atenção Básica, Média complexidade, Vigilâncias Epidemiológica, Sanitária, ambiental, de saúde do trabalhador, controle de endemias, conselho de saúde (*AL SMS1, AL SMS2, BA SMS, PE SMS1, PE SMS2, RN SMS2, ES SMS*); a secretaria de meio ambiente e todas as secretarias da prefeitura estavam em contato constante e foram feitas orientações à todas as frentes sobre os cuidados e o que deveria ser *feito* (*AL SMS1, AL SMS2, BA SMS, CE SMS, MA SMS, PE SMS2, PB SMS1, PB SMS2, RN SMS2, ES SMS*); reuniões sistemáticas para a tomada de decisões (*AL SMS1, AL SMS2, BA SMS, PE SMS1, RN SMS2, ES SMS*); SES ficou como apoio *direto* (*MA SMS, PE SMS1, RN SMS1, RN SMS2, ES SMS*); mobilização para limpeza das praias (*AL SMS1, AL SMS2, NA SMS, CE SMS, PE SMS1, RN SMS3*); todos se reuniam todos os dias na praia, a equipe dialogava com a equipe técnica da UBS e com a população também (*AL SMS1, PE SMS1, ES SMS*).

A medida que apareciam os fatos a secretaria ia vendo os passos a serem seguidos, a partir de mídias sociais e no diálogo direto (*AL SMS1, AL SMS2, PE SMS1*); houve escalonamento de profissionais que estavam juntos todos os dias (*AL SMS1, AL SMS2, PE SMS1, ES SMS*); um profissional foi estabelecido como referência (*AL SMS2, RN SMS3*); treinamento de voluntários e orientações (*PI SMS, PE SMS1, RN SMS2, RN SMS3*); participação do CEREST articulando o processo (*BA SMS, PI SMS, SE SMS, PE SMS1*); articulação com comunidades afetadas e lideranças em conselhos e assembléias (*BA SMS, PE SMS1, PE SMS2*).

As vigilâncias epidemiológica, ambiental, sanitária e em saúde do trabalhador se organizavam e mantinham contato constante de acordo com a necessidade (*SE SMS, PE SMS1*); articulação da SMS com Defesa Civil (*RN SMS1, RN SMS2*); Vigidesastres atuou no monitoramento (*RN SMS1*); SMS trabalhou na coleta e análise de água para consumo humano (*PI SMS*); Secretaria de Meio ambiente fez coleta e análise de água para consumo humano (*PB SMS3*). A SMS não foi incluída, nem se colocou na gestão e manejo do desastre (*PB SMS3*).

5.2.5. Cadastramento das populações expostas em nível municipal

Sobre as respostas sobre realização de levantamento ou cadastramento das populações que foram expostas nas atividades de limpeza das praias, das que vivem da pesca ou se foi utilizado algum levantamento/ cadastramento realizado por outro órgão do Estado/Município em nível municipal: A defesa civil centralizou e os pescadores auxiliaram no processo de cadastramento (*AL SMS1*); outro órgão fez o cadastramento, mas a SMS não tem a listagem (*AL SMS1, CE SMS, PB SMS1, RN SMS2*); a secretaria que cuida da parte social tem o cadastro das pessoas que trabalharam na remoção de petróleo nas praias (*AL SMS1*); há cadastramento feito pelo município (*BA SMS, PE SMS2*); houve solicitação da SMS para a Secretaria de Meio Ambiente e da Defesa Civil do cadastramento de trabalhadores da prefeitura que atuaram na remoção de petróleo na praia (*BA SMS, PE SMS2*); a SES solicitou o cadastramento (*AL SMS2, RN SMS3*); foi realizada uma enquete em todo o município, a SMS aplicou o questionário a partir da UPA, a secretaria de Meio Ambiente trabalhou os dados (*AL SMS2*); cadastramento feito junto à empresa de limpeza pública, pescadores atingidos junto ao Estado e cadastramento de voluntários treinados junto a secretaria de meio ambiente, todos acessados pela SMS (*BA SMS*); não foi realizado cadastramento no município (*PI SMS, SE SMS, MA, SMS, PB SMS2, RN SMS3, ES SMS*).

5.2.6. Impacto na Saúde Mental e ações desenvolvidas

Sobre o impacto na saúde mental das comunidades afetadas: muitas pessoas foram atingidas financeiramente (*AL SMS1, SE SMS, PE SMS1*); relato de casos de confusão mental, alucinações após exposição (*PE SMS1*); queda de venda de pescados e sofrimento das comunidades afetadas (*BA SMS, PE SMS1, PE SMS2, PB SMS2, RN SMS3*); relato de pessoas sem conseguir suprir necessidades básicas (*BA SMS, SE SMS, PE SMS1*); ansiedade com relação a chegada do petróleo (*PI SMS, PE SMS1*); aumento do consumo de bebida alcoólica (*BA SMS*); relato de tentativas de suicídio sendo investigadas, casos de saúde mental por estresse, questão social e toxicidade (*PE SMS1*); relato de pessoas se sentindo negligenciadas por irem ao serviço e não serem identificadas como expostas (*PE SMS1*); ver as pessoas mobilizadas afetou inclusive os profissionais da equipe técnica (*AL SMS1, PE SMS1*); a população já tinha a saúde mental afetada desde o desastre prévio com barragem de mineração então a rede já está acompanhando e atuando nas áreas afetadas pelo petróleo (*ES SMS*); não foram identificados impactos (*AL SMS2, CE SMS, MA SMS, PB SMS1, PB SMS3, RN SMS1, RN SMS2*).

Sobre as ações desenvolvidas após identificação de demandas de saúde mental: houve resistência na comunidade ao acompanhamento de saúde mental ofertado (*PE SMS2*); SMS questionou se a saúde mental era uma questão importante (*CE SMS*); questões foram resolvidas nas unidades, nas reuniões de equipe (*PI SMS*); NASF ficou como apoio e no acompanhamento dos desdobramentos (*AL SMS1*); nas ações das praias houve a participação de psicólogos e equipe técnica do CAPS, houve diálogo da saúde mental e foi articulado com a coordenação de saúde mental e do CEREST para encaminhamento de demandas para a assistência (*PE SMS1*); coleta e distribuição de cestas básicas (*AL SMS1, SE SMS, PE SMS1, PE SMS2*); equipe técnica trabalhou na perspectiva de educação em saúde e difusão da informação para acalmar a população (*PB SMS2, RN SMS3*); testagem da água e dos pescados com difusão da informação (*PB SMS2, RN SMS3*); não proibição da pesca sem resultados de análise de pescados (*BA SMS*); não houveram ações (*AL SMS2, CE SMS, MA SMS, PB SMS1, PB SMS3, RN SMS1, RN SMS2*).

5.2.7. Impactos na Segurança alimentar e medidas tomadas em nível municipal

Impactos na segurança alimentar e nutricional identificados: o impacto foi principalmente financeiro porque não houve mais venda de pescados com a chegada do petróleo (*AL SMS1, AL SMS2, SE SMS, PE SMS1, PE SMS2, PB SMS2*); redução na venda de pescados (*AL SMS1, BA SMS, CE SMS, SE SMS, PE SMS1, PE SMS2, PB SMS2*); houve relato de pessoas passando fome (*AL SMS1, SE SMS, PE SMS1*); pescadores continuaram consumindo pescados, porque era o que tinha (*CE SMS, PE SMS1*); já havia contaminação o município por desastre tecnológico prévio que já havia gerado proibição da pesca (*ES SMS*); não foram identificadas demandas (*CE SMS, PI SMS, MA SMS, PB SMS1, PB SMS3, RN SMS1, RN SMS2, RN SMS3, ES SMS*).

Medidas tomadas frente a essa questão: a secretaria de agricultura orientou a pausa da pesca (*AL SMS1*); houve descarte de pescados (*AL SMS1, AL SMS2*); proibição da pesca e venda de pescados (*AL SMS2, BA SMS*); análise de pescados (*BA SMS, RN SMS1*); análise de água em locais afetados (*AL SMS2*); ações da vigilância sanitária para a inspeção de pescados em estabelecimentos (*AL SMS2, SE SMS, RN SMS3*); alerta sobre como proceder com pescados em mídia, com ação da vigilância sanitária e coordenação de vigilância (*BA SMS*); produção de nota técnica e cards informativos (*BA SMS*).

Também foi dado apoio ao cadastro de pescadores para garantia de recebimento de seguro defeso, ação colocada a nível nacional (*AL SMS2, BA SMS, PE SMS1*); relatada dificuldade em conseguir o seguro defeso de diversos pescadores por conta do Registro Geral de Pesca e tramites burocráticos (*BA SMS, SE SMS, PE SMS, PE SMS2*); o município se organizou a partir da assistência social, houve auxílio com doação de cestas básicas (*AL SMS1, SE SMS, PE SMS1*); houve apoio do NASF que acompanhou e participou desse processo também com psicólogos (*AL SMS1*); participação em audiências públicas (*BA SMS, PE SMS1*); solicitação de decreto de Emergência em Saúde Pública não acatado encaminhamento de relatórios para Ministério da Saúde e Estado para mostrar a gravidade da situação (*BA SMS*).

5.2.8. Estratégias de comunicação

Estratégias de comunicação utilizadas para articular as medidas de prevenção, atenção e vigilância frente ao desastre em nível municipal: reuniões gerais (*AL SMS1, AL SMS2, BA SMS, CE SMS, PI SMS, SE SMS, PE SMS1, PE SMS2, PB SMS1, PB SMS2, RN SMS2, RN SMS3, ES SMS*); educação em saúde em loco (*AL SMS1, AL SMS2, SE SMS, PE SMS1, PE SMS2, RN SMS2, RN SMS3, ES SMS*); educação permanente e continuada nas unidades de saúde (*AL SMS1, AL SMS2, SE SMS, PE SMS1, PE SMS2, PB SMS2, RN SMS2, RN SMS3*); diálogo com voluntários e atores do município (*AL SMS1, AL SMS2, BA SMS, CE SMS, SE SMS, PE SMS1, PE SMS2, PB SMS1, PB SMS2, RN SMS3, ES SMS*); redes sociais (*AL SMS1, BA SMS, PI SMS, MA SMS, PE SMS1, PB SMS2, RN SMS1, RN SMS3, ES SMS*); Whatsapp (*AL SMS1, BA SMS, PI SMS, MA SMS, PE SMS1, PB SMS2, RN SMS1, RN SMS3, ES SMS*); distribuição de nota informativa (*AL SMS1, AL SMS2, BA SMS, PE SMS1, RN SMS1*); criação de material instrutivo sobre suicídio (*PE SMS1*); formulação de material educativo (*BA SMS, CE SMS, PE SMS1, PE SMS2, RN SMS3*); aplicação de enquete e formulários (*AL SMS2, PE SMS1*); fluxograma (*PE SMS2*); Campanha de limpeza nas praias (*AL SMS2, ES SMS*); carro de som e festa de mobilização, com chamada para voluntários (*AL SMS2*); boletins epidemiológicos (*PE SMS1, RN SMS1*); treinamentos (*BA SMS, PE SMS1, RN SMS3*); articulação com ministério público em audiência pública para esclarecimento da demanda emergencial (*SE SMS*); não houveram ações (*PB SMS3*).

5.2.9. Pontos fortes da atuação em nível municipal

De acordo com as secretarias municipais de saúde os pontos fortes da atuação foram:

- A orientação desde o primeiro momento, com diálogo com a população para o uso de EPIS. Protagonismo da saúde (*AL SMS1*);
- Trabalho articulado com uma visão sistêmica que envolveu não só as secretarias, as coordenações, mas também a população para procurar entender a gravidade



que poderia acontecer. Porque a população está acostumada com pixe, mas não dessa forma (*AL SMS2*);

- Acho que o ponto forte foi a questão do comitê CIEBS e do pós saúde, a implantação do pós saúde e a capacidade de articulação da equipe de Vigilância. Por que no momento que foi necessário ela se articulou de uma maneira muito efetiva, muito rápida e articulação Interssetorial (*BA SMS*);
- Trabalho interssetorial para retirada do petróleo com agilidade (*CE SMS, RN SMS3*);
- Os Enfermeiros, ACS, Agentes de endemias. Como a equipe de Saúde da Família era muito próxima da comunidade e conhecia bem o território a comunicação aconteceu de forma muito ágil (*PI SMS, RN SMS2*);
- É necessário dialogar sempre, as vigilâncias devem estar sincronizadas e em qualquer acontecimento é importante haver diálogo de forma rápida, estabelecer que ações devem ser realizadas e como contribuir. Entender o que o outro estava fazendo e o que cada um poderia fazer para ajudar foi muito produtivo e é importante saber qual a função de cada setor e como ele deveria atuar (*SE SMS*);
- Houve trabalho na vigilância ambiental, na vigilância sanitária, preocupação com saúde do trabalhador, articulação entre as secretarias do município. O trabalho de prevenção. O acompanhamento das marisqueiras pela secretaria de saúde e de pesca foi importante porque tem um trabalho já sendo feito com as trabalhadoras e isso ajudou no monitoramento (*MA SMS*);
- O monitoramento pela saúde nas praias, das UPAs, das unidades de atenção básica, hospitais estadual e municipal. E a capacitação da rede que garantiu as notificações. Ter reforçado essa questão da notificação em todos os encontros e que acontece na rotina do CEREST auxiliou, a parceria com a SES e com a academia também foi bastante significativa. O trabalho em rede a articulação interssetorial foi muito importante nesse processo (*PE SMS1*)
- A conscientização dos profissionais de saúde, a integração da equipe, todos foram solícitos, houve resolutividade, presteza, todos entenderam trabalhar mesmo em finais de semana o que mostra a compreensão de que era uma questão maior de saúde pública que aconteceu. A Solidariedade dos profissionais de saúde que se colocaram e não mediram esforços para participar e orientar as pessoas com relação ao crime ambiental e o município é meio bairrista então quando aconteceu todo

mundo se envolveu. Houve muito a questão da agilidade, da preocupação com o meio ambiente, as pessoas tiveram essa consciência moral e compromisso social porque era uma questão que afetava a todo mundo. Todos tiveram essa questão muito forte de compromisso com a saúde e com o meio ambiente (*PE SMS2*);

- Todo município se uniu para realização de medidas de prevenção, não a saúde sozinha, mas todos os atores (*PB SMS1*);
- A preparação, porque mesmo não tendo ocorrido a SMS ficou em alerta, então houve essa mobilização, não foi necessário agir, mas o setor saúde se manteve em alerta na questão das possíveis aparições e o contato com os banhistas (*PB SMS2*);
- Não houveram pontos fortes (*PB SMS3*);
- A comunicação via whatsapp ajudou na troca de informações. O compartilhamento de informações nas redes sociais, nos grupos com os outros estados ajudou a ver como as pessoas estavam se articulando nos outros estados (*RN SMS1*);
- o treinamento pela SESAP, o compartilhamento de informações e materiais pela SES, a articulação com a população também foi muito importante (*RN SMS3*);
- Criação do COE e organização em plantão na praia (*ES SMS*).

5.2.10. Questões a serem aprimoradas

O financiamento foi levantado como uma questão importante no manejo do desastre, além de informação e apoio dos órgãos estaduais e federais.

"Informação e apoio, principalmente dos órgãos estaduais e federais, é o que mais fez falta. A SMS trabalha com poucos recursos e quando um desastre acontece a Secretaria tem que pegar o pouco que tem e aplicar. E a assistência fica prejudicada sem esses recursos. As verbas em situações de desastres precisa acontecer de forma ágil. O que se aumenta muito a demanda de casos notificados e é necessário fazer acompanhamento com exames a equipe não tem como dar conta financeiramente desse acompanhamento." (*AL- SMS 1*)

Houveram municípios em que os recursos próprios foram usados, porém há uma percepção de que deveria haver mais financiamento em situações de desastre.

“No início houve dificuldade, mas hoje a equipe entende que a estratégia que foi montada deu certo. Houve dificuldade porque tem que haver recursos e isso faz falta na atuação e a prefeitura teve que lidar com a situação com recursos próprios e muitas pessoas se direcionaram, mesmo vindo de outros municípios. E isso aumenta os custos pelo aumento de demanda de insumos para a assistência, equipe técnica teve que aumentar para acolher o fluxo e a maior dificuldade foi a questão dos recursos porque era necessário atender a população, prevenir riscos, evitar problemas futuro e tudo demandava dinheiro. Mas mesmo assim a prefeitura fez o que deveria ser feito para não penalizar a população.” (AL - SMS 2)

A necessidade de estabelecimento de uma linha de atuação a nível estadual e municipal foi levantada.

“Acho que a maior dificuldade é ter uma linha de ação que pelo menos contemple Estado e Capital. No mínimo eu acho que o Ministério deveria ter essa visão, porque a maioria das vezes nessa polarização política se você não fizer um convite para os dois você vai cair no erro de fazer um direcionamento muito envesado da situação, aí você não vai ter como olhar para o outro . Acho que isso que impacta muito o trabalho da gente enquanto Secretária Municipal de Saúde.” (BA – SMS)

A questão do financiamento para desastres em nível municipal aparece novamente pela SMS do Ceará, além da falta do resultado da análise de pescados.

“É necessário reforçar a parte de estrutura para trabalhar, falta de ajuda financeira para os municípios lidarem com situação de desastre. Não ter resultado das análises dos pescados. Porque você acaba fazendo o trabalho de retirada, mas não tem nenhuma resposta sobre a segurança alimentar. Individualmente as pessoas recomendam o não consumo, mas não se tem nenhum respaldo. E a liberação de recursos deveria acontecer de forma mais rápida, no ceará não foi liberado recurso para realização de testagens para pescados no projeto elaborado por vários setores. Falta de resposta em tempo hábil, a saúde ficou mais na retaguarda.” (CE – SMS)

Necessidade de uma maior articulação dos atores sociais com a Secretaria Municipal de Saúde para criação de meios, estratégias e ações de informação para os pescadores.

“Tem que ter um apoio mais forte das associações, ONGs, do comércio, tem que ter mais união com a secretaria de saúde para poder criar meios, estratégias e ações para orientar melhor essa população de pescadores, que a maioria não tem acesso a educação e eles desde a adolescência já trabalham e ficam logo nessa vida e precisam ter mais informação, porque não querem saber se o mar tem petróleo ou não. A orientação é muito importante. A base deve ser pensada como estratégia e a base são os pescadores.” (PI – SMS)

A necessidade de um direcionamento de ações a partir do governo federal com relação aos pescados, com estabelecimento de diálogo entre as redes, com estabelecimento de uma diretriz a partir dos órgãos de fiscalização.

“O direcionamento de ações a partir do governo federal porque todas as pastas ficaram perdidas, às vezes 3 setores fazendo as mesmas coisas sem conseguir se comunicar com a SMS e a equipe técnica ficou um pouco perdida, às vezes sem saber como ajudar. então o diálogo entre as redes poderia ser melhorado. Com relação aos pescados tudo ficou meio solto e foi falado que o pescado era próprio para consumo, mas isso era baseado em quê? O órgão municipal de fiscalização tem que seguir uma diretriz do órgão federal, se o órgão federal fala que o produto é próprio não é o órgão municipal que vai dizer que não é. Em relação a isso é um ponto fraco e por ser um país grande que tem realidades diversas e nem todos os municípios tem estrutura, então o responsável por avaliar essa questão deveria ser o órgão federal a partir dos seus órgão de controle com relação aos produtos deveria ter partido para algo mais concreto com relação à ação que deveria ser tomada.” (SE – SMS)

Há outras formas de contaminação identificadas, como por exemplo, no beneficiamento de mariscos.

“O maior problema de contaminação hoje tem mais relação com o beneficiamento dos mariscos e não do petróleo.” (MA – SMS)

O despreparo para manejo de desastres ambientais, o despreparo para identificação de casos de intoxicação exógena, além da falta de formação para lidar com as questões do território foram levantadas como questões a serem aprimoradas.

“O ponto fraco foi perceber não só no município, mas no país inteiro é com relação ao despreparo para a notificação. Não ter um planejamento de acordo com o perfil produtivo do estado e do país, tendo polos petroquímicos instalados trazem a necessidade de se preparar para essa possibilidade de intoxicação exógena, então deve-se saber que a intoxicação exógena é uma questão que acontece há tempos e não apenas durante o período do derramamento de petróleo. É importante ressaltar o despreparo do Brasil para o manejo de um desastre ambiental, a população ter se exposto sem qualquer epi, a forma que a limpeza das praias aconteceu mostra que não havia preparo. Quando há um polo industrial, as unidades de saúde precisam se preparar para lidar com as demandas do território, inclusive na questão dos desastres, mas também no manejo do dia a dia. E com a aplicação desses saberes e treinamentos no dia a dia do serviço de saúde, o reforço desses saberes auxilia em uma maior noção sobre como proceder em situações de desastre.”

A importância da educação em saúde foi ressaltada, além de uma maior necessidade de preparo da rede, bem como a falta de recursos humanos para lidar com o desastre foram identificadas como questões importantes, assim como a preocupação com a valorização do trabalho feito nos CERESTs também foi pontuada.

“É muito importante investir em educação em saúde para que haja boa conduta frente a agravos. E a rede precisa estar preparada para fazer uma boa identificação de sinais e sintomas frente ao agravo. E se houvesse um preparo melhor haveriam muito mais casos notificados. A falta de Recursos Humanos para lidar com todas as demandas também faz muita diferença. A equipe que já tem uma grande quantidade de demandas ficou ainda mais sobrecarregada nesse processo de desastre. Então tanto pelo volume de pessoas que tiveram contato e que vão precisar ser acompanhadas pela rede, além da questão da comunidade local e dos pescadores que tem suas peculiaridades. E com a reformulação da equipe mínima do CEREST de acordo com a política

que está se modificando a situação das equipes se complica ainda mais, porque já não há nem a contemplação do que era preconizado como equipe. Reconhecimento do trabalho dessa equipe é um papel do Estado e isso precisa ser explicitado porque como uma equipe reduzida conseguiu efetivar um trabalho tão articulado e com tanta eficiência.”
(PE - SMS 1)

Foram relatadas dificuldades de articulação em nível estadual de acordo com um dos municípios afetados, o que incorreu em falhas na atuação, que não aconteceu maneira coordenada e articulada, de acordo com os entrevistados.

“A atuação do Estado foi insuficiente porque todas as solicitações da SMS não foram respondidas, houve falta de transparência no processo e tudo ficou paralisado e sem nenhum tipo de orientação. Mas houve participação do Ministério Público do Trabalho que acabou se articulando mais que o Estado. O município também participou de reuniões com a Fiocruz e a universidade. Então o estado não teve nenhum tipo de ação no sentido de lidar com a situação e isso dificultou o trabalho do município. O Ministério da Saúde depois de uma semana colocou os CEREST a frente das ações e isso complicou mais ainda o trabalho do CEREST, porque por exemplo no Cabo houveram 17 municípios e a maioria foi afetada. Mas o estado não deu esse suporte de se reunir, homogeneizar as ações, nem os cerests. Porque quem chamou os CERESTs foi o ministério público do trabalho. E não houve diálogo até o momento no sentido de ação da SES. Ninguém mais fala do petróleo. Houve inclusive oferta da procuradora de reunião sobre o petróleo e ninguém se pronunciou no Estado. Quem fez as ações foram os municípios e o estado toma essas ações para si, mas o Estado não esteve presente no município. Houve a chamada de um toxicologista para fazer a capacitação. O Estado talvez tenha feito capacitação dos gestores em outros municípios, mas não neste.” (PE - SMS 2)

Foi indicada a importância do trabalho dos ACS no território, bem como constatada a organização da Secretaria de Saúde.

“A Secretaria de Saúde é bem organizada e os Agentes Comunitários de Saúde são muito relevantes não apenas para a questão do petróleo,

mas porque conhecem o território e a situação da população.”(PB - SMS 1)

O fortalecimento da saúde do trabalhador no território, bem como a importância da capacitação e realização de treinamentos para o manejo desse tipo de desastre foram identificados como questões importantes.

“Não só nesse tipo de desastre, mas é importante criar a saúde do trabalhador no município, porque as principais atividades do município são agricultura e pesca, então é necessário melhorar o acompanhamento dessa saúde do trabalhador. E nos registros não há notificação de acidente de trabalho e sabe-se que não é por não existir e sim subnotificação. Quando um pescador se acidenta trabalhando no mar isso configura um acidente de trabalho. Seria bom a capacitação de algum órgão superior ao município porque não houve nenhum tipo de treinamento do estado ou de algum órgão federado então seria interessante a oferta desse tipo de treinamento para os profissionais do município sobre o que fazer.” (PB - SMS 2)

Não foram identificadas questões a serem aprimoradas em um dos municípios entrevistados na Paraíba.

“Não há.” (PB - SMS 3)

A questão do acesso a informações, o enfrentamento da difusão de *fakenews*, bem como a falta de coordenação e delimitação de responsáveis, assim como a falta de coordenação por parte do MS também foram indicadas como pontos a serem aprimorados.

“A gente aprende é na prática, como não houve a prática é difícil mensurar, a teoria ninguém teve então eles não tem como mensurar o que é positivo ou negativo, sem ter atendido de fato um caso. O grupo foi criado pela falta de informação ninguém sabia o que fazer e como não teve casos, e não receberam muitas informações do que fazer, o que se fez foi a comunicação do estado, quando apareceu um caso, isso gerou inclusive conflitos. A nível ministerial a informação hora vinha do CIEVS, hora via vigilância ambiental e em partes da vigilância epidemiológica e no final das contas ninguém sabia a quem se reportar, a SMS ficou sem saber como se comunicar. O CIEVS estadual entrava em contato com o CIEVS municipal e não era nem chamada para

reunião de articulação, receberam folder educativo falando para notificar via whatsapp, mas em momento nenhum a vigilância epidemiológica foi orientada sobre isso para informar as unidades. Inclusive esse material do folder só chegou nas mãos da sms porque foi compartilhado em um outro grupo da defesa civil, no caso, assim que a SMS recebeu o material falando sobre petróleo o município fez contato com a SES. O ministério não enviou nenhuma orientação direta de como proceder. E ainda tem a questão das fakenews.” (RN - SMS 1)

A importância do cadastramento de profissionais envolvidos nas atividades de limpeza das praias foi apontada como relevante para o acompanhamento, bem como o diálogo com as comunidades afetadas sobre os riscos frente a exposição ao petróleo cru, a comunicação sobre cuidados e prevenção, além de maior celeridade na orientação da Secretaria Estadual de Saúde sobre como proceder foram colocadas como questões a serem aprimoradas.

“O cadastro de profissionais que tiveram contato direto para que aconteça um acompanhamento adequado as pessoas envolvidas principalmente na coleta como os garis para identificação de futuros agravos, que até o momento não aconteceram, mas podem ser importantes a nível de acompanhamento. Dialogar com os barraqueiros e população para alertar sobre os riscos frente á exposição e tem relatos de pessoas que entram na água e percebem oleosidade. Houve relato na virada do ano que uma pessoa pisou em um fragmento de petróleo e apresentou bolhas e alterações que foram descobertas a poucos dias, e está sendo feita busca ativa do caso. Então está se intensificando o cadastramento dos envolvidos, além dessa comunicação com a população sobre os cuidados e as prevenções. É importante garantir uma maior celeridade na orientação da SES sobre o que deveria ser feito, porque já havia sido feita a coleta do petróleo quando a saúde se inseriu, sem saber como proceder.” (RN - SMS 2)

A falta de aproximação das comunidades afetadas e o serviço público, bem como o levantamento de contatos expostos ao petróleo foram vistos como relevantes na garantia de acompanhamento da população.



“Apesar de não ter havido uma busca da população a partir da exposição. E isso ser uma questão importante. Essa falta de aproximação da população no sentido de buscar o poder público para avaliar o contato precisa ser trabalhada, assim como esse levantamento de contatos que tiveram interação com o petróleo a partir da busca ativa da SMS para formação de um banco de dados. Que é um ponto que precisa ser aprimorado, mas que já está gerando ações na secretaria e que vai gerar resultados importantes no acompanhamento da população exposta e para o aprendizado em eventos futuros. Todos foram aprendendo conforme a situação foi acontecendo.” (RN - SMS 3)

Há a necessidade da construção de um plano de contingência para o manejo de um desastre como esse.

“A gente não tem plano de ação pra tudo. O vigidesastres, o plano de contingência para petróleo precisa existir, do mesmo jeito que o de Mariana, não temos ainda até hoje. Estamos fazendo o plano de contingência, que se não fosse por ordem do ministério público federal acho que a gente não estaria fazendo. Diante da possibilidade de um desastre baseado no risco pode ser possível direcionar ações, mas isso é 60% do plano de ação. O esqueleto a gente tem e ele se adapta em dois dias, desde que a equipe se articule.” (ES – SMS)

5.2.11. Lições aprendidas no que se refere às ações e organização do setor saúde

A união do trabalho em equipe, bem como a organização do processo de trabalho foi considerada uma lição importante.

“A união da equipe. Porque mesmo sem informação a equipe se apoiou. A organização do processo de trabalho. Com a organização da atenção primária, houve a organização de ações em pouco tempo e isso agilizou um processo que é complicado.” (AL- SMS 1)

A articulação do processo de trabalho inter e intrasetorial foram vistas como relevantes, bem como o reconhecimento do papel de cada ator que agiu na resposta do desastre. A preparação foi vista como um processo de aprendizagem relevante.

“Reforçou que precisa se ter cada vez mais um trabalho articulado. Quando se trabalha em rede é um trabalho inter e intrasetorial. E com relação a isso não houve dificuldade porque a ação foi rápida e liderados pela figura do prefeito foi possível a presença do ICMBio, Defesa Civil, Secretaria de Meio Ambiente, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Atenção Básica, se montou estratégia na área da saúde com um ponto focal que funcionava 24 horas que era a UPA, no PSF os profissionais estavam preparados e o médico do PSF passou a ser multiplicador dessas equipes e foi criada essa enquete e para identificar o que escapou aos olhos da SMS. Porque não tendo notificação a vigilância não tem como fazer a identificação dessa demanda. E por isso foi criada a enquete aplicada no município” (AL-SMS 2)

A falta de uma linha de financiamento para o manejo de desastres bem como fortalecimento das ações de vigilância são vistos como importantes para a atuação do setor saúde.

“Então acho que falta isso, uma linha de financiamento específica para as ações de Vigilância, uma maior comunicação do Ministério fortalecendo as ações de Vigilância junto ao Governo Municipal, Estadual e Federal para que as coisas aconteçam. A gente conseguiu isso com a articulação de uma outra Secretaria, uma visão de gestão mas com linha de financiamento. Que não foi nossa, foi da CEINFRA mas a gente deveria ter essa colocação de uma linha de fomento para ações de prevenção em desastre dentro da vigilância, questão de EPI. Deveria ser uma vinculação do Ministério da Saúde e da CEGEPAM, eu acho que seria por aí.” (BA – SMS)

A experiência do desastre serviu como alerta para a preparação frente a desastres ambientais, o planejamento de ações para mitigação de riscos também foi apontado. O papel da Defesa Civil foi valorizado pelos profissionais da SMS do Ceará.

“Serviu como experiência de alerta para os fatores ambientais. Agora com o aumento das chuvas já se preocupam com a questão das enchentes, então a questão é o planejamento das ações para mitigar riscos. Muitas instituições apareceram de forma importante, o papel da defesa civil e o que ela pode fazer foi importante.” (CE – SMS)

A capacidade de articulação de todos os atores, assim como o fortalecimento das frentes de atuação foi ressaltado como aprendizado relevante para a resposta dada ao desastre.

“A unificação da informação para as UBS, no caso, que é o nosso carro chefe para chegar até a comunidade é através da Atenção Básica, então o fortalecimento das informações com as equipes, com treinamento para que eles possam multiplicar essas informações para os usuários e aí essa é uma estratégia que em qualquer situação tem que se possa contar com os ACS e Agentes de Endemias para que eles acessem a população casa a casa e para que aconteça feedback. Essa situação nunca tinha ocorrido, então o derramamento pegou todos de surpresa. A articulação com a SES foi rápida a articulação com a SMS foi rápida para orientar as unidades de saúde. A marinha fez um excelente trabalho e os voluntários que vestiram a camisa, vestiram as luvas e foram orientados adequadamente sobre como retirar o Petróleo com a Marinha e a SEMAR, então a humanidade dos que querem trabalhar foi importante. Todas as ações da prefeitura tem convênio com a universidade, e isso foi positivo para o desenvolvimento das ações.” (PI – SMS)

A demora no tempo de resposta dado ao desastre foi apontada como uma questão a ser levada em conta nos aprendizados das secretarias municipais, a demora na resposta em nível federal levou a uma maior demora no processo de tomada de decisões em nível municipal.

“Dar importância imediata ao assunto. Hoje em dia a SMS sabe que precisa se organizar e atuar, outras atuações outras deliberações devem esperar porque é necessário um direcionamento, mas enquanto for possível fazer o contato é importante assistir a população para não deixar ninguém em situação de risco. O posicionamento do órgão

Federal oficial demorou mais de um mês para orientar sobre o que deveria ser feito. E o município só agiu depois desse momento.” (SE – SMS)

A comunicação, bem como planejamento de ações para situações de desastre foram indicadas como relevantes.

“Além da comunicação, é importante ter um planejamento prévio para situações emergenciais. Porque é um acidente que pode ter proporções maiores e ficamos temerosos.” (MA – SMS)

A coesão e articulação para o manejo do desastre foi apontado com um aprendizado, a atuação do CEREST foi indicada como uma questão estratégica e o papel da articulação civil no enfrentamento ao desastre também foi ressaltado como uma iniciativa de “vigilância popular em saúde” que gerou conhecimento e perspectiva colaboração e de desenvolvimento de ações no território como o desenvolvimento de formulários mais adequados para compreensão do desastre e de seus impactos na população.

“As lições foram no sentido de fazer com que a equipe tivesse um trabalho mais coeso e articulado e. foi fundamental mostrar a importância dessa articulação quando o desastre acontece, mas anterior. Se é possível ter esse contato com a rede e com os gestores, quando acontece um desastre dessa magnitude é possível trabalhar. Então a lição é essa. E isso foi colocado do plano de ação do CEREST cabo que vai para outros municípios. A importância da articulação intersetorial e também de forma mais próxima para que seja possível traçar estratégias e estabelecer formas de realização de diagnósticos locais. Isso vai mudar a forma de planejamento do CEREST, foi uma lição muito importante. Foi incorporada também uma ficha de uma iniciativa chamada Monitora Saúde, o que está sendo chamado de “vigilância popular em saúde”. Essa foi uma iniciativa da sociedade e essa é uma coisa nova em saúde. Como a sociedade pode se inserir nesse processo de saúde. E essa é uma questão que mostra como a ação popular em saúde pode ser colaboradora, não substitiva, mas colaboradora. O Estado enviou um questionário de 53 perguntas, o outro questionário tinha 17 e nesse questionário há um conjunto que

questões que respondem às demandas do SINAN. Também houve adaptação dessa questão para que as entrevistas não fiquem enfadonhas. Uma questão que precisa ser pensada é a questão da praticidade em uma situação de desastres é necessário saber quais informações são específicas e necessárias em uma situação como essa. É necessário selecionar as informações fundamentais.

O despreparo para o manejo de desastres foi indicado, bem como a falta de preparação das equipes técnicas frente aos processos de permuta de gestão trazem uma perspectiva de necessidade de capacitação continuada a partir da presunção de risco de desastres. O risco de novos desastres pela existência de indústrias petrolíferas no território demanda uma mudança conceitual na forma de lidar com esses riscos.

Estamos em um mundo globalizado, e o estado não estava preparado, o município não estava preparado, mas é como uma situação de enchente. A gente sabe que vai ter enchente, todo ano tem chuva e as ruas sempre se alagam e isso mostra que o estado não está preparado para lidar com as situações. E se acontece um desastre desses depois de 10 anos a equipe pode não estar preparada de novo, porque troca funcionário, troca gestão. E temos indústrias petrolíferas na costa então pode acontecer um outro desastre desses amanhã e se acontecer amanhã, estaremos aptos a saber fazer o manejo? É necessário haver um processo de capacitação continuado e partir da presunção de risco e não esperar acontecer. Isso é uma mudança de conceito.”

A exposição sem preparo das comunidades afetadas, universitários e voluntários sem o uso de EPIs como um todo trouxeram a tona o despreparo para o enfrentamento do desastre. As atividades de prevenção devem ser ressaltadas para proteção da população. A demora no tempo de resposta em nível estadual e federal gerou um maior grau de exposição.

“Em relação a lições é importante referir a questão do que aconteceu com muitos universitários que foram em ônibus cedidos pela universidade e se expuseram sem epi, sem nenhum preparo no mar. Eles foram estimulados e instigados a se voluntariarem sem qualquer instrução e aquilo foi incorreto e o poder público deveria se responsabilizar de informar que aquilo não deveria ser feito. Existem

empresas especializadas que fazem esse trabalho e eles não sabiam que não podiam entrar em contato com petróleo. E foi divulgado como se fosse uma causa maior que todos deveriam se colocar, retirar o petróleo como consciência ambiental e inclusive isso aconteceu com igrejas, escolas, crianças, empresas. Todos se colocando sem qualquer uso de EPI, ou orientação. Então isso fez com que muitas pessoas ficassem expostas. Há uma cultura de minimizar e ocultar os riscos e não fazer os devidos enfrentamentos que precisam ser feitos e o professor mostra como essa questão da prevenção deve ser ressaltada. A Universidade também é exemplo para a sociedade, então quando a universidade se coloca dessa maneira, sem uma reflexão prévia há uma responsabilidade dos professores, porque os estudantes acabaram se expondo e isso mostra a importância da informação e da difusão de informação. O Estado, a nível Federal, estadual e municipal demorou muito a tomar uma posição e retirar as pessoas da praia, porque a ordem só chegou numa quarta-feira e as pessoas se expuseram desde o final de semana. E haviam centenas de pessoas se expondo e por muitos dias as pessoas estavam em contato direto com o petróleo.” (PE – SMS 1)

A capacitação técnica dos profissionais que lidam com desastres como o derramamento de petróleo é essencial, tendo em vista a realidade de extração de petróleo nos territórios.

“A capacitação é muito importante. Nós não somos preparados para eventos tão grandes como esses. A queda de barreiras, chuva, inverno a SMS está acostumada, mas nesse caso de substâncias químicas petróleo não há esse preparo. Foi um grande desafio e aprendizagem. As pessoas foram aprendendo enquanto estavam fazendo. Mas o ministério da saúde e o estado já deveria estar preparado porque já houve histórico de vazamentos em refinarias. E se há extração de petróleo no local deve ser feito esse treinamento, mas isso não é disseminado. E se você passa essas informações para outros locais é possível aprender com as experiências, mas o que se percebe é essa ausência de capacitação técnica.” (PE - SMS 2)

A atuação em conjunto de todos os níveis administrativos junto a população foi um aprendizado importante.

“Continuar junto. Porque não há a possibilidade de uma secretaria só dar conta de tanta demanda e é necessário se juntar para conseguir o resultado pretendido. E todos se uniram a união, o estado, o município e a população e era importante essa articulação. (PB - SMS 1)

Outros municípios não conseguiram avaliar o aprendizado por estarem lidando com o desastre no momento da entrevista.

“Fica complicado dizer porque a SMS está vivendo esse momento de primeiro contato. E não houve demanda.” (PB - SMS 2)

Nem todas as secretarias municipais de saúde foram inclusas na resposta ao desastre.

“Município não foi incluído.” (PB - SMS 3)

Unificação do processo de comunicação, com estabelecimento de um COE seria importante para articular as ações. Há o relato de casos não notificados por resistência ao acompanhamento.

“Ter um meio de comunicação melhor estabelecido, se houvesse um comitê nacional, estadual, onde houvesse uma comunicação unificada. Estabelecer um coe para articular as ações seria importante para ter decisões em uma direção única, o trabalho aconteceu em casa área específica da secretaria sem que houvesse essa articulação entre todos os setores, o único momento onde houve essa unidade foi quando foi passado o protocolo, mas depois disso o trabalho ficou segmentado. Alguns momentos houve diálogo por conta de um caso. Que aconteceu numa praia de nisia floresta, mas o caso apareceu porque um médico disse que houve reação pelo contato com petróleo, mas poderia ter sido outra coisa pelo sintoma, e ela não quis manter o contato com a secretaria. Esse caso entrou pelo ciatox, depois foi para o cievs e eram duas crianças e a mãe não queria ir no serviço de saúde e seguir o protocolo então não foi notificado virou só um relato. A SMS ligava para ela e ela desligava o telefone, houve resistência e a secretaria teve que recuar.” (RN - SMS 1)

O processo do desastre foi visto como um aprendizado de capacitação. Porém também é indicada a necessidade da realização de capacitação para desastres futuros para preparação das equipes.

“O aprendizado é para os próximos desastres, a equipe técnica tem uma percepção de que foi um aprendizado que gerou capacitação e lições para momentos de desastres futuros, que pode ser a qualquer momento e vai possibilitar uma ação mais rápida porque a equipe não tinha experiência e não sabia o que fazer quando se deparou com essa demanda, então a equipe agirá sabendo o que fazer e como orientar os profissionais, como educar a população. Deveria haver uma capacitação para desastres futuros, para preparar as equipes. Com esse tipo de situação a equipe acaba se comunicando mais, se articulando mais para que as ações sejam mais dialogadas. Cada um faz sua parte, mas se fortalecendo e não repetindo ações.” (RN – SMS 2)

A vigilância, a capacidade de orientação e de notificação foram indicadas como questões a serem valorizadas. A parceria com as diversas secretarias e a celeridade no processo de comunicação com a população, com a troca de informações entre o Estado e a população também foi indicada um aprendizado.

“Precisamos estar mais voltados para essa parte da vigilância, de observar, de orientar, quando essa situação aconteceu não se sabia o que notificar, se seria só o contato, os sintomas, os sinais. E as vezes não se sabe o que de fato notificar. Foi uma situação que todos estão aprendendo em todas as secretarias, porque ninguém esperava. A parceria entre todas as secretarias e diferentes áreas é de suma importância, a comunicação, a celeridade no processo para a população foi muito relevante, inclusive a troca de informações entre os estados e a população.”(RN – SMS3)

Houve capacidade de preparação prévia ao desastre pela demora no tempo de chegada de petróleo na região, o papel de coordenação da prefeitura foi valorizado nesse processo. No local, apenas quem estava preparado previamente pode auxiliar nas coletas e universitários auxiliaram na difusão de informações para a população bem como no treinamento das equipes.

“O que a gente passou, o fato da gente ter recebido colocou a todos numa situação que a gente se preparou rapidamente porque a gente tava com tempo. Então houve o tempo para a SMS, se não tivesse tempo? Mas a experiência que a gente teve isso foi um dos ganhos maiores que a gente conseguiu todo mundo junto unir as forças trocar experiências, então essa interação foi possível construir essa ação. A gente foi solidário trocou experiências e cada um respeitava suas ações e o prefeito coordenou isso. As ações do prefeito foram muito importantes. Houve uma força tarefa e ficou bonito. A gente não colocou a população civil para fazer coleta, apenas quem estava preparado. Os universitários auxiliaram na orientação da população e no treinamento da equipe.” (ES – SMS)

5.2.12. Cenários futuros em relação a esse desastre e o que deve ser feito diante dos mesmos

Há necessidade de treinamento para lidar com demandas emergenciais, pela grande ocorrência de emergências sanitárias na região. Há apreensão sobre como se dará a testagem dos materiais, sem ser por observação visual. A falta de transparência nas testagens é relatada também pelos profissionais da SMS. Foi realizada campanha com captação de voluntários com cadastramento dessa população, que também recebeu diárias para realização do trabalho de limpeza das praias.

“Tem que ser feito algum treinamento, porque não tem preparo. Hoje foi o petróleo, mas amanhã pode ser o coronavírus. Hoje já tem 2.798 casos de coronavírus. E essa é uma área litorânea que vem gente de todos os lugares do mundo e o carnaval ainda vai acontecer. Houve um aperto com a H1N1 por conta de um turista internacional, então a equipe é surpreendida mesmo sem estrutura. Os pescadores voltaram a pescar e a vigilância está monitorando a questão da comercialização. Esse é um problema de muitos locais, porque não se sabe como será feita a testagem desse material, as pessoas avaliam a partir da observação visual. O ministério está soltando notas falando que os pescados estão próprios para consumo no Estado, mas não foi feita coleta no município. E foi orientado que se não há resquícios de

petróleo não há problema. Quando foi convocado os profissionais de toda a secretaria pelo prefeito foi feita uma nota para toda a população que quisesse participar e auxiliar como voluntário seria bem vindo e foi feito um cadastro de todas essas pessoas e também foi paga uma diária a todos que fizessem o cadastro e trabalhassem por diversos dias. Isso aconteceu por mais de 15 dias e houve o pagamento de quase uma semana de diária. Mas o volume de voluntários foi maior do que o número de pessoas que quiseram receber e quem quis recebeu esse apoio com o pagamento de diárias.” (AL- SMS 1)

A falta de informações sobre o desastre preocupa as SMS. Porém o trabalho articulado das equipes, com um processo de gestão com ampla participação da população e dos quadros técnicos gerou uma maior maturidade para lidar com desastres e fortalecer o trabalho de toda a rede.

“Quando se trata da natureza, porque não se sabe a origem do petróleo, fica complicado, principalmente pela forma que ele surgiu, causando um dano bem maior porque se entende que ele vem de uma fonte de cima. E fica difícil de fazer essa prevenção. Quando se refere a uma barreira, há uma área que é possível visualizar, e é mais fácil de tomar providências. Mas não há como saber o que virá da natureza. Um trabalho articulado, onde as mãos se entrelaçam a dor diminui. Houve um trabalho articulado em todo o município não apenas com a rede de proteção, mas também com a própria população. Há uma preocupação com as pessoas que estiveram em contato com a substância e por isso há a enquête para fazer o acompanhamento dessas pessoas e não se sabe a sequela frente a exposição e uma vez que aconteçam um problema de saúde sério, há necessidade de estabelecer um planejamento financeiro porque a despesa cresce também. Esse cenário foi uma escola, porque possibilitou visualizar a articulação que há na área da saúde e com a saúde o prefeito que se envolveu na ação, e isso deu uma visão do que pode ser organizado e realizado frente a outro desastre natural e que pode ser qualquer outro. Há essa visão de olhar as dificuldades e ficar mais organizados e o município foi muito bom porque o acolhimento foi muito bom por conta de todas as pessoas envolvidas em todos os âmbitos, não

apenas da saúde, ou da gestão, mas inclusive da população. E a maturidade que o município e as pessoas que fizeram o manejo foi muito grande e essa experiência foi muito ruim porque prejudica a vida das pessoas e é possível observar tudo que aconteceu e que vai acontecer. Essa nova gestão foca ação articulada e tem um grupo da gestão que todos estão juntos em um grupo único, tanto na gestão quando na ponta e há um programa no município que se chama “a saúde vai até você para captar os pacientes que a AB não captou. Levando os usuários até a sua equipe de referência e essa campanha acontece essa campanha todo mês e as vigilâncias se colocam presentes ofertando todos os serviços.” (AL-SMS 2)

A partir da existência da Petrobras no país, bem como a exploração de petróleo em outros estados seria importante haver uma interlocução com o órgão gestor de petróleo para garantir uma melhor preparação para desastres como esse. Há o pedido para desenvolvimento de ações do governo federal em prol de uma melhor preparação e resposta para esse desastre.

“A gente tem umas das maiores empresas de prospecção de petróleo do mundo que é a Petrobras, ouviu esse desastre e até hoje o setor saúde não foi chamado quando teve a articulação com a Petrobras para treinar as equipes. Não só o setor saúde e a como a Defesa Civil nossa do Município, não recebeu uma carta. Disse-se ai: Ó caso ocorra faça isso. Então o que a gente consegue fazer hoje com CODEBA treinando a população a Petrobras não consegue fazer com a gente. Então o cenário futuro é: tem que se haver uma interlocução com o órgão gestor de petróleo no país. A Bahia foi atingida a gente não soube o que fazer. Entendeu. Não era para ser tão inesperada, era para ser treinado a gente tem equipe, Sergipe tem vários campos de petróleo a gente tem refinarias grandiosas dentro do Estado e ninguém pensou nisso. Queria agradecer e pedir dialogo melhor com o Governo Federal, que isso não passe em branco e que a gente tinha aprendido essa lição, e dizer que com esses adventos de mudanças climáticas que estão vindo acho que cada vez mais vai ser muito necessário a capacitação desse setor. Nós tivemos em Salvador a primeira chuva de granizo, nunca ocorreu, ai pessoa quer

fechar os olhos para essa mudança de clima. Claro que vai impactar, então a gente tem que estar preparado para isso. Sabendo que a gente não vai evitar um desastre.” (BA – SMS)

A importância da análise do petróleo, bem como o fornecimento de respostas em tempo hábil.

“Tudo isso é novo. Temos materiais particulados, não sabem as questões que virão, os alimentos, a água, tudo é necessário conhecer. Todos foram pegos de surpresa. Então precisamos saber para poder planejar ações. A questão da análise do material, resposta em tempo hábil.” (CE – SMS)

É necessária maior preparação para desastres como esse, com fluxograma estabelecido e profissionais designados para cada ação necessária. Já havia identificação de “pixe” nas praias, o que mostra que é uma questão que precisa ser melhor monitorada e comunicada com a população.

“O futuro espera-se que não aconteça mais. Tem que haver um plano de ação, uma estratégia, para que na próxima vez caso aconteça novamente, já estarmos preparados caso aconteça um novo desastre, para já ter a lista das ações, já designar um profissional para fazer o acompanhamento, o técnico de laboratório já ir junto para testar a água. Ter um fluxo. Antes já havia pixe nas praias, então com esse acidente deu pra entender que não é normal ter petróleo na praia.” (PI – SMS)

Foi identificada a necessidade de monitorar a comunidade pesqueira. Foi relatada a presença de outros contaminantes como o esgoto no local. Com a exploração de petróleo no município, o que traz a percepção de que deveria haver um plano de contingenciamento elaborado para nortear as ações de maneira oportuna. A continuidade de acompanhamento nas unidades de saúde para avaliação também foi citada.

“É necessário monitorar essa população pesqueira porque eles estão em alto mar e podem ter agravos. E existem outras demandas que podem contaminar a população porque há locais que há inclusive a presença de outros contaminantes como o esgoto. E não apenas do

petróleo. No caso do município há exploração de petróleo, então deveria haver um plano de contingenciamento elaborado para quando acontecer e não havia nada definido nesse sentido, há ações com relação a acidentes na refinaria, mas nesse caso não houve nada. E continuar em contato com as unidades de saúde para continuar avaliando. E não houve nenhuma notificação do setor saúde inclusive do setor privado.” (SE – SMS)

A construção de um plano emergencial para manejo do desastre foi citada por diversas secretarias municipais, o fortalecimento da Vigilância ambiental, com construção de materiais educativos e o Enfoque na Atenção Primária pelo seu potencial de prevenção também são colocados como perspectivas futuras.

“Deixar um plano emergencial traçado para caso aconteça estejamos preparados. Falar com as equipes de Atenção Primária em Saúde e a Vigilância Ambiental do município para fazer um folder ilustrativo para orientar a população caso seja necessário. Preparar as equipes para saber lidar com as demandas de um derramamento de petróleo e principalmente com ações educativas. Focar na Atenção primária que trabalha com saúde preventiva tendo em vista a possibilidade da ocorrência desse tipo de desastre.” (MA – SMS)

Após o desastre, houve o aprendizado dos riscos de toxicidade sem o uso de proteção, o poder público deve aprimorar suas capacidades de comunicação de risco para a proteção da população. Com a realização da exploração ambiental no território é necessário garantir a construção de um plano de contingência, informação e capacitação das equipes técnicas com desenvolvimento para realizar o acompanhamento, articular a rede e qualificar o trabalho, em acordo com as atividades econômicas que se impõem no território, em parceria também com a academia.

“O município tem um porto, esse desastre pode acontecer novamente, mas as pessoas vão pensar duas vezes antes de colocar a mão no que não sabem. Muitos adoeceram após entrar em contato e aprenderam. E o poder público tem que aprender a colocar placas, carro de som falando para não entrar em contato com esse produto. O cenário futuro é estar mais preparado para esse momento caso aconteça. Mas nos lembramos também da experiência de Brumadinho e a história se

repete. É essa rotatividade que a saúde pública tem, com o contexto político, com essa conjuntura da saúde é difícil saber o que vai acontecer. Tem que haver plano de contingência, informação e capacitação e um país que tem exploração de petróleo tem que estar preparado para enfrentar um derramamento de petróleo, pequeno ou grande. É importante trazer a academia para perto da secretaria para realizar capacitação das equipes médicas, dos profissionais de saúde mental e em outras frentes para que as pessoas saibam o que fazer. Como realizar o acompanhamento, como articular a rede e qualificar o trabalho.” (PE – SMS 1)

Além da preparação e capacitação para desastres, há apreensão sobre os desdobramentos da exposição ao petróleo em longo prazo, o que pode acontecer devido à falta de ações de monitoramento e vigilância com relação às possíveis fontes de contaminação, o mar e os pescados. A dificuldade de diálogo entre atores em nível estadual, bem como a falta da estruturação de um protocolo também foram pontuados.

“Deve haver capacitação, preparação para desastres e não se sabe o que vem aí. Tem as pessoas que estão se banhando, comendo peixe e não se sabe qual o desfecho de saúde dessa população e deve se pensar no que esperar como trabalhador de saúde e como setor saúde. Como Cerest foi possível visitar outros municípios com muita incidência de câncer. E foi identificado que muitas pessoas trabalhavam em lavouras e estavam expostas a agrotóxicos e houve essa necessidade de investigar porque as vezes são exposições de mais de 20 anos e que geram desfechos a longo prazo. Então não se sabe quais os casos que vão se desdobrar com essa população que está exposta. Faltou a realização de um protocolo, e houve essa falta de diálogo para construção desse material articulado com as referências e diálogo entre os diversos atores em nível estadual também.” (PE – SMS 2)

A falta de informações sobre o desastre, bem como a falta de equipamentos de gestão preparados para lidar com o desastre, traz a tona a importância da valorização da academia e da pesquisa para estruturar o trabalho. Os profissionais que atuaram na remoção de petróleo nas praias e na gestão do desastre apresentaram danos como cansaço, problemas emocionais, ergonômicos, padrão de sono perturbado e ansiedade.

“Nos últimos dias apareceram novos pequenos fragmentos, algumas gramas e há o impacto porque é bastante desgastante e sem saber a origem e nem há uma solução porque o governo federal precisa se colocar com mais atenção e nossa costa é bastante desprotegida. Faltam equipamentos para que a gestão da costa seja mais eficiente. Ninguém sabe a origem desse petróleo e se vive com medo do petróleo reaparecer. E isso prejudica a saúde mental do próprio profissional que trabalha nessa gestão do desastre e das autoridades em cidades pequenas que sofrem muita pressão e não tem como dar resultados porque depende de uma estrutura que não é existente. É importante valorizar a academia, a pesquisa para estruturar esse trabalho. E o cansaço dos profissionais foi notável, problemas emocionais, ergonômicos por fazer essas buscas no território de bugre, padrão de sono perturbado, ansiedade.” (PB – SMS 1)

Há necessidade de realização de capacitação para compreensão dos impactos gerados pelo petróleo. A vigilância foi apontada como primordial para a prevenção.

“Hoje há um preparo do município. Há EPIs, a saúde está a disposição, os profissionais estão alertados, mas falta uma questão de capacitação dos profissionais sobre os impactos dessa questão do petróleo. A vigilância é primordial para a prevenção.” (PB – SMS 2)

Foi sugerida mobilização intersetorial envolvendo as vigilâncias e a atenção a saúde, com a de realização de oficinas pelo Ministério da Saúde para garantir uma melhor instrução num momento de desastre posterior.

“É importante haver uma mobilização intersetorial envolvendo as vigilâncias e a saúde. E até mesmo o MS fazer oficinas no município porque apesar de ter sido pouco no município uma situação como essa pode acontecer. E a equipe teria como ser instruída sobre o que se deve fazer numa situação de desastre como essa.” (PB - SMS 3)

Um monitoramento dos trabalhadores e das pessoas expostas ao petróleo foi pontuada como relevante. O treinamento realizado com mais de 2000 pessoas foi pontuado na atuação. É importante haver melhor preparação para desastres porque a percepção é que os profissionais estavam perdidos, inclusive a equipe técnica do MS.



“Deveria acontecer monitoramento dos trabalhadores e das pessoas para que se saiba o que tem relação com o petróleo. Por não haver muito produto não houve muito envolvimento das pessoas com o petróleo. A prefeitura se resolveu com essa retirada. Foi feito treinamento de mais de 2000 pessoas. É importante se unir mais quando acontecem os desastres, se enxergar o que cada um deve fazer em uma situação de desastres, como é uma rede as informações vem de cima pra baixo, não tem tempo de comunicar das áreas específicas com as outras áreas. Nunca vi as pessoas da saúde tão perdidas. O Ministério da Saúde também estavam perdidos sobre as orientações.”
(RN – SMS 1)

A preocupação com a contaminação por via alimentar preocupa a SMS, a preparação para lidar com as pessoas expostas, com acompanhamento e cadastramento traz a importância de orientar as pessoas a longo prazo.

“A contaminação dos peixes e dos frutos do mar, por isso é importante fazer o acompanhamento e cadastramento dessa população porque por hora não há eventos adversos, mas no futuro uma questão a se aparecer é a da contaminação pela via alimentar, porque não se sabe os impactos e qual a situação atual da presença do petróleo no mar. É importante fazer o preparo para lidar com as pessoas e como orientar a população a longo prazo, os sintomas, pessoas que entraram em contato e até mesmo as pessoas que ficaram responsáveis por lavar as roupas das pessoas que entraram em contato com o petróleo.” (RN – SMS 2)

A construção de um banco de dados, o levantamento das pessoas que tiveram contato com o petróleo, melhoria da articulação intersetorial e população para facilitar processo de comunicação.

“Fazer o banco de dados, o levantamento das pessoas que tiveram o contato inicial com esse petróleo e fazer uma melhor articulação entre as secretarias, as instituições e população junto á secretaria de meio ambiente, a população para que se facilite esse processo de comunicação entre todos. Porque se vier a acontecer novamente a população saiba que precisa se cadastrar e ser acompanhada pela

saúde a partir desse contato, e observada pela saúde e para fortalecer as ações articuladas, porque inicialmente as pessoas voluntárias saíram fazendo o que podiam, mas essa parceria precisa ser reforçada. Reforçar a articulação intersetorial e com a população é muito importante e a secretaria espera que essa comunicação siga sendo fortalecida.” (RN – SMS 3)

Há uma noção de preparação por parte da SMS entrevistada no Espírito Santo. Foi relatado que com a chegada do petróleo foi feita divulgação para que não houvesse queda do turismo, o que gerou um grande movimento, mesmo com a presença do petróleo. Configurando um turismo de desastre.

“Se o óleo chegar hoje em 2 horas a gente mobiliza a equipe mínima para colocar de volta, porque a gente tem epis guardados, equipe treinada trabalha junto, tivemos a limpeza. Hoje já sabemos os atores e temos o contato. A experiência. O óleo chegou em Curiri e a gente usou a divulgação para mostrar que a gente estava preparado para lidar com o óleo. Teve gente que veio pra conhecer o óleo, para ver o óleo. Então a pessoa veia achando que ia ver uma tragédia e viu um paraíso. A curiosidade as pessoas vieram para ver a desgraça e não viram e foi um verão maravilhoso. Brincando: O comerciante de “XXXXX” queria um óleo desse todo ano porque nós divulgamos. Agora as pessoas voltam pra passear.” (ES – SMS)

5.3. Comunidades afetadas

5.3.1. A chegada do petróleo cru nas comunidades

Com a chegada do petróleo, muitas comunidades tiveram como primeira ação o acionamento de autoridades no sentido de compreender o que poderia ser feito.

“A minha primeira atitude foi fotografar um setor onde é um replantio de manguezal aqui nas pedras e todo o manguezal estava escorrendo óleo no calo dele. Foi um setor localizado, basicamente. E enviei as fotos para uma ONG para que os biólogos informassem a Marinha, o Bombeiro e o Idema.” (RN - pescador associação comunidade) “A

gente acionou alguns órgãos como Ibama, Idema, prefeitura, Federação de pesca e a secretaria de pesca e a Marinha para ver o que eles iriam fazer sobre isso. Recolhimento, grau de gravidade e os danos que poderia causar, muito tóxico para a população e pra natureza e a gente queria ver como ia fazer com isso, porque a gente não sabia como agir. Todos estavam juntos nisso.” (RN - presidente da associação de pescadores e pescador comunidade) “Eu faço parte dum conselho do município que tem um grupo do whatsapp, então resolvi informar as pessoas que competem pra nos orientarem.” (RN - voluntária barraqueira comunidade). “Primeira coisa a gente teve um impacto de imediato, a gente ficou meio paralisado, tentamos entrar em contato com algumas autoridades.”(RN - Voluntário barraqueiro comunidade) “A primeira coisa que fizemos quando vimos o primeiro vestígio do óleo foi comunicar o movimento mpp, E aí teve uma articulação para mobilizar as secretarias do estado no município para poder fazer as coletas.” (CE - Comunidades movimentos sociais)

Porém, mesmo antes dos órgãos competentes atuarem a população acabou se inserindo voluntariamente na limpeza das praias, ONGs, barraqueiros, pescadores e donos de empreendimentos locais se juntaram para recolhimento do material por dias seguidos. O que acabou sendo essencial porque o apoio concreto para as comunidades aconteceu mais de 40 dias após o primeiro contato.

“Mas antes da ajuda dos órgãos oficiais chegar a gente já começou o trabalho voluntário com pá, com ciscador, com peneiras. E acabou que juntou as pessoas da nossa associação juntou uma boa equipe, mais uma ONG que tava presente também que era muito importante. A prefeitura mandou os garis também para ajudar, a prefeitura disponibilizou a tirar, tambores especiais para retirar o petróleo por causa do material, armazenou. Então foi todo mundo, o município todo se ajudando afetado diretamente e indiretamente.” (RN - Voluntário barraqueiro comunidade) “A gente foi um dos que avistaram primeiro, mandei um zap na associação dos barraqueiros e quem estava por aqui pegou seus funcionários, seus serviços gerais, seus rastelos, suas pás e começaram a recolher. Isso era dia 9 de setembro. Aí a gente ficou aqui até umas 8 horas da noite porque tava muito e quando a gente

saiu a praia tava quase toda limpa. Por um dois ou três dias precisou sim da mobilização da comunidade, dos barraqueiros que foi fantástico agiu muito rápido. Em três dias a praia estava limpa, claro que ao longo desse mês de setembro apareceu uma ou outra mancha, até porque elas ficaram presas nas pedras. Aí depois que a gente fez a coleta a gente ficou um dia com esse material, precisando que alguém retirasse esse material, porque só depois a gente foi informado do que se tratava, aí a gente já tinha sido exposto. Mas se a gente não tivesse colocado a mão naquele momento, a gente teria ficado exposto por quase 40 dias, então foi melhor a gente se expor naqueles 3 dias, eliminar aquele problema, armazenar num lugar x da secretaria de meio ambiente, que foi eles que vieram com triciclo pra ajudar. Porque a geografia daqui é meio difícil, a logística é complicada, então a gente levou esse produto pra lá, a gente acompanha todos os dias, novembro ainda teve uma ou outra manchinha. Eram placas inteiras que a gente ia dobrando e ela pegava. E onde você pegava nela, ela se espalhava.”

(RN - voluntária barraqueira comunidade)

Muitas comunidades de pescadores se mobilizaram no sentido de proteger seu território e a vida local. Sem o apoio de qualquer órgão competente, com o desespero instaurado e sem informações sobre a toxicidade do produto muitos se expuseram sem qualquer treinamento ou uso de EPIS. Os locais de armazenamento também foram escolhidos sem qualquer tipo de instrução ou apoio, o que significou a contaminação desses pontos de armazenamento, com o relato de o petróleo inclusive ameaçar a preservação de lençóis freáticos.

“O que a gente fez foi ajudar a correr atrás pra rebater pra que não entrasse pro nosso estuário, senão ia acabar de prejudicar mais do que somos prejudicados.”(PE - pescador de associação voluntário comunidade) *“Pensamos: Não vamos deixar chegar no mangue, não vamos deixar chegar nas praias. Houve relato de um jovem falando: peguei muito, peguei com a mão, descalço. Porque a minha preocupação é que não chegasse nas coroas, no lugar que a gente vive ali. E aí a gente tá falando de pescadores, de marisqueiras que vivem desses espaços, porque é o ambiente de trabalho da gente, onde chegou o petróleo e entrou dentro do manguezal foi um desespero tão grande,*

das companheiras que tem relatado ao longo desses anos, mas ficaram dias e mais dias com as suas canoas, suas embarcações, a serviço. Então todas as comunidades que chegou petróleo o contato inicial primeiro e de coletar muito foi dos pescadores. E não tava preparado porque não teve material de proteção.” “Nós nos organizamos e retiramos com nosso próprio esforço, e quando chegou a ajuda dos órgãos competentes, essa ajuda não chegou como a gente esperava, chegou de forma que estava monitorando, mas para tirar de fato do ambiente não tiraram. A gente coletou uma faixa de 100 toneladas desse material e o espaço na verdade, nenhum município se prontificou a preparar e fazer a contribuição de um espaço para colocar esse material, nem o município nem o Estado, a gente que identificou uma casa que não tinha servidão e colocamos esse material, esse material levou muito tempo e já estava passando para o lençol freático, como sobe o calor e aí derretia aquela coisa e aí foi que um tempo depois já não tinha mais a quantidade de petróleo que a gente já tinha coletado do meio ambiente.” (BA, AL SE- Comunidade Representações de mov sociais) “Desde que chegou o petróleo, eu comecei a retirada dele, no início foi uma tragédia pra todo mundo porque ninguém tinha conhecimento do risco que seria esse petróleo, então todo mundo queria ver a praia limpa. Não tinha equipamento de proteção – EPIs, não tinha nada, as pessoas iam pegar com a mão limpa pegando e tinha pedaços muito grandes que dava pra gente enrolar como se fosse um tapete, aí depois foram chegando pessoas que conheciam sobre petróleo, dizendo que não poderia manipular esse petróleo sem usar EPI, mas aí eu te confesso que uma grande quantidade, imensa, já tinha sido contaminado e entrado em contato com esse petróleo. A gente ia pegando e enrolando e colocando em sacos na areia. Uma coisa que chamava atenção é que quando colocava no saco plástico ele começava a derreter o saco plástico e começava a sair pelo fundo, então a gente começou a recolher e juntar aquilo na areia até chegar um saco mais resistente, aí começaram a chegar mais instituições, trazendo outros sacos e EPIs, mas tinha uma quantidade imensa, digo, só na Ilha de Cocaia tinha mais de 2000

“pessoas que tiveram contato com esse petróleo, sem treinamento nenhum.” (PE - mergulhador voluntário comunidade)

Mesmo em locais onde foram colocadas barreiras de proteção por autoridades a população ficou exposta pelo petróleo derretido que ultrapassou essas barreiras físicas. Com a chegada desse “óleo” a comunidade houve o relato de frutos do mar contaminados e afetamento nas condições de vida como um todo, com queda na venda de pescados e apreensão pela perda de renda forçada pela situação. Houve relato de coleta de pescados para testagem realizados pela Marinha em um município do Ceará.

“Nós não fomos afetados pelo petróleo bruto e sim pelo óleo do petróleo que fica na água, porque houve uma barreira de proteção e o petróleo ficou onde a marinha fez uma barreira, mas o óleo passou e afetou o nosso pescado e nosso marisco e nossa vida em geral. Também sentimos nos mariscos, e ele que encontrou algumas ostras afetadas por uma mancha e que parecia muito óleo. E aí foi chamada a Marinha para estar levando esses mariscos para estar pesquisando, pra essa coleta. meus filhos pescam, eles ficaram sem conseguir vender o pescado, porque as pessoas ficaram com medo de comprar por conta disso. Todos os pescadores e marisqueiras prejudicado por conta disso.” (CE - Comunidades movimentos sociais)

Mesmo com o apoio, realização de limpeza e orientação de autoridades sobre os riscos de contaminação pelo petróleo cru, em alguns municípios houve a descrença de pescadores sobre essa possibilidade de contaminação dos pescados. (o que se converteu no descumprimento nas ordens para pausa da pesca naquele primeiro momento).

“Apareceu muita gente da prefeitura, ICMBio que limpavam aqui. Mas teve gente que diz que o petróleo atinge o peixe. Mas por aqui nunca atingiu não.” (PI - Pescador comunidade)

Outros se depararam com fragmentos do petróleo em sua região sem se dar conta do que seria aquele material.

“Aqui nós já tínhamos detectado esses fragmentos, mas a gente nunca tinha imaginado que fosse petróleo.” (PI - Proprietário de restaurante comunidade)

Com a chegada do petróleo houveram grupos de pescadores que pausaram a pesca pelas condições do mar.

“Paramos de pescar, não podia pescar na costa e nem no rio. Ele veio a aparecer de madrugada já, de três horas da manhã para cá. Quando amanheceu o dia já amanheceu com uma rama de petróleo na praia.”
(SE - comunidades de pescadores e marisqueiras) *“A gente parou um dia essas manchas começaram vim de Recife e atingiu aquelas praias, atingiu estava impropria pra pescaria porque o pessoal tava vendo óleo ai ninguém pescou esse período ai ninguém tá pescando.”* (PB - pescadores comunidade)

Houve relato de medo em locais onde o petróleo não havia chegado. Com isso o consumo foi afetado pela ausência da realização de testagem dos pescados.

“A gente ficou com medo de [do petróleo] vir pra cá e atingir a gente aqui, né. Atingir nosso trabalho, porque a gente sobrevive do marisco e contaminar o marisco e a gente não conseguir vender. A gente estava com medo de comer o peixe, o marisco ainda comia, mas o peixe era difícil a gente comer com medo. Ninguém testou os peixes.” (MA - Marisqueira comunidade)

Houve realização de ações educativas em um município onde o petróleo não chegou, como um alerta de vigilância. Essa atividade serviu como ação preventiva naquele momento.

“A gente fez uma ação educativa pra ficar de olho se apareceria aqui na orla, mas não apareceu. Nenhuma das praias apareceu, que a gente saiba não.” (PI - Agente Comunitária de Saúde e moradora de comunidade)

5.3.2. Como a comunidade se organizou

A comunidade começou a se organizar a partir das informações que chegavam em outros locais, em comunicação direta e em seus movimentos sociais tentaram articular ações que chamassem a atenção do poder público para os impactos do derramamento de petróleo. Com o anúncio de que não era para se consumir os pescados, os pescadores começaram a passar por um aprofundamento de sua vulnerabilidade, com relato inclusive de muitas pessoas passando fome pela impossibilidade de comercialização do

pescado e grande afetamento pelas condições de vida sem qualquer tipo de respaldo das instituições responsáveis. Na comunicação de risco, os pescadores relatam uma percepção de uma maior preocupação com o turismo do que propriamente com a vida das famílias que dependem da pesca artesanal para sua subsistência, o que gerou desconfiança no acolhimento de informações. A preocupação geral também tinha muita relação com a ligação ancestral e reprodução de seus modos de vida que estavam sendo completamente afetados com o desastre. Mesmo nos municípios vizinhos a onde havia chegado o petróleo a venda foi afetada gerando um cenário de grandes vulnerabilidades.

"A gente começou a acompanhar os relatos dos companheiros de outros estados, já trocando informações, aí tivemos reunião estadual, assembleia estadual e durante a assembleia um dos companheiros recebeu uma ligação de uma instituição, o Conselho Pastoral da Pesca, que nos convidava para uma reunião que seria na segunda feira, que tava junto com outros pesquisadores, com alguns pesquisadores, e que tava convocando os movimentos sociais, e tal. A gente também fez contato com algumas outras instituições, outros movimentos e articulação, que a gente tinha contato, a Cofem, que tava preocupada e começou a cutucar, e aí aqui, a gente na Bahia fez essa primeira conversa e aí foi no início de setembro, e a gente fez uma reunião com os pesquisadores, os movimentos sociais, colônias e associações e a gente pensou que tinha que dar visibilidade a isso." "A gente fez uma ocupação, sem recurso, a principio foi de cara mesmo, mas aí com a articulação que tinha a gente conseguiu alguns apoios de instituições não governamentais, que ajudou a gente com transporte e a gente fez uma ocupação no Ibama, e a gente não achou que não ia ter muita visibilidade, mas teve muita visibilidade, ao ponto de chamar a atenção de outros estados, então mas a primeira ação foi disso. Chamar atenção. A gente tem algumas questões que não foram respondidas. Quem foi que causou o crime? Que quantidade de petróleo foi derramado no mar? Que tipo de petróleo é esse? O que que causa à saúde da gente? Contaminou ou não contaminou o pescado? E aí a gente começa a sofrer os impactos nos lugares que chegaram, mas também nos lugares que não chegaram diretamente saiu as primeiras

notas e o estado dizendo que não consumisse pescado." "Era uma preocupação para o alerta do turismo, então quem não pode ser contaminado é o turismo. Então por outro lado a gente ficava em dúvida se era isso mesmo porque o turismo estava em contato direto com as águas, tava entrando em contato direto com as águas, tava pisando no petróleo todo dia nas praias, tomando banho, engolindo água." "Mas até hoje a maior preocupação maior da gente é com a questão da saúde, mas também a questão cultural e ancestral. Porque o impacto direto com o petróleo, que assim nas comunidades que o petróleo chegou estavam mesmo em estado de fome. E houveram relatos em uma reunião na quarta feita dizendo que tem muita gente em uma situação difícil mesmo porque continua os estoque. O estoque anterior que estavam no freezer o pessoal não tá soltando ainda de camarão. E lá é uma potencia do camarão. Então as pessoas estão passando uma necessidade imensa. Energia cortada. Água cortada." (BA, AL SE- Comunidade Representações de mov sociais)

Com um movimento social ativo a nível nacional, as comunidades no Ceará relatam terem se organizado pedindo informações e orientações também para a secretaria de saúde da comunidade. Sem saber como reagir o MPP visirou diversas praias para averiguar a realizade das comunidades. O relato é que muitos se arriscaram sem o uso de qualquer proteção.

"Nos organizamos a partir do MPP, pedindo informações, procurando entender melhor, também fui na secretaria de saúde da minha comunidade, saber o que eles tavam fazendo. Eles também me disseram que não tinha nenhuma ação, que não sabiam como agir, dali pra frente é que eles iam procurar ver melhor porque tinha chegado lá uma pessoa toda queimada e eles achavam que tinha sido por conta do petróleo, mas também não tinham certeza, ainda iam fazer exame e tal. Então isso deixou a gente muito aperreado porque a gente não sabia como agir. Nós não tínhamos ação e os pescadores artesanais não sabiam o que fazer. É tanto que quando a gente teve o surgimento na praia, realmente o mpp se dividiu foi em algumas comunidades para ver, averiguar. E aí realmente dessa visita a essas comunidades foi que ele realmente se juntaram pra ver que órgãos que podiam estar ali

iniciando um momento certo pra gente estar vendo. Muita pessoas estavam se arriscando não tinha uma proteção." (CE - Comunidades movimentos sociais)

Onde o petróleo cru não chegou, as comunidades acompanharam pela mídia o que estava acontecendo. Apreensivos com os impactos no turismo e nas condições de manutenção da pesca, o medo foi uma realidade para essas populações.

“A comunidade ficou com medo, né porque afeta a gente vive mais aqui na barraca é do turismo. Ela ficou com medo, mas não apareceu. Então a gente ficou tranquilo.”(PI - Agente Comunitária de Saúde e moradora de comunidade) “Não, a gente observava mesmo só pela TV, jornal. Eu ficava atenta no jornal e teve até que chegou ali em Alcântara. A gente chegou a ficar com medo porque está bem perto. E a gente ficou naquela, com medo de atingir nós aqui.”(MA - Marisqueira comunidade)

Acostumados com a presença do “pixe” nas praias, houve relato de não preocupação com o que seriam os fragmentos que apareciam na praia durante o derramamento de petróleo e que turistas encontravam nos passeios, tendo utilizado inclusive produtos inadequados para limpeza da pele, como o querosene. Com uma conscientização maior apenas após o aparecimento na mídia sobre o desastre e com apreensão do quanto poderia impactar no turismo.

“Não. Todo mundo ficou assustado que não acontecesse aqui. Todo mundo ficou apreensivo, torcendo pra que não acontecesse aqui. Porque sabia que a gente seria afetado. Geralmente eram os turistas que caminhavam. Eles não percebiam que tinha na área melado de algumas gramas de petróleo. Aí, de repente, quando chegava aqui que eles sentiam, que eles iam chegar em casa iam passar um querosene, alguma coisa pra tirar o pixe, porque não sabia que era petróleo. A gente veio saber que era petróleo depois que saía na televisão. Que saiu os comentários. E até então a gente achava que era Pixe e tava tudo bem.” (PI - Proprietário de restaurante comunidade)

Houve relato de provisionamento de EPIs e realização de orientação sobre a coleta do petróleo em áreas não afetadas pelo derramamento. Em participação ativa no movimento social de que faziam parte, pescadoras relatam ter denunciado a situação das comunidades no Ministério Público Federal a partir de uma articulação nacional.

“A gente, aqui o pessoal do ICMBio, eles já trouxeram os kits de limpeza pra prevenir se esse petróleo chegasse aqui, pra gente fazer logo os primeiros socorros, como disse o ditado. Então a gente já ficou sob alerta pra se esse petróleo chegasse aqui, pra gente começar a se preparar pra fazer os primeiros socorros nas áreas afetadas, mas graças a Deus como não chegou a gente, como eu e ela e tem outras companheiras que a gente é do movimento de pescadores e da articulação nacional das mulheres pescadoras. A gente também foi pra Brasília, pro Ministério Público pra fazer essa denúncia sobre esse petróleo pra ver junto com outros estados, pra 16 estados que a gente foi em Brasília pra ver o que o governo ia fazer a respeito dessas áreas afetadas nesses estados.” (PB - associação de marisqueiras comunidade)

Foram realizadas ações de orientação sobre o contato com o petróleo e treinamento para recolhimento do material, com cadastramento de voluntários organizadas pela prefeitura e pelo órgão responsável pela pasta do Meio Ambiente e doação de Equipamentos de proteção individual feita por Organizações não governamentais em alguns municípios.

“Veio o Idema e a prefeitura e fez algumas reuniões pra gente ter uma noção e pra gente se cadastrar como voluntário no recolhimento do petróleo. Eles deram algumas aulas pra gente, como deveria agir que não poderia entrar em contato com o petróleo que é muito tóxico, Uma ONG deu equipamentos de proteção individual para armazenar caso fosse necessário, mas a gente espera que não tenha que usar. Pela prefeitura a gente teve algumas aulas, algumas instruções pra manusear esse petróleo.” (RN - presidente da associação de pescadores e pescador comunidade)

Além das orientações dadas por órgãos como o Idema e ICMBio, a Marinha também se inseriu nas atividades de limpeza das praias. Com as condições colocadas no mar, também houve pausa da pesca.

“O Idema se apresentou a colônia dos pescadores orientando a manipulação do produto tóxico, nos orientando a utilizar EPI, equipamentos de segurança, luva, capacete, bota, pra que não houvesse contato com o produto tóxico que tava encalhando na beira da praia.

Aqui foi uma pequena quantidade, não foi quantidade gigantesca, mas a Marinha logo após veio com a equipe, fizeram remoção das manchas de óleo, não foi de grande impacto pra gente, foi de muito pouco impacto, muito pequeno impacto.”(RN - pescador associação comunidade) “Nós esperamos resolver. O pessoal do ICMBio apareceu aí, teve reunião, falou com nós aí.”(PI - Pescador comunidade) “É, veio o pessoal do meio ambiente deram uma olhada viram que não tava em condição a pesca não tava a rede as vezes lançava vinha as vezes com com coisa de piche ai ninguém pescou.” (PB - pescadores comunidade)

A comunidade se organizou para a remoção do petróleo, a prefeitura apoiou com o recolhimento do material e foi oferecido treinamento para orientar a remoção de petróleo das praias, porém o curso aconteceu após a ocorrência do desastre, quando a comunidade já havia limpado as praias sem orientação sobre o uso de EPIs. O que foi visto de maneira positiva por conta da demora no tempo de resposta dos órgãos oficiais o que geraria aumento no tempo de exposição dos locais.

“A comunidade se organizou por um grupo de whatsapp. As primeiras manchas que apareceram foram do outro lado da praia, a gente ficou sabendo por bugueiros que passam por cima e enviaram no grupo, aí a partir desse momento a comunidade junto com as autoridades municipais se organizou do jeito que dava para recolher o petróleo, depois a prefeitura trouxe, pra continuar se viesse novamente, um curso. Eu participei desse curso, pra saber os EPIs, os materiais de segurança adequado pra ocasião e ainda bem que ninguém tinha tocado com a mão. Usou pá e ciscador. A única parte que a gente pecou foi no uso da máscara, porque ninguém usou. Ai quando foi fazer o curso. Foi dito que não podia pegar sem máscara, só que aí foi aprofundando o curso aí chegou numa parte que eu descobri que o tempo de exposição também com sol, os gases e a gente questionou, mas o que que é pior. A gente recolher do jeito que recolheu com ciscador, tá certo que a gente respirou um pouco. Ou ficar ali presente pra respirar todos os dias e esperar que venha uma ordem do presidente, não sei de quem. Aí disseram. Não realmente a melhor coisa a ser feito no momento foi recolher. Porque levando em conta o

tempo de exposição que os gases estão saindo lentamente e a gente tirou, colocou em saco de lixo, embalou, depois. Era tanto que a prefeitura teve que fazer uma logística diferente pra poder. Porque nosso lixo tem hora pra subir, pra recolher tudo, é um determinado só. Mas o petróleo não é uma coisa que dá pra colocar no lixo comum. E eles tiveram todo esse trabalho de recolher. E a gente fez o curso com eles lá e eles falaram os EPIs, o material de segurança caso tivesse mais mancha se aproximando. O aplicativo “Mar limpo” foi disponibilizado pra que eles pudessem ficar monitorando as manchas de petróleo. Porque o aplicativo “Mar limpo” monitora toda essa parte. E também tinha helicópteros da Marinha passando depois, e disponibilizou esse aplicativo pra todos nós que fizemos o curso e disse que a gente podia popularizar esse aplicativo, que quanto mais pessoas monitorando melhor.”(RN - Voluntário barraqueiro comunidade)

“tinha coleta quase que periódica. Foi a comunidade que fez.”(RN - voluntária barraqueira comunidade)

Houve relato de perda de material de trabalho por pescadores e queda na venda de pescados por conta do derramamento de petróleo, com queda de renda a ponto de faltarem insumos básicos. Foram observados diversos grupos profissionais e instituições atuando na coleta de petróleo.

“Se você fosse pescar perdia o equipamento de pesca e se fosse ter sorte de ir pescar, ficava com o freezer cheio porque ninguém comprava. Pobre já nasceu pra sofrer. Fomos comendo tomate, feijão, ovo. Não tinha o que fazer, não fizemos reunião. Daqui de aracaju até a coroa do meio você só via caminhonete, ambulância, muita gente de farda, carros brilhando no sol, gente engravatada tinha muita, gari, polícia, catando óleo, limpava tudo, a maré enchia e trazia de novo (SE - comunidades de pescadores e marisqueiras)

Muitos voluntários se organizaram em multirões. Houve envolvimento de pescadores para auxiliar a coleta no mar.

“No grito, chamando vem nos ajudar, vem nos ajudar, mandando zap pra um, mandando zap pra outros, aí eu já pedia ajuda pra um, fazia um mutirão, vem todo mundo. Um chamando outro tanto de boca como nas redes sociais, e foi juntando essas pessoas, aglomerando, muitos

barcos de pescadores se envolveram também pra levar as pessoas pras áreas em que tava o material pra também trazer o material. Então foi uma loucura na verdade, uma loucura e um desespero ao mesmo tempo.” (PE - mergulhador voluntário comunidade)

Houve articulação do CEREST com dez pescadores para realização de coleta do material, com o uso de EPIs.

“O que as meninas do CEREST veio conversar aqui comigo e trouxe umas redes, uns baldes, umas luvas, umas máscaras pra gente correr atrás e ajudar eles. Eu fui um dos 10. Eu trabalhei 24 horas aqui pra não deixar entrar. A gente ficou com as redes esperando as manchas, mas umas pequenas que entrou a gente pegava com os baldes. As manchas maiores a gente ia pegar lá pra fora na costa da praia. Aí nem conseguimos colocar pra fora porque faltou gasolina na hora. Ficamos a deriva.”(PE - pescador de associação voluntário comunidade)

5.3.3. Que atores foram envolvidos e como se articularam para atuarem na situação do derramamento de petróleo

Os pescadores se reconhecem como atores do processo e identificam a parceria com a academia com orientações sobre a questão da saúde e os riscos do contato com o petróleo cru.

“Fomos nós pescadores, a primeira iniciativa foi de um pesquisador que fez uma nota trazendo a problemática, trazendo a questão da saúde.” “Os apoiadores principais, os parceiros mesmo, são os poucos parceiros que a gente tem dentro da Universidade.”

A Marinha e o IBAMA tiveram a ação reconhecida no Comando Unificado, porém sem dar respostas ao longo do processo o que gerou falta de acesso de informações para a comunidade afetada. Houve provisão de EPIs e recrutamento de voluntários pescadores para atuar no recolhimento de petróleo. A falha no tempo de acionamento do Plano de contingência nacional foi notada pelas comunidades afetadas.

“A Marinha, o IBAMA teve um grupo chamado comando unificado, Mas o comportamento do Ibama era falar que estava tudo sob controle, o comportamento da Marinha era pra dizer que já tava investigando.



Não tinha resposta nenhuma. Mas colocava aquilo como muito natural. Não tem uma resposta. e todo o estado, todo o Brasil viu e constatava que teve uma falha do presidente de não acionar um plano nacional, mas ninguém resolvia” “eles disseram que tinham mil kits de EPI e queriam saber a quem da equipe dos pescadores poderia ser fornecido para fazer trabalhado. Porque o pescador conhece o mar, ele é treinado para pescar.” “quando a gente ia pra discussão cobrando informações sobre isso o pessoal da Marinha e o pessoal do Ibama disse que está estudando, mas os estudos estavam acontecendo de forma sigilosa. Então pra gente também foi negado o direito à informação.” (BA, AL SE- Comunidade Representações de mov sociais)

Houve acionamento de garis para recolhimento do petróleo, mas o uso de EPIs adequado foi questionado pela comunidade que presenciou as ações. Além de terem identificado uma maior preocupação com o turismo e como a cidade estava sendo retratada na mídia e não necessariamente com a população local.

“Aqui através do movimento comunicaram a prefeitura e mandaram os próprios garis coletar o petróleo, sem nenhum produto especial, luva normal. Tinha gari que nem luva tinha, até a menina registrou ele estampando a garrafa e tomando a água. O trabalho da prefeitura era esconder o vestígio do óleo, porque como a cidade é um ponto turístico essa chegada do óleo ia prejudicar o município, né?! Eles rapidamente mandaram os garis fazerem uma limpeza rápida. Os garis tinham passado varrendo, mas a maré tinha trazido muito mais do que os garis tinham coletado. E aqui na prefeitura divulgou que tinha limpado a praia. Divulga pras mídias que a praia tá limpa. Aí a atitude que eles tomavam era essa, de mandar os garis rapidamente ali pra tirar umas fotos, junto com o prefeito, junto com os vereador atrás, que nem no óleo pegavam, ó nós estamos limpando a praia. E eu tava lá vendo que não tava sendo aquilo. A preocupação deles não era o óleo. Era a visão da cidade. O que eu percebi que a preocupação do poder público era com o turismo deles. Não era com nós pescadores, era com o turismo. Era esconder aquilo das pessoas que vinham visitar a praia . E nós, como nós íamos ficar?” (CE - Comunidades movimentos sociais)

A Secretaria de Saúde e o ICMBio foram identificados como atores no processo.

“Só o pessoal da Secretaria de Saúde mesmo. O pessoal do Peixe Boi (ICMBio).” (PI - Agente Comunitária de Saúde e moradora de comunidade) “Aqui teve inclusive um doutor (Vigilância ambiental da SES PI) com equipe, teve pessoal da Marinha frequentando com consistência, Ibama, ICMBio, por semanas fazendo visita.” (PI - Proprietário de restaurante comunidade) “Eles falaram aí que podia parar a pesca, mas aí foi umas manchas que passaram ligeiro, ligeiro apareceu de uma hora pra outra, mas ligeiro acabou. Aí nós fomos pescar de novo. Pouco tempo depois. Eles trabalharam na beira da praia uma semana e meia, duas semanas. Mas a gente pescava. Porque o óleo nunca chegou a atingir peixe nenhum. Nós comemos normalmente. Teve reunião dos pescadores junto com pescadores, ICMBio, Semar, tudo teve reunião aí.” (PI - Pescador comunidade)

Foram realizados mutirões com a participação de órgãos como a Marinha na remoção de petróleo, em localidades com menos pessoas haviam garis realizando a remoção do petróleo das praias.

“Órgãos, Marinha, teve muita gente trabalhando para limpar a areia. Teve mutirões. Em outro município não tiveram pessoas para ajudar, nos órgãos públicos. Nos lugares de grande quantidade teve gente pra ajudar, turistas, todo mundo estava ajudando. Só tinham alguns garis que vieram ajudar, ganhando vinte reais da quentinha e cinquenta reais por diária.” (SE - comunidades de pescadores e marisqueiras)

Houve ampla participação nas atividades de remoção do petróleo em Pernambuco. Pescadores, donos de estabelecimentos, ONGs, Defesa Civil, bombeiros, CEREST, IBAMA, prefeitura, órgão de Meio Ambiente, academia, órgãos municipais, estaduais e federais.

“Quando os pescadores viram de madrugada o petróleo aí começaram a correr e chamar outras pessoas. Enquanto um ficava tirando, o outro já ia chamar os outros na casa. Chamou também muito apoio nos hotéis, mas que infelizmente os turistas que estavam no hotel não foram. Quer dizer aí foi se aglomerando muita gente. Foi se retirando, retirando. Teve muitas instituições que depois chegaram, houve universidade, houve vários ONGs, houve também pessoas do município,

no caso da Prefeitura, houve Defesa Civil, houve também o pessoal de SUAPE, o pessoal também do o órgão estadual de meio ambiente do estado, muitas instituições tanto municipais, estaduais, órgãos federais como universidade, Fiocruz, ONG participaram.”(PE - mergulhador voluntário comunidade) “Pescadores, o povo da prefeitura, o povo do CEREST, o bombeiro e tavam de conjunto com a gente fazendo plantão 24 horas.”(PE - pescador de associação voluntário comunidade)

O Ibama participou do monitoramento de praias na Paraíba.

“Vinha um pessoal de oito em oito dia o pessoal do Ibama vinha dava uma olhada analisada.”(PB - pescadores comunidade)

Houve articulação dos pescadores e pescadoras artesanais com o poder público para a realização de monitoramento e prevenção durante o derramamento de petróleo.

“Foi os pescadores e pescadoras artesanais. Aqui a gente teve a colaboração também dos ator foi ICMBio, porque aqui nós vivemos numa área de Reserva, RESEX. Aí o ICMBio sempre nos deu esse apoio e a gente, quando a gente foi pra Brasília a gente teve ajuda do secretário da pesca aqui. A gente foi pra uma reunião lá na Assembleia legislativa. Aí a gente teve junto com um grupo que eles criaram de Meio Ambiente, pra justamente ficar ligado nesse derramamento de petróleo. Pra fazer algumas ações. Pra evitar de ter problemas maiores. Junto com secretário e outros deputados também, a Marinha, os órgãos ambientais, então todos envolvidos e eles sempre estavam monitorando aqui a praia, sempre olhando, fiscalizando com carros pra olhar a praia, com helicópteros. Sempre olhando, nos apoiando, nos ajudando. A prefeitura nesse sentido.”(PB - associação de marisqueiras comunidade)

Houve participação ampla da população nas atividades de limpeza das praias no Rio Grande do Norte. Organizados em associação se organizaram em mutirões para garantir uma limpeza ágil.

“Associação, comunidade, pessoas locais, amigos da praia, amigos da cidade, gente que não era de nenhuma associação também vieram, o pessoal veio em peso, então por isso que aqui foi uma coisa aqui foi rápido e a quantidade que veio, não veio naquelas placas gigantes, ela veio em pequenos pedaços que facilitou o recolhimento.”(RN –

Voluntário barraqueiro comunidade) “Diretamente foi a Associação dos barraqueiros, a gente tem um grupo já formado, por diversos outros interesses, que a gente atua já na praia pra realizar ações. Então através desse grupo a gente conseguiu organizar mutirões que vinham e cada um se responsabilizava pela frente da sua estrutura e ainda vinha nas áreas que não tem. Então a gente conseguiu que rapidamente sumisse. Sumisse não, foi para um depósito da prefeitura, não foi jogado em lixo comum.”(RN - voluntária barraqueira comunidade)

Houve coleta realizada pela Marinha pelo Idema, junto a ONGs e pescadores.

“Houve coleta durante toda a baía, pela Marinha do Brasil, junto com o Idema e a Ong Oceânica também, houve colaboração da população também, dos pescadores, na retirada do produto tóxico que estava encalhando na praia, pequenas manchas.” (RN - pescador associação comunidade)

As comunidades também se organizaram inscrevendo voluntários para a coleta do petróleo.

“Da comunidade foram pessoas voluntárias que a gente inscreveu. Cada comunidade por volta de 80 pessoas, 20, dependendo de quem queria se inscrever, né?! Ninguém trabalharia obrigado.”(RN - presidente da associação de pescadores e pescador comunidade)

5.3.4. Casos de pessoas que apresentaram sintomas ou problemas de saúde relacionados com a exposição ao petróleo cru e o que foi feito a partir disso

Na tentativa de salvar seu território, pescadores e marisqueiras se colocaram nas atividades de limpeza das praias, rios e mangues, houve relato de pessoas passando mal,, com falta de ar, desmaios. Como não havia aparato médico. A própria comunidade se acolheu.

“Eu presenciei companheiros que estavam comigo na área, que tavam tirando e tiveram reação complicada, companheiros que passaram mal com falta de ar, desmaio, que tive que tirar do local, colocar na sombra porque a gente não tinha aparato médico, não tinha nada, ninguém da

saúde acompanhava a gente, então a gente mesmo, por iniciativa nossa, a gente tirava esses companheiros e amparava os companheiros que passavam mal retirando, pelo contato com esse material. No começo a gente não tinha essa esperteza de se proteger, que na verdade foi surpreendido pelo material que foi para os mangues. Aí a gente já teve ideia de fazer proteção dos mangues com nosso próprio material, com rede, com folha, com madeira, pra poder fazer contenção nos mangues, pra não contaminar mais do já tava contaminado de contaminação dos mangues e rios.

O odor incomodava a população.

“E tinha um cheiro horrível, um cheiro que incomodava.”

As pessoas entraram em contato com o petróleo e se questionaram sobre a possibilidade de contaminação. As pessoas foram orientadas por pesquisadores e profissionais da vigilância em saúde do Estado na Bahia sobre a importância do acompanhamento de saúde nos próximos anos.

“Aí há uma suspeita porque quando veio o material, surgiu até uma matéria que passou sobre o petróleo é invisível, eu por viver, na verdade quanto a gente pegava ele, era aquela massa, aquela coisa densa, mas aquelas partes que ficava dos arrecifes de coral, naquelas poças ele se desmanchava, virava aquele troço preto, aquela água preta por cima e falava que aquilo não contaminação, mas tem que contaminar alguém, pelo menos esses arrecifes de corais, algas, as espécies, não é possível que não contamine nada.” “Teve orientação do pessoal do professor, principalmente do pessoal de saúde que precisa ter o monitoramento. Teve o relato também de uma pessoa da Vigilância em Saúde do Estado que ela também tem estado em espaços de debate, audiência pública que ela diz que essas pessoas que tiveram contato direto com o petróleo precisa ser monitorada no mínimo durante 5 anos para ver as mudanças, não sei o que e tal.”

Há o questionamento sobre a preparação dos profissionais para o acolhimento das comunidades afetadas, assim como sobre a falta de profissionais nos postos de saúde para acolhimento das demandas da população, o que configura dificuldade de acesso às políticas do SUS.



“Porque que não aparece essas pessoas que tiveram problema de saúde, com contato direto com o petróleo? Porque os postos, os profissionais não estavam preparados para isso. As pessoas não aparece como notificação. Por mais que se fale, mas não aparece. As pessoas falam que entraram em contato e a partir disso ficou tonta, teve sintomas e mesmo assim não são notificados. Então essas comunidades, as políticas públicas são ausentes, então a gente, nós temos em todas as comunidades de pescadores com dificuldade de ao acesso à política do SUS, a gente tem dificuldade. Pra você ter uma ideia onde eu moro tem oito meses que não tem médico no PSF, então assim. Então provavelmente todas as comunidades tiveram dificuldade de ter acesso. Sempre tiveram dificuldade.” (BA, AL SE- Comunidade Representações de mov sociais)

Houve relato de contaminação prévia por outros contaminantes de acordo com as comunidades afetadas, com uma exposição ainda maior das mulheres.

“E tem outra coisa de saúde. Já existe uma contaminação. Outra coisa que pode identificar e isso assim: se essas pessoas continuarem sendo monitoradas vão identificar contaminação que não tem nada haver com petróleo, porque já existe contaminação. A agonia da gente aqui é que é mais uma contaminação em lugares que já estão contaminados. E a exposição principalmente dessas mulheres. E a agonia dessas mulheres para que esse petróleo não chegasse no manguezal é porque a gente fica por mais tempo exposto a essa lama, a esse espaço, ambiente de trabalho. Tem sido difícil a experiência que a gente teve demonstras pros governantes, pros gestores, tanto municipal, estadual e federal de que a questão cultural, ancestral, mas é também o ambiente de trabalho da gente. E quando a gente fala de saúde.”

A falta de insumos básicos e a falta de informações sobre a qualidade dos pescados gerou danos emocionais para as comunidades, o que aumenta as condições de vulnerabilidade e compromete o futuro das novas gerações. Além disso, houve relato das questões de dificuldade de cadastramento das comunidades de pescadores para recebimento de defeso que não são atualizadas há muitos anos, o que dificultou o acesso a recursos pelas comunidades afetadas. Muitos dependeram de doações para sua subsistência no período.

“E assim, o emocional da gente começar a ver dentro de casa a única coisa que a gente tem pra dar para os filhos é o peixe, que a gente não tem certeza que aquele peixe não está contaminado. Então assim, foi uma falta de humanidade da gestão pública de todos os setores, seja ele de saúde, infraestrutura, todos os setores, gestão pública ou não, foi de forma tão desumana que tratou esse crime ambiental. E quando a gente fala disso a gente tá falando também das gerações futuras e tal, que do jeito que tá indo em nome desse desenvolvimento que é pra acabar mesmo com a existência da gente. Do jeito que tá indo essa geração está ameaçada, ela dificilmente vai sobreviver.” “A gente entregou como pauta no Nacional “mais de 600 mil carteiras suspensas, canceladas e não entregues principalmente pra juventude, desde 2016, defeso não liberado, 2016, 2017. 2018, 2019 milhares de pessoas ainda não receberam seu defeso. Aí eles fazem: vamos dar um auxílio emergencial. Criaram os conselhos deles que muita gente ficou de fora. Quem tem carteira suspensa, quem tem cancelado, quem tem protocolo não receberam, muita gente que tá com a carteira ativa que era pra receber não receberam. Então estão brincando com a gente.” “Sem falar na humilhação que aquelas comunidades que de certo modo quando percebeu que a fome tinha chegado ali essas comunidades tentaram buscar alternativa gravando vídeo, teve pessoas que se sensibilizaram começaram a fazer doações com cesta básica e tal. E já teve um ponto que isso não é costume do pescador. O pescador é acostumado a dar comida, né?! Dessa vez a gente teve que pedir. E ainda teve o outro lado que começaram a criticar, a dizendo que pescador tava preguiçoso querendo viver sem trabalhar. Toda essa situação que passamos e que a gente tem que ver como vai recuperar tudo isso.” (BA, AL SE- Comunidade Representações de mov sociais)

Com informações sobre outras localidades a comunidade evitou o contato direto com o petróleo, o que diminuiu os riscos de contaminação. Sendo que a população também orientou banhistas sobre os riscos desse contato desprotegido.

“Quando chegou o óleo lá a gente já via casos de outras praias. Aí com a internet o cuidado com as pessoas de não ir diretamente, ter mais



essa precaução. Então por conta da experiência de outras praias a gente já teve medo de pegar diretamente aquele material. Aí a gente ficou mais alerta, alertando várias outras pessoas pra gente não se expor dessa forma. Que a gente podia prejudicar a nossa saúde e aí foi a gente já diretamente divulgando para não entrar em contato direto porque a ideia era que a gente fizesse um multirão para limpar. E aí quando chegou a consciência da gente ter esse cuidado, não se expor mais por conta que era muito grave, era um óleo que tinha uns produtos químicos muito fortes e aí a gente teve aquela cautela. Não vamos nos expor a não ser que tenha uma proteção específica pra gente usar pra gente fazer essa limpeza. Mas isso por conta da experiência de outras pessoas que tiveram reação grave em outras praias. A gente teve esse cuidado. Pra nós lá veio uma menor quantidade. A nossa preocupação foi com banhistas tomarem banho porque tinha uma preocupação com gestantes e aí a gente orientava as gestantes a não tomarem banho, por nós mesmos a gente teve um período de não querer entrar na água por conta disso. Desse óleo.” (CE - Comunidades movimentos sociais)

Em outros locais não houve identificação de danos a saúde.

“Não. Que a gente saiba não. A preparação do pessoal aqui era pra comunicar se aparecesse, mas não apareceu.” (PI - Agente Comunitária de Saúde e moradora de comunidade) “Aqui que eu saiba não. Se houve foi sem meu conhecimento.” (PI - Proprietário de restaurante comunidade) “Não. A reclamação do pescador é que os órgãos queriam empatar a gente de pescar, mas só que a sobrevivência aqui é pescaria. Então se parar, como é que nós vamos viver?” (PI - Pescador comunidade) “Até agora não vi falar não. Mas isso é porque eu acho que esse óleo não prejudica a saúde não. Antes de fazer as ações o pessoal do CEREST deu as instruções pra gente não se prejudicar, né?!” (PE - pescador de associação voluntário comunidade) “É, aqui ninguém teve problema” (PB - pescadores comunidade) “Não, porque aqui a gente não teve a exposição, porque foi pouco. Tirou rapidinho, mas não ouvi falar.” (PB - associação de

marisqueiras comunidade) “Mas não aconteceu nenhum caso.”(RN - Voluntário barraqueiro comunidade)

Houve contato com o petróleo em algumas localidades, porém sem a identificação pela população de agravos de saúde, inclusive lesões na pele causadas por solvente para remoção do material também não foram consideradas como resultado da exposição ao petróleo.

“Assim, diretamente não. A minha filha teve um negocinho de pele, mas foi porque no primeiro dia, por falta de informação, a gente passou removedor de tinta pra tirar, aí queimou a pele dela. Mas na hora que a gente viu que estava ficando vermelho a gente viu que não estava dando certo. Mas era o produto para remover e não o petróleo em si. E sim o óleo. Porque nenhum de nós teve nada na pele. Aí passou óleo e saia da pele e não causava nada. Aparentemente, porque a gente não sabe futuramente se a gente foi exposto a algo.”(RN - voluntária barraqueira comunidade)

Houve relato de alterações cutâneas após exposição ao petróleo, antes da orientação dos órgãos competentes acerca do uso de EPIs.

“Algumas pessoas irritavam a pele no início antes das orientações dos órgãos ambientais da utilização do EPI, não se sabia o quanto a parte tóxica atingiria a reação alérgica na nossa pele, algumas pessoas sentiram algumas reações. Sim, mas foi de muito leve impacto na saúde, muito leve. Que eu sabia não foram atendidos.”(RN - pescador associação comunidade)

Foram identificados sintomas como náusea, cefaleia após a exposição em atividades de limpeza das praias. Tendo sido acolhidas no serviço hospitalar do município vizinho.

“Eu ouvi rumores que algumas pessoas, os garis que trabalharam para a prefeitura e alguns foram direcionados para a manutenção e limpeza do petróleo e alguns sentiram enjojo e dor de cabeça. Que o cheiro também é muito forte. Eu mesma estive nas pedras lá e realmente dá náusea. O cheiro é muito forte. Mas que eu fiquei sabendo foi só isso. Eles tomaram medicações para passar o enjojo, passaram uns dias sem comidas pesadas para desintoxicar e eles também estavam protegidos com luvas, blusa de manga comprida, com botas, com chapéu, com

máscara.” “Fiquei sabendo também do que ela falou. Eu vi também outras pessoas que não era nem, que estava tomando banho que encostaram no petróleo, depois ficou aquelas manchas e depois sentiu alguma coisa ruim no corpo, deu dor de cabeça, náusea e procuraram posto de saúde, o hospital do outro município que fica aqui do lado, porque aqui não tem, só tem lá.” (RN - presidente da associação de pescadores e pescador comunidade)

Houve relato de turistas que entraram em contato com o petróleo nas praias e tiveram reação alérgica após exposição. Porém outras pessoas se expuseram sem apresentar sintomas.

“Da comunidade não, só de turistas que vinham na praia, em festas tinham contato com o óleo e saiam com alergia, mas da comunidade pesqueira, até onde tenho conhecimento não. Teve uma vez que um pescador foi pescar e chegou até o fio de cabelo com óleo, mas, não teve reação nenhuma não.”(SE - comunidades de pescadores e marisqueiras)

Em Pernambuco, houve o relato de muitas pessoas apresentando sintomas como tontura, náusea, conjuntivite química, mal estar nos primeiros dias de atividade de recolhimento de petróleo nas praias. Quando outros órgãos se inseriram as pessoas começaram a ser atendidas e medicadas. Um voluntário relata que suas condições de saúde pioraram muito após as atividades de voluntariado e que está sendo acompanhado pelo serviço de saúde, porém há uma demora nesse acompanhamento.

“Muitas pessoas, muitas pessoas na hora passavam mal, tinham tontura, náusea, os olhos lacrimejavam, ardia muito os olhos, muitas pessoas mesmo passaram mal. Essas pessoas que estavam passando mal era retirado, não era medicado por que não tinha médico, não tinha nada ali no momento. Isso nos primeiros dias. E iam simhora. Aí depois no segundo dia começou a chegar Defesa Civil, aí chegou Bombeiros e começou a dar assistência a essas pessoas que passaram mal, mas assim medicavam e depois mandavam a pessoa embora. Nada mais. Eu fui um que sofri desses sintomas. Na época que eu senti os sintomas, eu não tava preocupado comigo, tava preocupado em tirar, porque eu fiz um mergulho e tava tirando tanto do fundo do mar pra botar pra cima e depois carregava meu barco de petróleo pra trazer

pra terra. Então não tinha tempo pra prestar atenção no que tava acontecendo comigo. Fui atendido no mutirão que fizemos em uma praia, aí passaram alguns exames, aí encaminhou ao médico essa semana, aí inclusive terça feira eu vou me encaminhar ao médico pelo SUS, e ele passou os exames e eu tô aguardando agora dizer a data que eu vou fazer os exames. Te confesso que de lá pra cá eu não tive mais saúde. Eu mergulho, nunca tive doente na minha vida. Mas depois do contato com o petróleo eu tive sempre doente e o que é pior é que é uma doença invisível porque eu posso te mostrar, igual eu mostrei na terça feira agora exame de coração, exame de sangue, vários exames que eu fiz, não acusou nada. Mas eu mostrei pro médico, era pra eu vim amanhã no mar, vim hoje porque eu sinto muita náusea, os olhos ainda fica muito ardendo e eu tô sempre em contato. Ontem mesmo eu mergulhei lá numa ilha pra tirar quatro pedaços desse tamanho que estavam lá preso no mangue. Ainda tem petróleo lá. E nunca pegue catapora, sarampo nunca, se eu mostrar pra vocês você não vai ver esse foi a 20 dias atrás depois que eu tive contato com o petróleo, tô todo estourado, todo estourado mesmo. Dessa última vez que eu mergulhei pra tirar o petróleo, eu não tava tendo o conhecimento, porque eu fui levar o pessoal pra fazer um lual, aí o rapaz disse. Olha, tem petróleo aqui. Aí eu peguei um visor, a máscara, fui lá mergulhei e tava mesmo. Aí eu fui lá e tirei. Pronto, aí quando eu cheguei em casa, tomei banho, tava aquela coceira, aquela coceira e comecei a estourar todinho. Aí fui no mutirão pediram os exames e falta só fazer esses exames pra ver. Porque o que acontece aqui, eu tenho a guia do médico, aí eu vou no postinho que tem aqui, aí nesse postinho eles vão, botam pro caderno, aí paciência porque passa 3, 4 meses pra fazer os exames, geralmente é assim.”(PE - mergulhador voluntário comunidade)

5.3.5. Como as manchas de petróleo cru comprometeram as condições de vida e trabalho da comunidade

Os pescadores relatam que trabalharam na retirada do petróleo sem qualquer reconhecimento do Estado e refletem sobre a falta de resposta mesmo após a mobilização social em diversas instâncias do poder público.

“Quando a gente fez o trabalho de retirada, nós pescadores fizemos o trabalho de retirada desse petróleo nas praias a gente acabou trabalhando de graça pro próprio Estado e o retorno disso a gente nunca teve, a gente teve um retorne de limpar nosso espaço de trabalho, mas o reconhecimento do Estado a gente nunca teve. E aí parte disso, de todas essas andanças de todas essas ajudas que nós fizemos, de ocupações, toda articulação e todo campo do ministério publico federal e estadual não tem resultado de ações nenhuma.”

Em municípios onde o petróleo não chegou, houve queda na venda de pescados, o que acabou aumentando a vulnerabilidade de boa parte da população que ficou sem condições de reprodução de sua subsistência. Mesmo com as mobilizações não houve retorno sobre o acolhimento das demandas dos afetados pelo desastre.

“Lá no município o petróleo não chegou, mas a gente foi atingido indiretamente, porque lá é 90% de pessoas que fazem atividade da pesca, lá o comércio da pesca é muito grande. As mulheres fazem atividade, pesca, beneficia seu pescado e vai comercializar. As mulheres comercializam sexta e sábado. As mulheres estavam voltando com a mercadoria toda pra casa porque não tava conseguindo vender aqui na feira. Aí essas mulheres que são chefe de família que estava voltando com sua mercadoria. Que não tava tendo condições de alimentar seus filhos, lá na comunidade o impacto tava muito grande. Porque lá é 5% prefeitura que emprega e 5% o comércio. 90% é a pesca artesanal e quando a gente não consegue pescar e nem vender, como que a gente consegue sobreviver? A gente fez muita ação, movimento, foi em várias reuniões, audiências públicas, foi várias demandas, dar cesta, vai fazer isso. A sensação da gente é que a gente

morreu na praia. A gente lutou, fez tudo que deveria ser feito, mas o quê que a gente conseguiu? Sobre a saúde. Esse é nosso foco 24h. o que foi que a gente conseguiu? Nada, nem um atendimento, médico os pescadores não consegue.”

Comunidades reconhecem que ainda há resquícios de petróleo no mar, mesmo após a coleta pelas mudanças nas características do petróleo e que dificultaram essa coleta completa. Há relato de adoecimento das comunidades por falta de informações sobre a segurança alimentar na pesca e para consumo dos pescados após o desastre.

“A gente costuma falar que limpou, mas a gente sabe que muitas comunidades que pegou, ,por exemplo, que o sol bateu e aquilo começou derreter. Aquele que derrete ninguém vai limpar. Então o povo está adoecendo mais ainda porque sabe, tem certeza ou imagina que a água, o mangue tá contaminado e que tem medo de ir, mas tem que ir porque é sua sobrevivência e esperava uma resposta de algum órgão que fizesse uma análise, ninguém dá a mínima e o povo tá adoecendo porque tá sabendo que pode morrer ali contaminado. Porque essa coisa de que limpou o petróleo isso é fantasia, porque a maior parte ele se derreteu, ninguém recuperou aquilo. E tira o grosso, e o que tá no fundo, que se mistura? Então isso aí é uma coisa que a gente não sabe quanto tempo vai levar pra gente se acabar. Tem que ver o que tem no fundo ainda.”

Foi relatado grande impacto na reprodução do trabalho para pescadores e marisqueiras que se sentiram inseguras com o aumento de risco de contaminação com a chegada do petróleo. Foram realizadas denúncias sobre racismo institucional pelo silenciamento das pautas das comunidades afetadas. Há também o relato de subvalorização do trabalho de preservação do território que as comunidades tradicionais exercem na natureza.

“Além do impacto do trabalho que é o impacto econômico que se teve, mas imagine você num ambiente de trabalho sem segurança nenhuma do ambiente que você tá trabalhando assim. Então quase ninguém de nós conseguia falar sem se emocionar porque foi um racismo, foi um racismo tão pesado com que nos tratou. A gente se sentia tão distante. Pense nas audiências no ministério público, a gente começasse a se manifestar, tem o tempo. Olhe o tempo, olhe o tempo. Quando era o

IBAMA, o INEMA, a Marinha, não se tinha tempo. Não tem tempo. Pra gente vai ter que ter um tempo. Tempo de fala, tempo de não falar. Pra gente sempre teve tempo. Pra eles é todo o tempo. Então a gente percebeu isso. Isso ficou muito evidente. E quando a gente falava o impacto. Pra gente falar do impacto, ao trabalho da gente, a gente não consegue fazer isso. Porque esse lugar de trabalho da gente que tem haver com a nossa ancestralidade. Ali não é só um ambiente de trabalho, que a gente vai lá só que eles pensam. Vamos tirar dinheiro, vamos tirar dinheiro. A gente se confunde com a natureza, porque a gente é natureza. A gente faz parte daquele ambiente. Então onde se tem alguma área de preservação é porque é da gente. Dos indígenas, dos quilombolas, dos caiçaras, do extrativista é porque é da gente. Tem um discurso, um uma preocupação do aquecimento (global), não sei o quê. Mas as áreas que ainda tem alguma coisa de preservação agradeça a nós. E a gente em vez de ser tratados como guardião, como produtores de alimento, como trabalhadores, nós somos tratados como da pior espécie que tem. Tem toda uma articulação de invisibilizar o trabalho da gente. O ambiente que a gente trabalha. A capacidade do nosso trabalho. A potência que a gente tem.”

A falta de transparência no processo de testagem dos pescados e a falta de diálogo com as comunidades afetadas foi ressaltada.

“Não teve transparência no processo. Não tem um retorno sobre isso. Pra você ter ideia em meados de dezembro estavam falando que estavam na fase final que ia publicar, e tal. O público mais, quem é mais interessado em saber o resultado, de que se tá próprio para o consumo é a gente da pesca. E a gente quer entender qual foi a metodologia, quais espécies que foram coletadas para fazer esse monitoramento, essa pesquisa. Como foi o passo a passo. E aí amanhã vai ter uma atividade falando o que foi monitorado. E se não tiver ostra, lambreta, sururu a gente fica desconfiado de que monitoramento é esse porque são as primeiras espécies que mais filtram a contaminação assim. Não tem transparência. O resultado não chega pra gente.” (BA, AL SE- Comunidade Representações de mov sociais)

Houveram grandes impactos na comercialização de pescados, o que afetou toda a rede produtiva, para além dos pescadores. No caso das marisqueiras a venda ficou ainda mais comprometida pelas características dos frutos do mar que coletam e que são “filtradoras” o que gerou maior medo de consumo por parte da população.

“Muito na comercialização, na própria pesca porque a gente ficou com medo de pescar, com receio e embora que nós fossemos pescar não tinha comércio. Eu lá na minha casa assistindo tv local, um comerciante no mercado dizendo que hoje tava passando necessidade, porque estava com 100 kg de pescado no freezer e não tava conseguindo vender e só estava indenizando os pescador. Ele não era pescador, mas dependia da venda do peixe e isso um atravessador. Imagina um pescador. Aí isso vários pescadores da minha comunidade a venda diminuiu em 50% e as marisqueiras deixaram de tirar o sururu e ficava muito no fundo do rio e o pessoal alegava que era o mais fácil de ser contaminado, porque o óleo vinha mais por baixo e as marisqueiras não tão tirando sururu até hoje por causa da venda que não tá tendo.”

Sem conseguir realizar a venda de pescados, as mulheres ficaram sem condições de prover inclusive material escolar para seus filhos, houve relato de muitas pessoas passando fome por conta dos impactos do derramamento de petróleo. Sem qualquer respaldo sobre ressarcimento, as comunidades questionam o apoio para essas famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza extrema.

“Na minha comunidade quem ficou afetado diretamente foram as mulheres, nós tivemos companheira que passou fome, não é necessidade, é passar fome porque não teve como comprar comida para alimentar seus filhos, porque a vida dela é mariscar. Pelo marisco dela ela consegue alimentar os filhos, sobreviver da melhor forma possível e com a chegada desse petróleo, maltratou demais essas mulheres. Tem mulheres pedindo dinheiro para comprar o material escolar de seus filhos, pedindo ajuda porque hoje o pouco que vende não dá subsídio pra quase nada porque ainda há rejeição, vai nas feiras livres e a rejeição está do mesmo jeito de antes. Elas pensaram que tinha melhorado, foram uma semana venderam melhorzinho na semana do final do ano. Mas na semana passada trouxeram todo o

material de volta, e não estão querendo. Como fica a vida dessas pessoas? Quem vai fazer alguma coisa por esse impacto. Porque muitas pescadoras não tem registro de pesca nenhum e quem vai ajudá-las? Como vai ficar? Essa pergunta eu deixo sempre no ar, aonde quer que eu vá. Quem vai fazer algo por essas mulheres?”

Mesmo com medo da contaminação e com a queda da venda dos pescados, as famílias continuaram consumindo os peixes sem qualquer tipo de avaliação porque não tinham outras opções, afinal a renda era proveniente da pesca.

“No caso do nosso município como as mulheres também não estão indo para suas mariscagens e como o pescador que encontrou muitas ostras com como se fosse o óleo, eu não vou afirmar porque não tem certeza. Mas que garantia nós mulheres, porque muitas pessoas não vão pescar para vender, mas vão pescar pra se alimentar. E isso pode estar trazendo grandes riscos, porque nós sabemos que a ostra, esses mariscos são filtradores dessa água, né?! e aí que alimentação a gente tá se alimentando, porque essa alimentação pode também vir a causar, pode não ser hoje nem amanhã, mas pode vir a causar alguma coisa e eu inocente, mas precisei me alimentar do mangue porque ali que eu tiro meu alimento, então isso também é muito grave. Porque realmente são coisas que você tem, que você que vive numa comunidade, precisa do mangue e se alimenta daquele rio, você vai se alimentar, porém sabendo que como o homem disse, eu vou comer com o óleo? Porque é o que eu tenho, é meu alimento e quem vai garantir amanhã depois a sua saúde. Porque ela tá se alimentando desse produto que está contaminado, né?!” (CE - Comunidades movimentos sociais) “Não paremo. Não tem como não saiu nenhum dinheiro. Ouvi falar que ia sair, mas não saiu e a gente continuou a pescar. Teve gente que perguntavam sobre o petróleo, mas a gente dizia que não tinha afetado peixe nenhum, porque conversa vai e vem, aí roda.”(PI - Pescador comunidade)

A perda do material de trabalho, a queda na venda de pescados gerou sofrimento para os pescadores e a burocratização para recebimento do auxílio emergencial gerou um aprofundamento das condições de vulnerabilidade.



“A sujeira de rede, os artifícios de pesca e a rejeição das pessoas em comprar o pescado, que pegávamos para vender e ninguém quer. O prejuízo que a colega teve e outras e outras. E ninguém quer comprar, pois, ainda tem a rejeição por conta do petróleo, por causa das consequências que vêm, não está vindo agora no momento, mas daqui alguns anos não sabemos o que vem.” “Tô aqui doente, pescando a pulso, só eu e deus, estou com três bicos de papagaio na coluna, andando de bicicleta com um milagre de deus, todo mundo sabe aí na rua, ainda fui pra colônia essa semana, quando cheguei lá a presidente da colônia disse pra mim “tem que ir pro INSS”. Eu vou fazer o que no INSS? Vou brigar com o INSS? O direito é deles, estou com exame, documento, tá tudo aqui. O direito é da colônia, não vou levar para o INSS não. Cheguei lá me mandaram ir pro INSS e eu fui, chegando lá levei foi uma porta na cara fechada. Me mandaram voltar para a colônia. Vou fazer o que? Se eu vivo de pescaria, desde menino que eu pesco, tenho quarenta anos, vou fazer quarenta e um e desde menino que eu pesco. Quem quiser ir na minha casa pode ir lá, estou com o bujão seco, conta para pagar, ele não vem pagar as minhas contas não, eu que corra atrás, estou aí ha dias passando o cartão e a senha do cartão cancelada.” “Eu fiquei oito dias dentro do óleo, quando eu cheguei pra correr a rede chega deu uma dor no coração, minha rede nova, eu puxei tudo pra terra, quando cheguei lá notei areia em cima. No outro dia chega estava aquele cheiro que ninguém aguentava não do óleo e ninguém resolve nada. Porque ninguém chega para resolver onde foi o dano, se foi afetado todo o litoral, reunião com ministério público para pagar todo mundo.”(SE - comunidades de pescadores e marisqueiras) “Muito, a gente teve uma rejeição completa do peixe, tanto da comercialização, quanto do consumo. Só quem tava consumindo peixe eram os próprios pescadores. Ainda hoje não normalizou, ainda existe alguns receios no consumo do peixe, da lagosta, do marisco principalmente, dos caranguejos de aratu. Os frutos que são do mangue ainda tem rejeição. Eu conversando numa reunião que fiz na semana passada pela Associação de Pescadores, as meninas disseram que ainda tinha uma rejeição de 70%, porque só tá

vendendo para os bares de beira de praia, os restaurantes não estão comprando. Onde elas mais vendiam antes era pros restaurantes. Nos bares na beira da praia que vinha o pessoal da rua mesmo que comprava eles estão consumindo, mas o restaurante que era o fruto de vender em grande produção não tão comprando. Tão comprando de fora.” “Porque vivemos da pesca, no momento que a gente não consegue vender o peixe, a gente não tem o nosso modo de vida garantido, aí começa a passar por muitas privações. Porque qual é a lógica do pescador: A gente vende peixe, pra ter o dinheiro pra poder se alimentar, mas se eu não consigo vender meu peixe eu não vou ter renda pra poder me alimentar, nem a mim nem minha família.” (PE - mergulhador voluntário comunidade)

“A foi demais. Até agora estamos prejudicados. Porque prometeram que iam ajudar a gente e até agora nada. Só atrapalha porque ninguém pode vender o peixe. Eles acham que está vendendo, mas não tá. Não tá vendendo e aí pode ser que a importação de alguns esteja vendendo, mas pra gente aqui do município não tá vendendo não. Não tá de jeito nenhum. Eu mostro pra vocês que eu tenho peixe ali que não tem condição de vender porque não chega mais ninguém pra comprar. Aqui é Tainha, Carapeba, Robalo. Tem uns que foram de antes do petróleo, outros de agora, mas a venda tá devagar. Camarão também não tá saindo. Caranguejo não está vendendo por causa do defeso e marisco tava 15 reais e foi pra 7 reais e ninguém tá querendo. Ninguém quer comprar tá difícil.” (PE - pescador de associação voluntário comunidade)

A remoção do petróleo e a pausa na pesca pelas condições do mar gerou danos aos pescadores, mas com a realização das testagens dos pescados eles se sentiram mais seguros no Rio Grande do Norte.

“Nesse setor nessa área que você está foi muito pouco assim. Rapidamente foi se efetuando remoção, suspendemos a pesca, isso prejudicou muito o trabalho, prejudicou também porque as pessoas estavam com muito medo de consumir o pescado e a gente também com medo de oferecer um pescado tóxico pra comunidade, a gente não sabia até que ponto. Ficamos seriamente prejudicados. Ainda há

algumas perguntas, mas depois da divulgação do órgão ambiental de que o nosso pescado dessa área está sem produtos tóxicos, porque já foi enviado ao órgão ambiental, espécies, amostras como lagosta e algumas espécies de peixe, pra que eles fizessem suas análises e contestasse que nossas amostras estavam limpas, sem produto tóxico.”(RN - pescador associação comunidade)

Houve pausa na pesca por conta da falta de interesse na compra, pelo medo de contaminação.

“Sim atrapalhou sim porque o comércio do peixe caiu por a gente não podia por causa desse negócio que houve ao pessoal do Recife já comentaram que tava nos bancos de peixe lá que estava havendo ai e a gente já teve que parar porque na cidade ninguém compra, tá todo mundo parado ai a turma toda está cismada de ir pro mar tudo com medo de ir de pegar o peixe e não poder vender para a turma com medo de comprar” (PB - pescadores comunidade) “Comprometeram, comprometeram principalmente na venda do peixe porque as pessoas pensavam que estava contaminado e não queriam comprar e quando compravam colocavam o preço lá em baixo. Só que a colônia de pescadores levou 17 espécies em crustáceos, moluscos e peixes pra análise no Rio de Janeiro e todos passaram pelo Idema, Ibama, pela federação e pelo ministério da pesca, que o peixe da nossa região não estava contaminado. Mas a mídia foi a pior causadora com suas notícias falsas e acabou com a vida dos pescadores. Porque a gente está tentando se recuperar até agora com a venda do peixe. Porque eles vivem da venda do peixe. Pescador não vai guardar e só comer pra sobreviver, tem que viver disso. E o que eles sobrevivem é da pesca do peixe e não só para o pescador, mas para a comunidade em geral, pra pessoa que tem mercadinho, pra quem vende sempre vai prejudicar alguém, uma coisa puxa a outra. Como que o pescador que vende peixe vai viver de quê? Vai comprar o pão, o feijão. Vai comprar como se não tem o dinheiro? Então a venda do peixe foi bastante prejudicada.”

“A gente sentiu muito, porque a gente não pode ir pro mar, pescar e ficar com o peixe guardado. Quem é que vai querer um peixe com 20 30 dias na geladeira? Vai ficar congelado velho, ninguém quer. Então

nesse sentido a gente ficou muito prejudicado, hoje a gente já pode-se dizer que está passando esse medo. O governo mandou aí um bônus de quase nada e a gente recebeu um mês e não sabe quando vai vir o outro, não veio pra todo mundo porque eles pegaram uma lista de pescadores antiga. Na minha opinião eles deveriam ter mandado um email para a federação de pesca, a federação de pesca deveria ter tomado uma atitude também a respeito disso e ter mandado um outro ofício pras colônias, as colônias a gente sabe quem pesca no mar, quem pesca nas pedras nas praias. A gente sabem quem são os pescadores que pescam na praia, nós pescadores sabemos. Mas eles mandaram por uma lista antiga. Então receberam pessoas aposentadas, gente que já morreram, pessoas de carteira de pescador suspensa, pessoas sem carteira, que só tinha o nome e mais de 9 praias daqui do litoral do RN não foi para ninguém. Então isso prejudicou muita gente. As marisqueiras, que trabalham feito condenadas tanto prejudicando a saúde, como na pesca também porque o preço está lá em baixo, tá sendo prejudicado por causa disso. Então dois meses de salário não vai compensar o que o pescador perdeu. Aqui fizemos vaquinha para dar ajuda de custo para quem precisava, enviamos até para Pernambuco. Mas a gente também precisa. A gente não pode sustentar um estado pra descobrir o outro. E agora estamos tentando resolver internamente o nosso problema. Isso afetou muito, eu mesmo, passei uma dificuldade boa, sem dinheiro, sem poder pescar. Quando você ia pescar o pessoal queria comprar. O dono do bar não quer ter despesa, fica difícil, né.”(RN - presidente da associação de pescadores e pescador comunidade)

Mesmo nos locais onde não houve aparecimento de petróleo a venda de pescados foi afetada pela percepção sobre o desastre divulgada nas mídias.

“É como a gente disse, comprometeu por conta do alvoroço da mídia. Que fez aquele alvoroço todo. Teve aqueles pescadores mal informados que ainda disse que tinha chegado óleo, que veio a mídia e que gravou dizendo que tinha óleo, que tinha que não tinha. Aonde na verdade não tinha. E aí o que aconteceu? A gente foi afetado porque a gente não

pdoe mais vender o nosso produto. O pescado.” (PB - associação de marisqueiras comunidade)

Mesmo com a retirada rápida do petróleo em alguns lugares houve impacto no turismo local, houve cancelamento de reservas na rede hoteleira e no movimento do turismo.

“Até que parecia eu ia comprometer, só que como foi organizado, pode ter comprometido as primeiras horas do dia porque a gente que mora aqui sabe o sol. Aí a gente ia tirar de manhãzinha e aí de uma certa forma não tinha mais o material e tudo isso acaba então não houve caso por causa disso. Por causa da nossa união que fez a diferença e por isso que pode continuar o movimento normal. Até porque a gente só ficou sabendo quando foi pra mídia pro lado da Bahia, foi que estourou. Mas aí eu vi que na Bahia foi muita quantidade. E no curso eles falaram sobre essa coisa de alarde, você chamar todo o pessoal, toda uma equipe pra chegar num lugar que a logística que chamaram pra tirar uma quantidade pouca, sento que tinham lugares que tinham uma maior necessidade. E aqui não foi tão afetado por causa da corrente marítima que mudou, e como a gente conhece o sol, tudo, a gente levantava cedo, nem precisava marcar hora. Todo mundo sabia do problema, todo mundo chegava de manhã, outros iam na parte da praia pra ver se tinha encostado mais petróleo.”(RN - Voluntário barraqueiro comunidade) “Quando o nosso principal produto é afetado diretamente, mesmo que a gente tenha limpado rápido, a notícia se propagou, né?! E propagada massivamente na mídia e a gente teve uma pequena queda no movimento. Houve relato de cancelamento de vindas, mas foram poucos, né?! Mas houve relatos de gente ficou com medo de vir pra cá e cancelou. Mas a praia tinha um movimento.” (RN - voluntária barraqueira comunidade) “Muita gente deixou de vim frequentar por conta do medo do anúncio que as praias estavam sendo afetadas pelo petróleo. Nisso muita gente ligava e entrava em contato para saber da situação que surgiu e que tava tendo petróleo aqui, e isso nós fomos afetados sim. Porque esse período é um período de turismo e muita gente deixou de vir por conta disso. Teve queda na renda.” (PI - Proprietário de restaurante comunidade) “Não. O povo ficou só preocupado, né?! Com medo de vir pra cá.” (MA - Marisqueira comunidade)

5.3.6. Como isso pode ter afetado ou estar afetando a saúde da comunidade

Houve denúncia sobre o racismo ambiental na realização das assembleias, há uma sensação de silenciamento por parte do poder público no processo do desastre.

“Como a situação toda do petróleo e o comportamento do Estado, a ineficiência do Estado caracteriza o racismo institucional em cima de nosso povo, preto. A gente teve uma situação concreta, uma audiência por pressão e luta nossa para que se articulasse, quando chegou lá a gente viu uma mesa cheia de homens brancos, onde só tinha uma única mulher preta, pescadora, que depois das falas, que ficou pro final, a última fala ficou a fala dela, depois de todos os homens brancos falar, ela foi falar. E que aí teve todo, conseguiram um barulho no microfone e que a fala dela foi truculada por outras falas pra tentar impedir que a gente denunciasse a situação. Então isso aí nada mais é que a gente ver explícito nos nossos olhos do racismo institucional, eles não querem ouvir a gente. A sensação que dá é que há toda uma sintonia, uma articulação de poder público, algumas instituições como o ministério público, como judiciário, entre outros, para maquinarem um diálogo que só irá prejudicar os mais prejudicados, pescador, as comunidades mais afetadas nesse aspecto.” (BA, AL SE- Comunidade Representações de mov sociais)

Sem uma apoio mais próximo dos serviços públicos, a comunidade se sente negligenciada com a falta de respostas sobre o acompanhamento e vigilância de suas condições de vida após o desastre. Mesmo com a realização de testagem, os resultados não foram apresentados a comunidade.

“A gente se sente afetado porque não temos um trabalho de saúde específico sobre quem está comendo esse material porque era pra existir um trabalho na própria comunidade com os pescadores que estão diretamente contaminados comendo esse marisco, ou esse peixe, ou esse caranguejo não importa. Tudo que pegou nessa água, nós não

temos. Se a gente sente algum problema, se sentir. Com quem é que vai depois dizer assim, mas tal dia você fez uma consulta e seu diagnóstico foi esse? Como fica? O que vai ser de nós? Porque hoje tá tudo bom. Eu fiquei comendo peixe, fiquei comendo tudo. Que eu não tinha condições de comprar então eu tinha que comer o que tinha do rio e a minha saúde? Quem vai me garantir algo no futuro? Como fica?” “A própria secretaria eu acho que num período desse que a gente tava tão aflito e fica vulnerável, as famílias, apreensivas de toda essa situação em relação a sua própria saúde, o seu próprio trabalho se você tira o seu sustento e a gestão, a própria secretaria eles nem um momento chegou dando um suporte, um apoio, um amparo realmente pelos movimentos sociais. Muitas entidades de tá mobilizando outros órgãos outras instituições que pudessem nos apoiar naquele momento. Mas nenhuma secretaria que viesse a dar algum suporte na comunidade. Ou esses pescadores que estão tão vulneráveis em vários sentidos e em nenhum momento a gente teve esse apoio, esse acolhimento da secretaria ou dos próprios municípios.” “No mês de dezembro veio o pessoal da Fiocruz, veio também uma pesquisadora e conseguiram captar alguns mariscos. Mas não temos nenhum tipo de resposta. Não sabemos o que aconteceu. Porque é uma coisa que tinha que fazer pra ontem pra gente ter essas respostas. Eles captaram o marisco aqui no rio, bem direitinho quando o pessoal tava pegando, levaram e hoje a gente fica. Meu deus porque não dão nenhuma resposta. E também tem um grupo que está fazendo isso. Vendo a questão do solo também. Pesquisando pra ver, mas até agora a gente não tem nenhum tipo de resposta. A gente precisa de um retorno, mas até agora nada.” “O que eu vi do município da vigilância sanitária foi só olhar, que foi obrigação dela, que foi intimada por outro órgão, mas nenhum interesse de se preocupar com a saúde da comunidade, do pescador, nem nada. Tiraram foto e falaram vamos embora porque está quente.”

A falta de estrutura básica gera grande insegurança para as comunidades que dependem do mar para sua subsistência. Com isso há muito sofrimento mental, com mudança no padrão de sono, alimentar e piora na qualidade de vida. O auxílio

emergencial é visto como ineficiente se comparado as condições de vida anteriores ao desastre.

“Afetou, porque já existe muitas companheiras preocupadas com o que vai ser. Em tudo no futuro, na questão da alimentação no material escolar como que vai comprar um lanche pro filho, porque o trabalho dela é esse, mariscar e se não tem quem compre, não tem dinheiro pra viver a vida que se vive. Porque somos “patrões de nós mesmos”, porque nós vivemos daí do Rio. Então alguém tem que dizer de onde veio esse maldito petróleo, porque que nos fez esse mal e nós estamos pedindo sim uma compensação por nossos dias parados, pelos tempos que estamos perdendo de trabalho. Porque o dia hoje é ouro. Um dia de serviço da marisqueira é muito cansativo, mas é muito bom. Porque eu sei que no final de tudo eu tenho meu dinheiro pra me sustentar e pra sustentar a minha família. Então meu psicológico não vai tá abalado. Se eu não tenho nada disso eu não consigo dormir, não consigo comer, nem viver. Porque eu me abalo totalmente. Eles falaram que a gente ia ter que ter paciência porque não tinha recursos materiais pra isso. E isso é mais difícil pra gente porque está sem trabalhar, sem ter conseguir fazer a venda do pescado. Quem tem uma mãe aposentada tudo bem, mas quem não tem ninguém aposentado na família, não tem ninguém que ajude, como fica? Fica difícil. E tem gente que nem sonha em receber esse pequeno benefício que eles falam porque eles acham que é muito, mas não é nada. Muito mais antes todos os pescadores tivessem a lavoura, sua pesca e vendesse seu pescado que ganharia muito mais.” (CE - Comunidades movimentos sociais)

A queda da renda também foi apontada como um fator importante na piora nas condições de vida.

“É grave. Porque que eu saiba o povo que chega pra comprar pescado, alguns que pescam, eles assustavam não querer comprar porque se assustavam, que era afetado que não podia comer. Isso caiu muito a renda dos pescadores e não compravam por conta disso. Na minha saúde não, mas na minha renda sim.” (PI - Proprietário de restaurante comunidade)

Houveram conflitos com a proibição da pesca. Há dificuldade de compreensão dos riscos do contato com o petróleo para alguns pescadores.

“O pessoal encarou. Entrou na reunião e brigaram. Porque não podia pescar. Os mais velhos diziam que esse petróleo já tinha aparecido há muito tempo atrás isso é do mar mesmo da natureza. Aí acabou e agora retornou aqui de novo, aí já tirou de novo.”(PI - Pescador comunidade)

As comunidades não sabem como se dará o acompanhamento dos agravos causados pelo contato com o petróleo. Sem um direcionamento do setor saúde a falta de orientações gera insegurança sobre como se dará onexo causal frente a falta desse acompanhamento. Há um questionamento sobre essa resposta pelo Ministério da Saúde.

“Não tem como saber ainda, não foi feito exame, por mais que a gente tenha algum sintoma, a pele irritada, meu sobrinho foi na praia semana passada e pegou uma mancha na pele, ficou irritado, mas a gente passou um produto e aliviou. Para saber tem que fazer uns exames, para o ministério da saúde chegar e confirmar se foi detectado algum tipo de bactéria, através do olho, ou algum sintoma através de vômito ou febre. Porque não tem como a gente saber, se não for feito uma análise, acho que para você falar alguma coisa, a respeito da saúde eles é quem tem que investigar. Se for para uma emergência vão dizer que é virose, então não tem a resposta, porque o ministério da saúde não deu ela a comunidade. Se teve algum caso.”

As pessoas se ajudaram como possível para garantir sobrevivência, porém os danos financeiros foram maiores do que a capacidade de resposta dos órgãos competentes. Muitos não receberam qualquer tipo de auxílio apesar de terem sido grandemente afetados pelo desastre.

“Muita gente na comunidade está sem alimento e muita gente precisa. Aqui na comunidade não tem um melhor, ou, mais capaz do que o outro, todos nós precisamos, entendeu? E eu acho muito triste ver o outro passando necessidade e não poder fazer nada. Até porque quem pesca não está tendo a venda, nós paramos, quem tem comércio de venda no bar está pegando muito menos até porque não estão tendo saída, porque chega no bar, arrenda muito pouco e aí o povo não quer.



O camarão é só de água doce, nunca é de água salgada, eles não querem. Então a comunidade tá toda sendo afetada porque a gente não pode fazer nada, porque até a comunidade se juntar pra ajudar o outro prestador, não tem como, porque ele não tem outra renda. A gente depende disso, então fica complicado a gente tirar o pouco que a gente tem para ajudar o outro. Eu acho que a gente depende mais da colônia e de quem nos representa para ajudar a gente em lutar pelo direito do outro que não recebeu. Eu acho injusto eles receberem e a gente ficar sem receber. Mas a gente não pode fazer nada, porque quem esta ali para representar a gente é que tem que ir para bater na tecla, lutar e dizer olha esse aqui não recebeu, tem o direito, esta comprovado, está aqui a rede, tem que pagar o material dele. Porque foi isso que ela passou pra gente, que quem tivesse o material danificado levasse a prova que eles iriam ressarcir. E ele está tendo prejuízo cada vez mais sem ter a contribuição da colônia. A gente fica triste por isso e estamos sendo afetados na colônia. A gente se sente triste porque não tem ninguém que ajude a gente, porque quem pode ajudar está dizendo que está normal. O nosso vizinho que é igual a gente também não pode fazer nada, porque se eles que podem estão dizendo que está normal. Quem é que vai dizer ao contrário?” (SE - comunidades de pescadores e marisqueiras)

Há o questionamento sobre como o petróleo vai afetar a vida das comunidades nos próximos anos. Houve relato de piora nas condições de saúde após a exposição ao petróleo.

“Olha eu te confesso que particularmente eu pesquisei sobre o petróleo bruto, é um veneno invisível, ele atua de várias formas a depender das condições humanas e porque cada indivíduo tem uma condição humana diferente, só que é uma coisa prolongada, pode acontecer pra umas que tem o corpo mas fragilizado e rapidamente, e pra outros durar 4, 5, até 10 20 anos pra depois sentir o efeito, então é complicado estimular agora daqui pra frente por exemplo, a minha pessoa que teve contato direto e de vez em quando ainda está tendo. Daqui a vinte anos, o que vai acontecer comigo? Antes do petróleo ninguém nunca me viu com

uma gripe aqui, depois do petróleo eu não tive mais saúde.” (PE - mergulhador voluntário comunidade)

As comunidades tiveram que contar com doações para subsistência e continuam comendo os pescados, porém a queda da venda de pescados afetou as condições de vida dos pescadores.

“Mendigando, comer o que tem. A gente como já vive da pesca mesmo a gente dá preferência ao peixe. Deixa de comer uma carne pra comer o peixe. Pra você ver que a carne subiu 100 por cento o valor, tá vendendo muito porque o povo tá com medo de comer o peixe. Eu chegava a vender aqui por semana 100, 200 quilos de tainha, queria eu vender 20 hoje. Eu já cheguei, quando eu comprei esse comerciazinho aqui que é até do meu menino e tá fraco o movimento ele arrumou um emprego e tá trabalhando, aí eu fiquei aqui. Eu cheguei a vender aqui no comércio peixe já pronto assado aqui, tainha, vender 150 quilos, peixe assado por semana. Hoje pra vender 3 quilos tá difícil. Eu não consigo mais vender o peixe assado, porque o povo não vem pras praias mais comer o peixe. Eu acho que a saúde não tá afetando, tá afetando o bolso e mexe com a gente porque podia tar comendo uma coisa melhor mas não pode. Da saúde eu acho que não.”(PE - pescador de associação voluntário comunidade)

Houve diminuição da vontade de trabalhar no mar com a ocorrência do desastre, comunidades esperam por respostas para poder voltar a pescar com segurança. Mesmo recebendo auxílio emergencial há insegurança sobre o futuro.

“Ninguém mais tá tendo vontade de trabalhar, porque nunca teve esse movimento, mas como teve esse movimento todo mundo fica cismado. O comercio da gente é a lagosta, pra gente parou parou. Esses dois meses que a gente estamos parados a gente teve ajuda do governo mas a gente não sabe como vai ficar, se eles vão determinar as pescas como vai ficar, porque eles vão ver como tá a situação do petróleo pra gente poder começar a trabalhar normalmente.” (PB - pescadores comunidade)

Há insegurança sobre o consumo dos pescados e o fluxo de informações que variam sobre as condições dos pescados testados.



“Eu acho assim, a saúde, é porque o pessoal fica apreensivo. Aí ficam com medo de comer o pescado. Porque uma hora eles dizem que tá impróprio pra consumo, aí outra hora eles fazem outra análise e dizem que tá próprio pra consumo. Aí a população fica insegura. Eu mesma não deixei de comer o pescado, mas graças a deus to comendo a gente tá aprendendo a lidar com isso.” (PB - associação de marisqueiras comunidade)

Há a percepção de que a saúde não foi afetada pelos resultados negativos com relação a contaminação do pescado.

“Bom não foi afetado porque até os peixes que foram pesquisados na região viram que não estava contaminado pelo petróleo, né?! E quando chegou esse estudo o pessoal ficou sabendo, os turistas, já tinham a informação que não tinha sido afetado então não afetou muito não, a parte da manhã pode falar que pode ter sido afetado por uma e duas horas porque o momento a gente tava limpando. Mas não foi afetado o movimento, em outros lugares que teve que isolar praia e tudo. Talvez pela quantidade.” (RN - Voluntário barraqueiro comunidade)

Houve relato das comunidades trabalhando na remoção de petróleo e há dificuldade em relacionar os problemas provenientes do petróleo por já haverem questões de saneamento e de saúde pública colocados na região. Não se sabe como os impactos serão sentidos no futuro.

“Olha, a gente não sabe. Eu tenho minha filha que ela tem uma anemia profunda. Ela está tendo agora umas dores de cabeça, mas a gente sabe do que é. Se aumentou, se não aumentou. Então eu não posso afirmar eu é nada. A gente já vinha com alguns problemas nacionais que são de Saúde Pública e não tem como avaliar porque foi recorrentes problemas que já existem. Problema de micose já existe na praia. Problemas de saneamento público também afetam isso. Então a gente não tem como fazer esse nexos com exatidão porque é uma realidade que já é recorrente. O problema de Saúde Pública já existe, então não tem como avaliar se aumentou. Precisa ter algo feito. Talvez depois desse desastre comecem a olhar pra gente com mais carinho. Talvez se acontecer de a gente ser afetado depois pode ser depois em proporções que a gente não dê conta de resolver. Então eu acho que

quando a comunidade desceu toda, e desceu criança, comunidade mesmo, não era poder público, era morador, era pessoas que frequentavam a praia de que abaixaram e tiraram. Elas sentiram que o problema não é só do vizinho. O problema é nosso e vai nos afetar. Quem precisa reagir somos nós. Mas eu vi as pessoas com receio. Foram duas semanas pras pessoas mergulharem na praia, ficarem de molho ali o tempo que é habitual. Porque antes você vinha, molhava os pés, olhava a sola de novo, aí olhava de novo pra ter certeza, aí calhava de se sentar na areia e sujar o biquíni. Aí você vai que ainda tinha alguma coisa. Isso fez com que mesmo sendo em baixa temporada a praia é frequentada pelos moradores, então tem uma vida e a comunidade usufrui. Então era uma comunidade receosa. Se a praia estiver limpa entro no mar, senão eu vou dar só uma caminhadinha e vou voltar, ou já vinha com as luvinhas pra andar e já fazer alguma coleta. Porque nos foi avisado que já estava inserido naquela situação. não tinha como falar que não ia tirar daqui porque estou exposta. Não, eu fui exposta lá atrás.” (RN - voluntária barraqueira comunidade)

Com a pausa da pesca, há relato de dificuldades para recebimento do auxílio emergencial por parte dos pescadores.

“Inclusive alguns pescadores se afastaram da pesca devido a dificuldade também e a preocupação de oferecer um pescado com produto tóxico, é um alimento também, não pode brincar com isso. Então muitos pescadores se afastaram da pesca mesmo assim. Tiveram que se afastar. Bom, no meu caso eu não recebi nenhum seguro defeso. Tem muita gente aí que tá, tem duas parcelas a mais pra beneficiar esse tempo da toxina no mar, pra beneficiar os pescadores, mas o governo tem uma tramitação muito lenta na liberação dessa verba para o pescador. Estamos encontrando dificuldades, a própria colônia com advogado, acionando tudo, mas com dificuldades, alguns pescadores, mesmo com registro, registrado, documentado, nós pagamos INSS, somos registrados como pescadores profissional artesanal.” (RN - pescador associação comunidade) “A gente sentiu muito, porque a gente não pode ir pro mar, pescar e ficar com o peixe guardado. Quem é que vai querer um peixe com 20 30 dias na geladeira? Vai ficar

congelado velho, ninguém quer. Então nesse sentido a gente ficou muito prejudicado, hoje a gente já pode-se dizer que está passando esse medo. O governo mandou aí um bônus de quase nada e a gente recebeu um mês e não sabe quando vai vir o outro, não veio pra todo mundo porque eles pegaram uma lista de pescadores antiga.”(RN - presidente da associação de pescadores e pescador comunidade)

5.3.7. Quais foram as informações e orientações que receberam sobre esse desastre. E se houve alguma estratégia de mobilização e treinamento por parte dos órgãos públicos

A comunidade se organizou de maneira independente, recebendo orientações apenas de parceiros da academia e posteriormente com a doação de EPIS para realização da coleta do petróleo feira por órgãos públicos.

“Desconheço. No início da nossa fala a gente disse que a gente se organizou do nosso modo. Não teve orientação nenhuma. O estado não tava presente, quem tava presente pra tirar foi a comunidade de pescadores. Então a gente se organizou da forma que a gente sabe. Como a gente faz pra pesca, pra roça. A gente se organizou de mutirão. A única coisa que teve do estado foi que eles disseram que tinha mil epis, aí a gente viu que era uma coisa que não tava nem preparado, que era aquelas máscaras de pó, uma bota curta, sem camisa nenhuma e a luva que disse que quando esquentava passava. Recebemos orientação dos parceiros que a gente tem dentro da Academia.” (BA, AL SE-Comunidade Representações de mov sociais)

No Ceará houve articulação da secretaria de meio ambiente estadual e outras instituições para orientação sobre os cuidados para a coleta de petróleo após o enfretamento do movimento de pescadores para solicitar envolvimento das comunidades. Porém a resposta não chegou nas comunidades. Houve produção de material educativo, porém, de acordo com a comunidade essa comunicação era para responder ao turismo com orientações sobre o avistamento de petróleo e desconsiderando a realização de testes ou riscos de exposição.



“Nada. Não teve nada. Nenhuma. Muita mãe de família que tá com a energia e a água porque não tem como pagar sua energia e sua água, chega a chorar pedindo ao senhor pra não cortar. Porque depende do marisco para ter o seu sustento.”

“Houve uma reunião a partir desse GT poluição que foi um GT que foi criado para as ações operacionais de limpeza do território. Que foi um gt criado pela SEMA, e várias instituições participavam desse gt, marinha entre outros participaram desse GT operacional e aí inclusive uma das reuniões desse gt foi chamada as prefeituras dos municípios que foram impactados pelo petróleo, essas pessoas foram para essas reuniões e uma das orientações que foi dada foi que as pessoas voltassem para seus municípios na perspectiva inclusive de contribuir realizando esses processos formativos com as comunidades e que preparasse as suas pessoas pra esse processo de limpeza. Porque o descuido que se teve de jogar as pessoas sem qualquer equipamento, então assim. Recordando que teve o governo do estado, mas que foi a partir de uma tensão do movimento que foi pra dentro desse GT e tencionou que era preciso envolver esses municípios, nesse sentido. Mas se sabe que nesse retorno nenhuma devolutiva foi dada para as comunidades. Inclusive o governo do estado criou um material, uma espécie de Folder falando orientações em caso de avistamento de petróleo, mas o entender o nas entrelinhas que essa mensagem postava na verdade era querendo dar uma mensagem para o turismo que a praia não estava afetada. Porque se não tinha mancha de óleo a praia ela estava própria. E você fazendo a leitura desse material. Se não teve os testes, se não foram feitos, porque existe esse plano de balneabilidade, a pesquisa do pescado, da água, e aí era um plano emergencial do governo do estado e disseram que dinheiro não ia ser um problema, em novembro foi apresentado esse plano dizendo onde iniciariam. E a gente tá chegando a quase 3 meses e nem o primeiro mês desse plano emergencial iniciou as atividades. E se você compara se não foi feito teste, como que você sabe se está própria ou se está imprópria? E você lança uma publicação proporcionando uma confusão entre as pessoas?!” (CE - Comunidades movimentos sociais)

As orientações dadas eram sobre evitar o contato com o petróleo, tanto na mídia, quanto pelos órgãos públicos.

“Não. A gente já sabia da gravidade. Mas não teve. Só ficou mesmo na expectativa. Não a gente ficou orientado de ficar de olho e fazer vigilância.” (PI - Agente Comunitária de Saúde e moradora de comunidade) “Aqui, se teve eu não sei. Eu sabia porque os órgão públicos falavam na televisão que a gente não podia tocar, pegar e que tinha que ligar para os órgãos competentes se encontrasse.”(PI - Proprietário de restaurante comunidade) “Que eu saiba não. Só falou que não era pra ir.” (PI - Pescador comunidade) “Não.”(MA - Marisqueira comunidade)

Houve orientação sobre pausa de pesca.

“Não. Simplesmente foi dizer que não tava em condição pra pesca tendo em vista esse petróleo e foi determinado que se parasse uns dias pra ver como ia ficar, porque o comércio de peixe ficou ruim e ninguém fez nada. Que tava prejudicando e o consumo de peixe não tava saindo. Aí ninguém foi mais.” (PB - pescadores comunidade)

Houve orientação do ICMBio e envolvimento de marisqueiras na realização de ações educativas em colégios para impedir o contato sem o uso de EPIs.

“Os órgãos públicos não teve nenhum treinamento. Ninguém aqui foi orientado a como lidar. Só pediram pra que não tocasse sem proteção. Principalmente pelo pessoal do ICMBio porque eles orientaram a não pegar nesse petróleo. Inclusive eu sou chamada pra dar umas palestras e a última palestra que eu fui dar aqui na Escola, foi, junto com o pessoal do ICMBio e a gente orientou aos alunos que não tocassem se vissem essas manchas de petróleo, a não tocar nessas manchas. Principalmente eles que são crianças, de chamar um adulto, caso visse essas manchas na beira da praia porque teve um menino que disse que viu uma mancha e tirou a mancha e jogou no mato. E a gente até achou graça na hora, mas orientou ele a não pegar a mancha se visse alguma coisa, que chamasse o adulto que chamasse a prefeitura, pra chamar os órgãos pra analisar a mancha se era do petróleo cru ou não. Então essa foi a orientação dada pra não tocarem na mancha pra não haver

danos a saúde, porque foi a orientação deles, do pessoal do ICMBio.”

(PB - associação de marisqueiras comunidade)

Houve orientação sobre o contato com uso de EPIs e recrutamento de voluntários. Os mesmos relatam não ter recebido qualquer tipo de contrapartida pelo trabalho executado.

“Informação que tiveram foi pra não encostar. Treinamento teve pouco, teve só uma palestrazinha pra que a gente não pegasse sem as luvas, colocasse as mascaras, pegasse com uma bolsa pra que não houvesse contato. Agora pediram apoio nosso pra ajudar, pra ser voluntário. A gente ajudou, achamos até que íamos ser compensado depois. Não é pelo pagamento, é o nosso direito de pescador ter apertado e não deram cobertura nenhuma. Esse negócio que eles fizeram, que aconteceu tiraram da gente o cobertor. Porque a gente tá aqui tudo prejudicado. Os pescadores tão aí, tudo sofrendo. Foram 13, 5 toneladas de petróleo”(PE - pescador de associação voluntário comunidade)

A comunidade foi orientada sobre a normalidade sem qualquer tipo de testagem, o que gerou desconfiança pela população que ficou apreensiva de consumir os pescados por medo do risco de contaminação. Há relato de falta de dinheiro para comprar outro tipo de alimentação. O atendimento foi questionado pelo recorrente diagnóstico de virose para quaisquer agravos apresentados.

“Disseram que estava tudo normal, água normal, marisco normal, disseram que você podia tomar banho, num dia ou outro que eles suspenderam banho na praia, mas a comunidade pesqueira toda ouviu que estava tudo normal e que não fazia mal a ninguém. Essa foi a orientação. Disseram que a gente podia comer tudo, mas ninguém comeu porque não é bobo. O pescador nem vende e ainda continua sofrendo. Até hoje setenta por cento das pessoas da comunidade não estão comendo ainda. Agora deixa uma pergunta para lhe responder a sua resposta, nós só temos o peixe para sobreviver, mas não tem peixe e a barriga quer comer você faz o quê? Nós não temos outra opção, se só tem isso para comer se não você vai morrer de fome, nós temos que comer. Aí o peixe que o pescador pesca é para a própria alimentação,

quando você consegue comprar um quilo de farinha e ovo você come, quando não você tem que comer o peixe. Por isso que eu digo agora tá tudo bem, mas eu quero ver daqui a pouco. Daqui a pouco você tem uma diarreia e febre, e depois passa. Se for na emergência vão dizer que é virose, porque aqui o povo só tem virose, não tem infecção, mas só tem virose. Então esse é o diagnóstico do posto de saúde. Mas desde dezembro para cá, eu tenho uma sobrinha que está com diarreia e vômito, ela não foi trabalhar, se chegar no posto vão dizer que é virose, te dão um soro e mandam você vir para casa e nisso vai.” (SE - comunidades de pescadores e marisqueiras)

Houve orientação sobre os riscos a saúde por acadêmicos, porém houve divergência de informações dadas por outros órgãos sobre esse risco de exposição. Há histórico de outros derramamentos de petróleo devido a exploração local. Houve divergências nas orientações do CEREST e de órgãos que estavam atuando no desastre. Foi realizado cadastramento de pescadores em caráter emergencial para recebimento de auxílio, porém esse auxílio não chegou. Houve questionamento do estado de Calamidade pública que não foi instaurado devido aos possíveis impactos para o turismo.

“Para nós pescadores foram as piores por parte do governo federal, por parte da Fiocruz, a Fiocruz desde o início foi bem clara no problema que esse petróleo causaria a saúde humana e isso foi falado em audiências, em reuniões, isso falado abertamente por parte do Governo houve uma descrença, porque eles sempre mentiam. Dizendo que não ofendia, que não prejudicava e que a gente que participou de várias, foram muitas, não foram poucas audiências vemos a dificuldade de se mostrar pela parte do governo tanto estadual e federal a legitimidade do que pode acontecer, entendeu. Não, não teve tempo pra isso. Inclusive a gente solicitou ao SUAPE que formasse uma equipe e treinasse pessoas da comunidade pra um evento, acidente aqui, porque antes do petróleo já teve um acidente aqui com petróleo cru da refinaria, só que ficou retido numa parte dentro dos manguezais, e ainda hoje existe lá. Sabe o que eles estão fazendo? Eles estão aterrando a área pra cobrir todo o petróleo bruto que tá lá embaixo, mas a área dos mangues ao redor já está toda morta. Só a Fiocruz com a CEREST foi que se mobilizou alertando o risco que poderia



acontecer a saúde o contato diretamente com esse petróleo. Eles não conseguiram porque o panfleto, a folhinha que ia divulgar o problema que o petróleo provoca por parte do CEREST e da Fiocruz, houve uma grande impressão do município do governo do Estado que não fosse diluído, a prova que ela trouxe tão pouco em reuniões ela foi muito coagida a não entregar, ela ficou muito imprensada. Era numa reunião do Copoma – Comitê Popular de Monitoramento de Meio Ambiente, ela levou muita prensa do município aqui no Cabo para que não entregasse esse panfleto, mas que não foi divulgado por causa da questão do turismo aqui. E tivemos reuniões com o Estado de Pernambuco e com as Promotorias Estaduais e Federal e a pressão era gigantesca dizendo que não poderia divulgar porque era uma época de turismo, uma época de verão, onde o turismo aqui é bombado e o próprio Estado de Pernambuco não decretou Estado de Calamidade, Estado de Emergência por causa da pressão do Turismo. Porque seria mais fácil comprar peixe em lugar em que não houve derramamento de petróleo do que aqui, então pra eles, eles se safavam. E as pessoas que vivem da barraca, os pescadores, quem vive do mar, então a pressão que teve foi tão gigantesca que o Estado não liberou, inclusive deixar claro que o Estado de Pernambuco pediu um cadastro em caráter de emergência de todos os pescadores afetados pra de alguma forma nos ajudar, com cesta básica, com verba e eles não deram nada. Não chegou nada. Demos um prazo e no dia do prazo eles falaram que não tinham recurso para ajudar os pescadores e as pescadoras afetadas pelos petróleo. E nas audiências nós provamos que tinha, então recursos tinha demais nas secretarias, mas infelizmente não liberaram devido a pressão do turismo. Se o Governo libera pra mim o Recurso, o Governo tá concordando comigo que o petróleo tá dando prejuízo, então prejudica o Turismo.” (PE - mergulhador voluntário comunidade)

Houve treinamento organizado pela prefeitura e por órgãos competentes no Rio Grande do Norte para orientar a coleta do petróleo, porém o treinamento aconteceu após a coleta feita pela comunidade na região.

“Teve a prefeitura. Chamou o pessoal e teve a maior dificuldade porque tinha atingido todo o nosso litoral, aí teve dificuldade até pelo contingente, mas ela conseguiu trazer um curso, aos trancos e barrancos, trouxe o curso que foi anunciado nos grupos de whatsapp, foi anunciado com carro de som chamando a comunidade pra ir nesse curso de como limpar, como manter. Teve um público que foi, foi dado o curso lá. Só não teve a necessidade de mandarem os epis, porque não tinha necessidade de mandar mais, porque viram no aplicativo m que estavam monitorando.” (RN - Voluntário barraqueiro comunidade)

“A princípio foi pedido ajuda pra que a gente fizesse essa coleta e depois, acho que foi em dezembro que a gente fez um curso de capacitação daquela defesa civil, eles mostraram do que se tratava, mas não tem nenhuma informação exata de quem é o responsável. Sabe-se que é um produto cru, mas foi passado informações que acho que nem eles ainda tem essas informações. A realidade é essa. Mas falaram como era pra reagir, os números que a gente podia entrar em contato.” (RN - voluntária barraqueira comunidade)

“Sim, o Idema se apresentou à Colônia, com uma equipe de biólogos e orientando a utilização de equipamento de EPI e orientação a se manter distante da mancha na praia, não pisar, não ter contato direto com a pele. Essas foram as principais orientações. A Saúde veio na com o grupo do Idema.” (RN - pescador associação comunidade)

“Só pelo Idema e pela prefeitura, somente a respeito de como agir no recolhimento do petróleo para não ter nenhum contato físico, só com equipamentos. Eu não tive treinamento, a gente teve só uma reunião, que foi até na colônia de pescadores e teve um pessoal da ong e explicou as coisas pra gente, explicou como tinha que fazer, passou um vídeo lá.” (RN - presidente da associação de pescadores e pescador comunidade)

5.3.8. Pontos fortes e o que consideram que deram certo para lidar com o desastre

Como ponto forte as comunidades referem a própria luta como ponto forte. Principalmente no enfrentamento e denúncia sobre o desastre.

“O ponto forte foi a nossa própria luta, resistência pra ir pro enfrentamento. Coragem. A ocupação que foi feita no Ibama. Todas as agendas que a gente conseguiu pra discutir sobre a questão do petróleo foi porque a gente ocupou o Ibama e denunciou para a sociedade o que estava acontecendo aqui.” (BA, AL SE- Comunidade Representações de mov sociais)

Além das mobilizações a construção de barreiras para a contenção do petróleo também foram vistas como positivas.

“O ponto forte que eu vi nesse desastre foi a mobilização das comunidades, dos movimentos o único ponto positivo foi esse e a contenção que colocaram na ponta da barra pode ter minimizado alguma coisa de entrar óleo na praia.”

A realização do cadastramento de pescadores foi identificada como uma ação importante, apesar de serem observados muitos casos de pescadores que não receberam qualquer tipo de auxílio.

“O ponto forte que eu tô vendo é que hoje o governo está mandando fazer um cadastramento que nós movimento dos pescadores saímos na frente fazendo esse cadastramento porque eles acham que a gente não faz nada, mas fomos nós movimento que pegamos nossos pescadores e mostramos como estava impactados, como tá aí até hoje. Então ele de imediato pegou as colônias e tá aí mandando fazer o mesmo recadastramento pra ver quantos pescadores tem pra daí tentar dar uma compensação que eles queriam dar de um mês. Você tá prejudicado desde agosto, setembro e eles queriam dar um mês de compensação, daí eles pensaram em dois enquanto nós que estamos na luta estamos pensando em cinco. Até agora alguns pescadores que tem



RGP, que são pescadores de alto mar, não são diretamente os pescadores de rio que foram os mais afetados, esses sim já receberam. E os que se sentem diretamente afetados como pescadores e marisqueiras não receberam nada.” (CE - Comunidades movimentos sociais) “Irmos nos organizando e nos virando em outra coisa. Porque assim, como a gente pesca, lá para os governadores para eles o pobre não tem necessidades, eles acham que somos o que para viver de vento? Ai a gente sobrevive disso, mas eles não dão valor, o que eles estavam dando valor era aos animais, não que eles sejam menos que a gente, mas eles se tornam menos porque a gente vive deles. A preocupação deles era com as tartarugas, com os peixes, com alguns animais, e a gente? E os pescadores que vivem disso? Eles estão pouco se lixando com isso, agora eles estão com essa questão do dinheiro porque o ministério público fica em cima. As marisqueiras, se juntaram a gente para nos ajudar.” (SE - comunidades de pescadores e marisqueiras)

A participação popular nas atividades de remoção de petróleo nas praias foi vista como positiva, porque impediu um desastre ainda mais extenso.

“Acho que foi o povo, que começaram limpando as praias, de estar retirando o petróleo.” “Eu acho que se eles não estivessem limpando podia chegar aqui. Eu acho que deve ter sido isso.” (MA - Marisqueira comunidade) “O que foi proveitoso demais é que eu vi pessoas que não falavam com você, mas na hora tava todo mundo junto. A União Popular foi incrível, o forte foi isso. Deixaram a divergência de lado, botaram os problemas de lado e todo mundo se concentrou em resolver, todo mundo junto se conversando, se ajudando. Um pegando saco pro outro, quando um não podia o outro ia lá e ajudava. Não tiveram preocupação com sua própria vida e sim retirar a poluição do mar.” (PE - mergulhador voluntário comunidade) “O que deu certo foi a mobilização.” (RN - Voluntário barraqueiro comunidade) “A união da comunidade. A comunidade se deu conta de que é capaz de reverter problemas e que se tiver um diálogo com o poder público facilita muito. Porque eles não entraram diretamente com as mãos na “graxa”, mas

foram eles que acionaram todo os canais que precisavam para alertar que era um problema, E foi a comunidade que mudou isso. E isso foi importante porque as pessoas precisam entender que o meio que elas vivem é da maneira que elas cuidam. Então a praia está mais limpa esse verão, porque, não sei as outras, mas aqui a gente vê que a gente tem um amor maior pelo lugar. A gente quer que aqui dê certo. Porque a gente teve ao ponto de não ter ninguém, então se prorrogasse ou chegasse até o verão, ou prevalecesse por mais tempo ia ser um problema que nós não teríamos como entrar. Porque a comunidade não tem outra fonte de renda. Ninguém mais vive da pesca. Ninguém tem uma grande empresa que vai absorver a comunidade. Não tem, todo mundo vive do turismo, e turismo é atraído pelas belezas naturais. E foi importante porque todos tomassem a consciência que são responsáveis por isso. Mesmo que seja indo cobrar nas mídias. De alguma maneira contribuíram. Porque acendeu a luzinha de alerta e o poder publico, tanto é que vocês estão aqui hoje. Alguém se importou.”(RN - voluntária barraqueira comunidade) “Pra sensibilizar e ver até que ponto os seres humanos estão preocupados com a natureza também. Isso foi muito importante pra que houve uma mobilização assim, vamos dizer de cem por cento da população, mas obviamente que a vida profissional de outras pessoas de situação econômica e financeira no centro da cidade, distante, muitos não puderam fazer muita coisa, mas a população se mobilizou na medida do possível.” (RN - pescador associação comunidade) “Acho que tudo pegou todo o nordeste de surpresa, afetou toda a população nordestina e isso prejudicou todo mundo. Deu certo porque alguns lugares não foram afetados, mas todo lugar que foi afetado até hoje eles estão sofrendo com as consequências.” (PI - Proprietário de restaurante comunidade)

A limpeza realizada por órgãos públicos também foi vista como positiva.

“Aí só foi a limpeza que fizeram. Os trabalhadores da marinha, da prefeitura que limpou em cima e em baixo.” (PI - Pescador comunidade) “Sobre a limpeza eles fizeram bem, mas por outro lado

não serviu de nada, melhor que não tivesse vindo porque nós que somos prejudicados mesmo.” (PE - pescador de associação voluntário comunidade)

Outras pessoas que também foram afetadas referem que não há pontos fortes na ocorrência desse desastre.

“Certo, até agora nada deu certo. Nada vezes nada.” (RN - presidente da associação de pescadores e pescador comunidade)

“Pra gente foi prejudicado porque a gente podia estar trabalhando e por hora ninguém tá fazendo isso. Porque teve esse auxílio do governo, mas assim é muito pouco. Pra quem tem família, manter uma família com mil reais não dá pra nada.” (PB - pescadores comunidade) “Assim, é porque a gente não viveu essa realidade até agora. A gente na verdade não tem aquela, a gente não sabe nem dizer o ponto porque graças a deus não chegou a viver o desastre, graças a deus em si. A única forma que a gente ter vivido isso foi pela mídia, porque a gente ficou desse jeito sem ter como vender os pescados. Os pescadores viveram isso, não ter como vender, porque o povo dizia que não ia comer por conta do petróleo, que tinha contaminado os peixes, que tinha contaminado os mariscos.” (PB - associação de marisqueiras comunidade)

5.3.9. Questões que precisam ser aprimoradas e que ficaram mais evidentes partir dessa experiência

Há a avaliação de que foi um erro a não declaração de Estado de Calamidade frente a realidade das comunidades afetadas, foi citada ineficiência da academia em responder as questões colocadas pela população, como a autoria da responsabilidade pelo desastre, o nível do impacto, espécies contaminadas, etc.

“Primeiro que o estado brasileiro era pra ter entrado como um todo em questão de calamidade em saúde não entrou. Essa era uma primeira ação que verberava nas outras, em um nível de atenção em todas as outras esferas, uma reparação ao dano colocado e ampliado pelo

petróleo. Com uma capacidade de colocar esse plano em ação. Não teve esse plano de ação de contingenciamento do petróleo e nem o estado entrou em estado de calamidade em saúde, outra questão também que a academia que por sua vez tem a tarefa de fazer estudos e tal foi ineficiente pra dar as respostas que a gente de estudos sérios que apontassem quem foi o responsável, qual o nível do impacto, as espécies que realmente estão impactadas. A academia não teve condição de apontar isso. Poucos parceiros que a gente tem ficaram fazendo esse trabalho sem um apoio maior.”

Foi relatado que não houve participação popular nos processos de monitoramento e análise de água e pescados. Sem qualquer transparência no processo ou comunicação dos achados.

“Em momento nenhum houve participação popular em todos esses processos. Um grupo de acompanhamento pra essas análises de água, pra monitoramento embarcado, por sobrevoo e não teve participação nenhuma de pescador de comunidade tradicional. E a gente às vezes solicitava informações e as informações vinham que a água pode usar, mas eu quero ver os laudos e o laboratório. Quero ver os resultados quero ver os parâmetros que vocês analisaram e isso não era enviado nem pra gente, da própria instituição. Então assim, a falta de participação popular. Teria que ter sido criada uma comissão, mas isso não aconteceu de forma alguma, poderia inclusive ser pauta de alguma reunião de auditoria das análises. Geralmente a gente faz auditoria, pega um grupo, uma faz a testagem da amostra que ela quiser, se chama auditoria a gente fez isso com a Mastro, um curtume de Paraguçu. A gente viu que o resultado dela tá sempre dentro dos parâmetros, a gente mandou pra uma auditoria e está tudo errado, cheio de metais pesados. Tá tudo errado, não teve nenhum acompanhamento, não teve nenhuma fiscalização e não teve nenhuma participação social nesses processos, nessa questão do derramamento de petróleo e é importante que tenha, é importante que se busque ter. Mesmo que ainda tarde.” (BA, AL SE- Comunidade Representações de mov sociais)

A falta de uma linha de atuação bem definida pelos serviços de saúde também foi apontada como um ponto que precisa ser aprimorado.

“Principalmente saúde, né?! Quando acontecer um desastres desses a saúde já tem que sair na frente, ter um plano A, um plano B e pensar como vai fazer. Porque a gente chegava nos postos e falavam que não sei o que fazer, não tem o que fazer, não tem uma pessoa específica, não tem um material. Então não tem nem como orientar o pescador.

Falar faz dessa forma, procure agir desse jeito e nem isso. Porque eles mesmos são os primeiros a também não saber.”

A resposta de monitoramento e vigilância dos pescados e das comunidades afetadas a nível federal também foi colocada como um ponto a ser aprimorado.

“O próprio governo federal de dar aparato, aos responsáveis de analisar um desastre desses, como o amigo falou aqui. Não tem onde analisar, não tem como dizer como o governo vai indenizar nós, os pescadores com tantos anos de problema, sem saber realmente qual foi a causa. Porque o estudo vai dizer se realmente foi contaminado de produto. Se a gente vai continuar comendo peixe, se formos afetados na saúde. É o governo federal da aparato às entidades responsáveis e analisar esse produto.” (CE - Comunidades movimentos sociais)

A fiscalização dos órgãos públicos e a responsabilização sobre o desastre foi citada como ação necessária

“Fiscalização dos órgãos públicos, dos órgãos competentes. E punir as pessoas que fizeram esse derramamento.” (PI - Proprietário de restaurante comunidade) “Esses órgãos aí o pessoal sempre fala que aparece muito órgão pra ganhar dinheiro. Mas pra ajudar mesmo a comunidade é muito pouco. Quando tem aqui final de ano o prefeito só aparece pra fazer limpeza, bem em cima do final do ano. Quando tem voto, quando acaba a eleição tudinho some, é assim.” (PI - Pescador comunidade)

Uma resposta mais adequada para o desastre e informações mais precisas também foram apontadas como relevantes para as comunidades afetadas.

“Melhorar a resposta para a burlação que nós não temos, os governantes e as pessoas que têm competência para fazer a coisa diferente, para fazer a coisa acontecer. Deixar de tanto fazer promessa e fazer a coisa na realidade, na prática. Porque promessa só de santo. O resto não existe mais o que fazer porque a gente fica aqui dependendo das autoridades que não dão uma resposta concreta para o povo, chegam nas mídias dizendo que fizeram e aconteceram e não fazem nada, o óleo continua aparecendo devagarzinho e eles não nos dão respostas, não solucionam o problema e continua a gente nisso. O que eles tem que fazer é resolver o problema e dar uma informação concreta para a comunidade.”

Um olhar com maior prioridade aos pescadores foi apontado como relevante pelo grau de vulnerabilidade das comunidades afetadas. A burocratização na comprovação do registro de pescadores para recebimento de auxílio também foi apontada como ponto a ser aprimorado.

“Dar mais prioridade aos pescadores, autorização da justiça, olhar mais para a gente, olhar para a saúde que prejudica mais a mulher, tem um colega aqui reclamando que as pernas estão coçando por conta do óleo.” “Eu acho desnecessário esse constrangimento que a gente passa diariamente, porque a gente não precisa provar um dano que eles causaram, somos inocentes, eles são hipócritas, a gente vive do pescador que vive de pesca. Agora eles sabem muito bem o que eles causaram a gente. A gente fica de reunião em reunião, tirando dinheiro de onde não tem, para ir fazer um cadastro que não precisava, que se existe computador, se existe cpf de todos os pescadores, não precisava ter essa necessidade da gente ir para lá para provar alguma coisa. Eles sabem os danos que causaram e o que afetou. Porque se pesca não está sendo vendida, se eles mesmos não querem comprar o peixe, eles sabem que o pescador precisa pescar, se o pescador perde uma rede não tem como ele provar que perdeu a rede. Se esta ali ele perdeu, ele não vai ter a cara de pau de ir na colônia e dizer que não perdeu. Então esse tipo de coisa que tem que melhorar, eu acho que assim, se a gente tem um cadastro geral e fazemos ele todo ano, duas vezes no ano,

para que essa necessidade da gente estar provando a eles que o que eles causaram esta afetando a gente se eles mesmo sabem?” “A gente vem aqui com a boa vontade de responder vocês e tudo, de participar, mas, não é só aqui, a gente já foi jogado para vários lugares, teve que ir para laranjeiras, a gente teve que tirar dinheiro de onde não tem para ir. Tem que ir na colônia, a gente tem que tirar dinheiro de onde não tem porque só de passagem a gente gasta oito reais, ai vem um lanche, uma água, tudo isso a gente gasta, então isso é o que deve ser melhorado. Aí tem um cadastro, se eles sabem tudo que aconteceu, não precisamos de estar procurando colônia pra saber o que aconteceu, se afetou o pescador, tem que indenizar o pescador, se afetou o agricultor tem que indenizar o agricultor, eles tem a noção do que é causado. Não tem porque a comunidade estar se humilhando para provar uma coisa que eles causaram. Eu acho que esse tipo de coisa é que tem que melhorar, até porque não tem como a gente estar gastando dinheiro para cima e para baixo, tirando dinheiro de um quilo de feijão, arroz que a gente poderia comprar para estar no ônibus provando para eles uma coisa que eles causaram. Esse tipo de coisa que tem que melhorar, se eles quiserem melhorar e eles podem. A gente que tem que estar pedindo, se humilhando para que eles façam isso.” (SE - comunidades de pescadores e marisqueiras)

A limpeza das praias de maneira mais direta deveria ter sido feita pelo poder público e não pela população e para que isso aconteça há uma compreensão sobre a importância da participação popular em audiências públicas para um maior acesso as informações.

“As questões eu acho que são que mesmo que a comunidade atue de maneira direta, o poder público tem que usar os funcionários que eles tem do poder público, pago pela comunidade e botar eles pra arregaçar as mangas e descer aqui na praia com seu ciscador que a gente sabe que tem pessoas contratadas pra isso e que eles venham diariamente e fiscalizem isso que está acontecendo aqui. Porque os garis estiveram uma vez aqui no dia, que foi o dia do desastre e depois a gente não recebe a visita. E a gente já conseguiu muito que foi se organizar e ter uma coleta de lixo lá em cima. Mas precisou a gente ir

lá. A comunidade precisa entender que ela tem que ir até o poder público, participar das audiências públicas, se mobilizar, dar suas contribuições. Tem que existir esse canal de diálogo, porque às vezes eu sou uma que as vezes participei das audiências públicas e você vê que, ou não é informado de maneira que chegue a informação a todos de que está acontecendo aquilo ali. Então eu acho que precisa uma organização do poder público de trazer isso pra mais perto da comunidade, de organizar, tipo, no dia que fez a palestra, um exemplo da defensoria pública do desastre ambiental, nós éramos uns 20, 25 interessados em receber a palestra e foi marcada às 8h, começou às 10 e nós saímos meio dia, então por mais que a gente queira receber essa informação, ela tem que ser propagada para que atinja mais de 20 pessoas, ou ela seja em horários diferentes, mas que aí sejam respeitados, que ela seja enxuta e objetiva, pra que as pessoas possam ir.” (RN - voluntária barraqueira comunidade)

Deveria haver uma melhor fiscalização e vigilância dos meios produtivos que envolvem o petróleo e a população deveria ser mais informada sobre o cenário a que está exposta. A realização de cursos preparatórios com pescadores e agricultores foi sugerida como forma de preparar as comunidades e gerar algum tipo de retorno para as comunidades mais afetadas pelos desastres envolvendo o mar.

“Pra não acontecer de novo, eu acho que tem que prestar mais atenção na hora dos desembarcamentos aí, e tal no mar aí. Pra não acontecer de novo tem que estar em vigilância. Com as informações que traz pra nós, aqui nesse bairro nós somos esquecidos, como você já vê aí como que é. Nós somos esquecidos. Mas aí que devemos ser mais informados, nós.” (MA - Marisqueira comunidade)“A questão que tem que ser melhorada e priorizada é. Como não se sabe ainda de onde vem esse petróleo e a gente tem aqui em Maceió algumas bacias petrolíferas, são as plataformas, umas ativadas e outras não ativadas que tem aquelas tubulações que não tem manutenção, isso teria que ser monitorado. O Governo Federal e Estadual, juntos, montar equipes de pessoas da comunidade. Eu agrego pescadores e agricultores que são mais aguerridos, mais sofridos aqui pelo Estado, fazer cursos preparatórios

pra quando vir a acontecer estar habilitado a trabalhar com esse tipo de petróleo. Até porque geraria renda pra essas pessoas que eles destruíram. Porque os pescadores aqui, os agricultores foram muito massacrados pelo Estado. E muitos perderam sua renda. E seria um jeito de tentar ajudar essas pessoas. Porque vai acontecer. Temos uma refinaria que já aconteceu acidente. Tá aí trabalhando. Temos aí esses navios de petróleo que trafegam aí todos os dias. E não tem a prova que Suape tem o Plano Emergencial de Contingência de Petróleo e não foi colocado em prática. É sinal que ele tem por boca, mas se tivesse pessoas treinadas ele tinha agido da forma.” (PE - mergulhador voluntário comunidade)

A falta de financiamento para comunidades de pescadores foi apontada como um ponto a ser aprimorado.

“É muita coisa. Porque pra melhorar pra gente da pesca é muita coisa. Financiamento que a gente não tem, eu acho que mais coisa do governo pra ajudar os pescadores, né?! Porque a gente não tem benefício. Porque a gente tem barco aí, mas tem aquelas dificuldades de ter o material de pesca. Uns ganham, mas não é aquilo suficiente que dê pra comprar. Aí vai levando a vida assim mesmo, mas como a gente que traz o consumo pra mesa de muitos, poderia ser uma coisa mais fácil pra gente, porque eu acho que é o agricultor e o pescador, um dos que mais trabalha e que menos têm.” (PB - pescadores comunidade)“Na verdade o que pode ser melhorado mesmo é a atenção do governo com relação a ajudar os pescadores na parte financeira, são pais de família, precisam sustentar seus filhos e passaram um bom tempo sem poder pescar e sem poder vender o pescado com preocupações, então o pescador diretamente, ele tá muito prejudicado, porque ele vive da única atividade dele é a pesca e a venda do pescado. Então nesse momento se o governo se mobilizar numa operação e liberar a parte financeira do governo para ressarcir, vai ser um grande ganho para os pescadores em todos os sentidos porque ambos precisam sustentar suas famílias. E pra que eles não abandonem, já que é uma atividade tão importante e rara. O pescador

e o agricultor andam lado a lado.” (RN - pescador associação comunidade)

A negligência do Estado foi apontada como questão importante, além do grande fluxo de notícias falsas que também foram determinantes para o aumento de vulnerabilidade em muitas áreas.

“O que tem que ser melhorado é o governo cair em campo porque o governo ficou negligente, bastante negligente com relação a isso e a mídia caiu de pau em cima e acabou com turismo, com a pesca, acabou com tudo e o governo deveria tomar atitudes a respeito disso. Se divulga notícias falsas deveria ter uma punição para isso porque está prejudicando várias vidas, várias comunidades com essa atitude. Uma atitude negligente. E também colocar órgãos competentes para tirar esse óleo. Como eu já falei anteriormente, gente que se prejudicou e muito como pescador principalmente e outras pessoas, até banhista que ficava pisando no óleo, melando os pés, ficava doente né?! Isso tem que melhorar muito por parte dos governos, dos órgãos competentes.” (RN - presidente da associação de pescadores e pescador comunidade)
“É porque a mídia caiu muito em cima, se tivesse sido só aqui talvez teria sido abafado. Mas é porque assim, foi em muitos estados, aí foi um desastre ambiental em vários estados afetou muita gente. Aí a mídia deu muita visibilidade, saiu em tudo que é jornal e aí não tinha como não ver.” (PB - associação de marisqueiras comunidade)

A chegada da informação em tempo oportuno sobre o uso correto de EPI também foi levantada como uma questão a ser aprimorada porque o treinamento ocorreu após as atividades de limpeza das praias, executada pela população.

“O que não deu certo foi a informação que a gente não teve de qual o material de segurança adequado no momento que estava acontecendo, a gente teve um pouco depois.” (RN - Voluntário barraqueiro comunidade)

5.3.10. A situação atual das ações de saúde frente às comunidades afetadas e atingidas e o que vem sendo feito

A falta de acesso aos serviços públicos de saúde é uma realidade das comunidades afetadas, a falta de saneamento básico, os conflitos com grandes empreendimentos, a falta de financiamento são questões que afetam as comunidades sistematicamente.

“A gente vive nas comunidades e tem uma ausência de políticas públicas e o que mais nos afeta é a saúde então a maioria das comunidades não tem saneamento básico, na maioria das comunidades não tem nem postos e não tem atendimento 24 horas, em muitas comunidades não tem nem posto de saúde pequeno, PSF, esses programas. E assim, algumas comunidades, quase todas as comunidades elas tem impactos na saúde por conta dessas políticas que a gente chama de desenvolvimento e a gente tem uma deficiência bem grande assim com garantia de políticas públicas, pra garantia de direitos referentes á saúde. Então toda vez que acontece um desses impactos, esses grandes impactos. Quantas ausências históricas que a gente já tem ao longo desses anos então isso acaba ficando mais forte. Então falar de saúde o risco, a falta de políticas públicas, a vulnerabilidade quando junta falta de saneamento básico, a estrutura do posto que não tem com a falta de investimento pra pesca. To querendo dizer que saúde é além. Não dá pra ter que ser saudável com tanta agonia na cabeça. A gente tem conflito direto é com a especulação imobiliária, com exploração de petróleo, com as grandes empresas, Odebrecht, braz canion, AS.”

De acordo com os entrevistados as mudanças no padrão de vida da comunidade e as adversidades causadas pelos conflitos, pelo modelo de desenvolvimento implantado e pelo modelo de saúde mais focado em alopatia acaba diminuindo o tempo de vida e gerando ainda mais doenças para a população.

“E a gente ficou muito agoniado quando o professor dizia dessa contaminação por contato direto com petróleo um dos sintomas é

neuroológico, que vai mexer com a cabeça. E o que tem de pessoas doido, maluco, já por conta desses conflitos, por conta das. Você vê os mais velhos que já passaram por tanta coisa aí na hora vê que as empresas tá comendo toda a área de pesca da gente e vai adoecendo, ficando doido. E quantas crianças nascendo com problema assim. A gente não via na comunidade a criança já nasce e com 3, 4 meses tendo que usar óculos, as crianças com problema de saúde, uma quantidade de crianças com problemas respiratórios, com problemas de pele na comunidade e a gente vê antes na comunidade da gente, a gente vê na televisão o pessoal fazendo destaque de gente que tá com não sei quantos anos. Pra gente era normal na comunidade da gente quantos mais velhos nossos que a gente conheceu que viveu mais de 100 anos, agora destaque nacional quando, e pra gente. E o mais velho nosso morria com mais de 100 anos. Ainda morre, mas por exemplo, na comunidade que a gente mora agora está morrendo criança com 12 anos por câncer no osso. 12 anos. Então a gente tá vendo que tem uma diminuição de tempo de vida da gente por causa dessa política de desenvolvimento pra desenvolver a qualquer custo pra enriquecer o capital. Então essa conversa, essa discussão sobre saúde ela é mais ampla. Entendeu, a gente tratava da saúde do povo era com samba de roda, com folhas, a gente tinha outra qualidade de vida. Agora tem que ir pra médico, fazer exame, tomar antibiótico. E desenvolver outros tipos de doença porque a partir do momento que a gente toma aqueles remédios de farmácia aí lasca com rim, lasca o coração, aí vai né, vai “transmitindo” outros tipos de doença.” (BA, AL SE- Comunidade Representações de mov sociais)

A falta de cobertura das comunidades de pescadores e marisqueiras foi levantada como uma questão crônica e que precisa de respostas com a contratação de mais médicos e serviços de atenção a saúde focadas nas demandas mais recorrentes da população.

“Nada. Porque não foi feito nada. O que eu me preocupo muito é com os pescadores e as marisqueiras, porque essa parte da saúde o governo não tá nem aí não. Porque era pra ter um médico especial para os

pescadores, pra marisqueira pra quando eles precisassem ter. Principalmente, uma ótica pra fazer um exame de vista, pra fazer um exame. Pra saber porque eles eram afetados. Porque tem muito pescador e marisqueira que tem problema, mas as vezes nem procura o médico porque quando vai, sempre não tem. Mas era pra ter a colônia era pra ter um médico para pescador e para marisqueira. Eu combato muito isso na colônia que eu falo lá. Não tem cobertura de nada. Se algo acontecer, ter uma pancada no braço, uma pancada na perna, se for pra fazer um laudo você fica velho e não recebe esse laudo.”

A existência de um plano nacional para os povos das Florestas e das Águas foi citada pela comunidade como uma questão que precisa avançar. A falta de ações de encaminhamento frente ao desastre chama a atenção dos entrevistados.

“Existe um plano nacional que tem uma política pensada pros povos das florestas, das águas, enfim. E aí é algo que não se avança. Imagina-se até que esse plano tinha tendência de avançar, o plano nacional com esse desastre. E se esse plano emergencial tivesse dado esses resultados e tivesse dado impacto a gente teria pelo menos um elemento pra encaminhar e aí a gente não tem elemento nenhum. Todos os municípios, o estado diz que a tanto tempo a gente não tem mancha de óleo, então se parte da ideia que está tudo normal. Então a grande espera agora é pra entender como é que está a saúde de quem consome todo dia e que esse plano saia.” (CE - Comunidades movimentos sociais)

A falta de ações de saúde nas comunidades foi ressaltada por um grande número de entrevistados. A percepção é de piora da desassistência após a ocorrência do desastre.

“Não há.” (PI - Agente Comunitária de Saúde e moradora de comunidade) “Aqui que eu saiba não.” (PI - Proprietário de restaurante comunidade) “Aqui que eu visse não. Tem posto de saúde. Não falaram de petróleo, mas acompanham.” (PI - Pescador comunidade) “Nada, até porque se você tiver um problema de saúde eles jogam você para daqui a três meses, se você tiver um problema respiratório eles também jogam para daqui a três meses sem analisar. A gente necessita de uma ginecologista, para ter essa consulta,

precisamos passar na medica, para ela autorizar. Até o posto de saúde que deveria dar assistência a comunidade vemos que é parte de um sistema muito falho. Nada muda. Com óleo ou sem óleo as coisas só continuam a piorar. Mandam ir na emergência, se não diagnosticam com virose, ai dão uma injeçãozinha e mandam ir para casa. Mas se você precisar de um especialista só no posto de saúde que depende do sistema do SUS, você vai para o sistema e fica aguardando. Independente do que você precise, você vai esperar.” (SE - comunidades de pescadores e marisqueiras) “Nada.” (MA - Marisqueira comunidade) “Nada. A saúde aqui já era ruim, tornou-se pior. Porque temos relato de marisqueira e dos filhos dela que estão ficando cada vez mais doente que leva pra posto, dá um medicamento e manda pra casa. Não pede pra fazer exames. Quando fala que entrou em contato com o petróleo eles não estão nem aí. Não notifica. E tem muitas crianças depois disso que são filhas de marisqueira que teve contato com o petróleo e que estão ficando doentes, constantemente.” (PE - mergulhador voluntário comunidade) “De vez enquanto aparece alguém aí dá uma olhada. Quando você se sente doente você tem que procurar o posto em João Pessoa. A saúde da gente é a gente mesmo. Se você tiver doente aí a gente às vezes também procura o posto de saúde aqui, porque aqui essa prefeitura é muito devagar, sempre não tem nada. Aí em vez de perder tempo você já vai no trauma, vai no hospital. Aí o pessoal já dá coisa que já tá maior nos hospitais.” (PB - pescadores comunidade)

Porém, há locais onde a estrutura dos serviços de saúde públicos foi reconhecida como eficiente para as demandas das comunidades de pescadores e marisqueiras.

“Falando por aqui tá tudo normal. Aqui tem 3 PSF, tem um aqui, um da colônia e um outro que também não é longe. Tem médico. Tem os municípios vizinhos que tem médico.” (PB - associação de marisqueiras comunidade)

No Rio Grande do Norte, apesar de um voluntário ter citado que foi orientado sobre como proceder a partir de sintomas relacionados a exposição ao petróleo, outros referem não saber de ações de saúde no estado.

“Foi dado o telefone do pessoal que ia tratar só das pessoas que foram afetadas, além de por escrito, falaram verbalmente pra que todos entendessem e disponibilizou esses números pra se precisasse tratar tontura, náusea, ânsia de vômito, eles falaram os graus que poderiam chegar pra quem tivesse presente poder passar pro resto da comunidade. Que a maioria foi voluntário na primeira leva pra tirar, então queria entender aonde tava pra ver se a própria pessoa não tava prejudicada.” (RN - Voluntário barraqueiro comunidade) “Que eu saiba, a mim não foi informado nada.” (RN - voluntária barraqueira comunidade) “Sobre a mancha de óleo aqui eu não presenciei nada.” (RN - pescador associação comunidade)

Mesmo com a proximidade com a secretaria de saúde as orientações recebidas foram para que não houvesse contato com o petróleo. Mesmo assim a entrevistada não sabe as ações que estavam sendo desenvolvidas no território.

“Olha, eu sempre estou junto da secretaria de saúde do município e converso muito com eles a respeito disso. Eu digo olha é uma situação bastante difícil e vocês fiquem atentos porque pode ser que aconteça algo pior, mas eu acho que eles tiveram alguma orientação a respeito de como agir, sabe. Porque diz que é altamente tóxico, se é algo altamente tóxico eles tem que ter uma noção do que se vai fazer a respeito disso. Então eles estão orientados a respeito disso. Por enquanto não to sabendo de nada que foi feito não. Só as notícias que aparece pra não pegar, que não é pra mexer.” (RN - presidente da associação de pescadores e pescador comunidade)

Em um município do estado de Pernambuco foi identificada uma situação diferente dos outros locais, porque a saúde está atuando e tentando realizar exames de acompanhamento, porém os pescadores que atuaram voluntariamente nas atividades de remoção do petróleo não estão aceitando esse monitoramento.

“Assim, o povo tá correndo atrás, tão querendo, né?! E a gente somos ignorantes, a gente não teve estudo, não teve educação direito. Pescador, índio, tudo bicho do mato. A maioria são analfabetos. Eu só consegui fazer a quinta, sexta série porque lá em casa é 14 irmãos, meu pai e minha mãe analfabeto pescador e não tinha condição de dar apoio pra

nós estudar. Ou a gente estudava ou passava fome. Então teve que abandonar os estudos para trabalhar. Pescar, trabalhar pros outros e assim ia. E abandonamos porque chegou até irmão desmaiar de fome duas vezes, minha mãe desmaiou de fome. Então eu tive que parar. Hoje os meus, as minhas crias, graças a Deus, tão tudo estudando, outros terminaram. Uma que pretende que seguir pra ver se consegue. Mas desse jeito que to vendo, sem ganhar dinheiro não tem nem como pagar um curso pra ela. Tá difícil. E a gente não tá aceitando o acompanhamento de saúde porque se parar piora. Eu mesmo não vou. Se o pessoal vier fazer aqui talvez eu faço, se vir eu faço. Junto converso com as pessoas e aí a gente dá um jeito. Mas pra eu sair eu não vou não. Porque nada pra nós é favorável.” (PE - pescador de associação voluntário comunidade)

5.3.11. Perspectivas futuras

O reconhecimento da categoria profissional da pesca artesanal, bem como a implementação de políticas para os trabalhadores é levantado como ponto importante para o futuro, com a realização de censo, investimentos, bem como reconhecimento da potencialidade dos pescadores para a economia a nível estadual e federal. O respeito pela reprodução das formas de viver e pela preservação do território também foram pontuados pela comunidade.

“A gente tem uma pauta é que tanto o governo federal, estadual, mas assim. O que a gente espera é que a pesca artesanal seja reconhecida. A gente precisa na verdade. O estado, o Brasil precisa reconhecer a potência que é a pesca artesanal, principalmente no nordeste. Mas no Brasil como um todo. Então precisa reconhecer, com os investimentos, com as políticas, fazer censo. Tudo que a gente tem apresentado como pontos importantes a serem cumpridos. Mas na verdade a gente espera pouca coisa assim, do que depende que eles façam. Mas a gente. A gente tem se organizado pra pautar e forçar mesmo que se tenha investimento, que se reconheça a potencialidade da pesca artesanal e que nos enxerguem como trabalhadores e trabalhadoras. Então a gente

sabe que é uma luta e a gente sabe disso por uma constatação porque a gente tem feito enfrentamentos bem acirrados nesse sentido. Sociedade Civil de pressão mesmo e tal e a gente espera com essa pressão que a gente faz que quando a gente fala de reconhecimento é reconhecer a gente como trabalhadores e trabalhadoras então a gente vai ter as políticas garantidas. Mas a gente não tá mais naquela fase de romantismo apostando que a via é a política partidária que vai fazer a transformação não tá mais por aí. E que respeitem também o nosso modo de vida e também garanta nosso território livre porque é de onde a gente tira nossa sobrevivência. Sem o território livre o pescador não tem vida, como é que a gente vai conseguir sobreviver se o território se retificar, sempre estuprando o território com o grande empreendimento.” (BA, AL SE- Comunidade Representações de mov sociais)

Uma melhor preparação para manejo de desastres como esse em todos os níveis administrativos, bem como a responsabilização e reparação pelo desastre são questões prioritárias de acordo com os entrevistados.

“O que eu espero que aconteça depois de um desastre desses é que o município, o estado e o governo federal se preparem pra se acontecer novamente. Porque aconteceu isso e o poder público tava completamente de mão atada, sem dar nenhum amparo aos mais afetados. E a gente também como pescador, temos que ficar de olho aberto porque é uma dificuldade muito grande de quem vive da pesca estar em uma tragédia dessas e a gente tem que se preparar, por isso estamos buscando nossos direitos porque a gente adquire nossos direitos a gente fica mais tranquilo, tanto emocionalmente, quanto fisicamente para poder aguentar mais outra pancada. E também descobrir quem foi o causador, quem foi o responsável, porque precisamos saber e precisamos que essa pessoa pague esse estrago ambiental causado. As nossas vidas, porque não é só o ambiente, causou a nós também. E a gente precisa saber isso. O futuro é saber quem causou e que venha de alguma forma fazer algo de bom, com compensação ou o que for pra tentar retratar o meio ambiente, porque isso não vai ser fácil.”

O desamparo causado pelo desastre e a importância do respeito às comunidades e território foi reforçado.

“Nós pescadores que estamos na comunidade que somos tão atingidos por desastre, acho que o ideal da gente por um meio ambiente saudável, um território saudável e vem essas catástrofes na vida, deixando a gente desamparado, e que a gente veja a nós como pessoas com respeito, porque nós somos muito mal tratados nesses desastres que nós somos o pior alvo, somos nós pescadores, nós dessas comunidade e a gente vê isso como uma riqueza tão grande que é nosso território, esse rio, esse mar então é que os órgãos competentes vejam a gente como gente, como pessoas que vivem e tem a dignidade como qualquer um.”

A união de marisqueiras e pescadores para defesa dos direitos foi vista como importante como perspectiva futura, o reconhecimento e respeito das comunidades foi ressaltado também pelas comunidades do Ceará.

“Eu acho que nós marisqueiras, e essas novas eles tem que se unir, ter seus direitos, tirar sua carteira, que quando tem uma situação dessas ser todos unidos, todos juntos e lutar pelos direitos desses, porque hoje se uma pessoa chegar ao dia de se aposentar e for ao INSS e for com a unha feita eles dizem que a gente não é marisqueira, a gente tem que ir com a unha cheia de lama, uma roupa velha acho que do jeito que pesca porque não fazem não. Questionam a marisqueira por estarem de batom ou unhas feitas. O que eu acho é que as marisqueiras tem que se unir mais pra quando acontecer uma coisa dessas tá todo mundo junto. Lutarem mesmo, porque você vê aqui a quantidade de marisqueiras e pescadores, pinta 4 pescadores que devia estar uma multidão lutando pelos seus direitos, porque eu acho que é isso que a gente tem que fazer é lutar pelo nosso direito. Que nós somos gente como os outros que tem trabalhos mais melhores, porque se não fosse nós pescadores, nós marisqueiras...quem põe o peixe, a lagosta na mesa do rico? São os pescadores e marisqueiras. Coisa que eles não dão valor, mas que deveriam dar.” (CE - Comunidades movimentos sociais)

Há expectativa de que o desastre não se repita e preocupação sobre os impactos no meio ambiente causados pelo derramamento de petróleo. Foi colocada a importância do respeito às comunidades.

“Eu espero que não apareça mais, porque se aparecer realmente vai ficar difícil porque a vida vai ficar muito difícil. Já foi complicado com essa coisa da mídia, se aparecer vai ficar a nível de as pessoas passarem necessidade se aparecer. Porque se com o boato a gente passou o que a gente passou, imagina se vier na realidade? Meu deus. Eu fiquei sabendo que no Delta da Parnaíba apareceu de novo. E que pelo menos afunde porque não vai pra praia. Se cai pro fundo é pior porque aí a gente não vê. Que nesse governo que temos agora no momento, que pelo menos ele olhe um pouco mais para a pesca, para a pesca artesanal. Que ele dê mais visibilidade a todo o problema do meio ambiente, porque o meio ambiente está aí junto com todo mundo, como a saúde do brasileiro está mendigando, o nosso meio ambiente também. E que ele dê mais crédito ao meio ambiente, ao pequeno, aos pobres. Porque são os pequenos que precisam muito do apoio dele, da sensibilidade dele, pra nós que somos pescadores artesanais, que estamos sendo engolidos pelas empresas, que empresas não é ruim, é bom mas é cada um no seu quadrado. E espero que 2020 seja melhor e que esse petróleo nunca mais apareça.” (PB - associação de marisqueiras comunidade)
“Que acabe definitivamente. Pra gente não ter mais esse medo. Ficar com medo. Porque a gente tem medo. Aí tem os filhos da gente também que banha todo dia, a gente mesmo nasceu, se criou e fica por aqui. Que não apareça mais essa história de jeito nenhum. Que acabe. O que a gente tem pra fazer e esperar que não volte mais essa história.” (PI - Agente Comunitária de Saúde e moradora de comunidade)
“Que as coisas melhorem, que nossa venda cresça. Que esse petróleo não chegue aqui pra nos atingir. É isso.” (MA - Marisqueira comunidade)

É relevante para as comunidades uma melhor prevenção por parte dos órgãos responsáveis, além de maior comunicação no que tange a comunicação de risco.

“É que os órgãos se previnam e melhorem pra não deixar acontecer. Que previna a população porque foi um desastre grande e isso com certeza afetou muito a gente. Todo o litoral nordestino. A gente vive de renda tanto do pescador como de restaurante como é o caso da gente, acho que todos nós fomos afetados então é botar pessoas pra fazer prevenções pra não acontecer.” (PI - Proprietário de restaurante comunidade) “Que o governo entre mais em campo pra tomar uma atitude porque esse nordeste inteiro foi prejudicado. Não só na área litoral, mas na área interna também porque as pessoas do interior depende do litoral é o dono de mercadinho, dono de restaurante, o resort, o hotel, sabe? Isso não é só pras pessoas que vem de outros Estados não. As pessoas do próprio Estado frequentam esses locais, esses ambientes e tem que orientar, dar uma orientação educacional pras pessoas de como se afastar desse óleo, mas não tem como se afastar, porque está aí, é evidente, tá aparecendo principalmente a nossa região aqui a nossa que foi a região mais afetada do RN. Tinha que tirar as notícias falsas e começar a produzir alguma programação pra mostrar a realidade das pessoas, dos pescadores em relação a venda do peixe, em relação ao peixe. Porque eu sou presidente da colônia, mas dou a certeza que o peixe está bom para consumo porque a pesquisa foi feita e foi aprovada, não está ruim. Espero que aconteça o melhor, que não venha mais acontecer o que aconteceu e dê tudo certo, trabalhar certo, trabalhar em paz e ganhar o nosso pão de cada dia né?!” (RN - presidente da associação de pescadores e pescador comunidade)

A necessidade de cuidado por parte das empresas extrativistas com o território foi apontado.

“Eu espero que não aconteça nunca mais, que seja a última vez. Ninguém consegue cuidar do próprio lixo, não tão cuidando nem da parte industrial que é o extrativismo do petróleo. E que a humanidade precisa do combustível pra viver, pra se locomover. Isso é um descaso total com o planeta.” (RN - pescador associação comunidade)

Com a realidade do território e a perda de expectativas da juventude de pescadores acaba comprometendo a vontade de atuar na profissão.

“Eu mesmo desde os 14 anos que eu trabalho nessa pescaria, mas eu tô deixando agora. No final desse mês eu tô viajando pra outro lugar. Buscar um futuro em outro lugar. Não porque a pescaria é pra quem tem coragem e sofre muito o pescador aqui sofre muito e a colônia que nós tem não ajuda nós, as vezes atrasa.” (PI - Pescador comunidade)

São cobradas respostas e reparação para as comunidades que ficaram em situação de extrema vulnerabilidade, o sofrimento dos pescadores e marisqueiras foi ressaltado.

“O futuro a Deus pertence, porque se a gente tem ajuda é do nosso pai do céu. Porque dos órgãos aqui da terra, não temos nenhuma. Porque se eles puderem te pisar e acabar de matar eles fazem. Espero melhorias, mas o difícil é ter elas que a cada dia as coisas pioram. O que a gente mais quer são melhorias, mas o que mais vemos são desgraças. Espero que aconteça uma solução para gente porque a gente esta sofrendo demais, o órgão publico deveria encontrar uma solução para gente, porque o ministério público não se manifesta para nada, o órgão público não se manifesta para nada e os pescadores estão sofrendo. Peço a eles um pouco de humildade, porque nós colocamos o pescado na mesa do rico, a gente vai buscar o pescado lá. Não são eles. Ainda querem comprar a 25 reais o quilo alegando estar caro. Se está caro vai lá pescar, porque se a gente perde o material esta aí o prejuízo agora. Prejuízo de dois mil reais eu tomei, as outras eu vou tacar fogo quando chegar em casa. Mesmo com óleo, eu vou gastar óleo de comida? Eu estou tão desgostoso que nem na cacique pesca eu estou indo mais. Não estou indo mais porque eu já não tenho dinheiro para eu me alimentar, eu vou comprar rede? Se você for para a costa não arruma nem o que comer. Eles estão todos aqui e o pescador sofrendo. Muita gente recebeu que não vai nem dentro da água e gente que vive de pescaria até hoje esta sofrendo. Tem quatro seguros que eu não tiro, o dinheiro do óleo que agora que não tiro, é só prejuízo, queria que eles tivessem bom senso e viessem conversar com a gente, com os pescadores e marisqueiras, mas não eles ficam todos

calados, isso é uma vergonha para o nosso país. Era bom que a televisão estivesse aqui para eu dizer, que é esse país, um desastre como esse. Dizem que o óleo já acabou, vaio na costa para ver se ele já acabou. Vai lá? Não vai. Um monte de gente lá sofrendo, com um bocado de rede perdida porque o óleo danificou. Disseram que vão pagar, quando vão pagar? Só deus, só deus, só deus, a feira dele esta na geladeira.” (SE - comunidades de pescadores e marisqueiras)

Um melhor monitoramento e preparação foram cobrados. Com o uso de tecnologias e ação dos órgãos competentes em tempo oportuno.

“Que da próxima vez a gente não seja pego de surpresa, que tenha algum alerta desse mar limpo. Que até então eu não sabia que tinha esse aplicativo. Hoje em dia eu tenho meu celular ali, eu dou uma olhadinha. Tendo um aplicativo pra falar que está chegando e a gente se prepara porque todo mundo foi pego de surpresa e pelo que eu fiquei sabendo até as autoridades, os órgãos competentes, todos eles foram pegos de surpresa. É uma retarda na resposta porque não é uma coisa corriqueira que acontece no nosso litoral.” (RN - Voluntário barraqueiro comunidade)

Além de maior capacidade de monitoramento e prevenção, uma resposta mais ágil e protetiva dos órgãos competentes foi indicada como relevante para perspectivas futuras, além de financiamento para garantia de tomada de decisões adequadas frente ao desastre.

“Eu espero que as autoridades descubram que essa mancha tá lá no meio do mar e tomem uma atitude quando esse petróleo está lá no meio do mar. Antes dela chegar aqui na beira. Que elas não esperem 50 dias que esperaram pra tomar uma atitude. E que no dia que avistar lá, e que tenha sistema para avistar lá, não tem um bocado de tecnologia? Não enxerga gente de tudo que é jeito lá de cima? Enxerga a mancha lá e avisa e toma uma atitude. Põe umas barreiras, porque aqui na praia não digo nada, mas se afeta um lugar que é um berçário, então é uma coisa que vai ter danos que a gente vai sentir muito talvez não tenha como reverter. Tem que ver quais os meios de barrar isso. Primeiro que não tem que acontecer, mas se acontecer, que o poder público tenha

uma maneira de alertar. Invista em como saber que a mancha tá vindo antes. Que tenha uma equipe de prontidão com os EPIs, que tenha essa equipe pronta e diga que aconteceu e resolver. Não pode é deixar 50 dias a comunidade a partir do amor. Zanzando. Nem a prefeitura sabia o que fazer com isso. E ninguém sabia o que fazer. E não espera chegar aqui. E quando chegou aqui devastou o espaço. E deve ter alguma coisa lá embaixo presa nessas pedras, porque se elas ficaram presas nessas pro lado de fora que a gente viu que solta ainda umas bolinhas, as que estão no fundo do mar também deve ter uma coisinha. Então era pra alguém lá vendo o que que tem lá, alguém que enxergue melhor do que a gente. Que tenha equipamento, que tem tecnologia que pode ser usada pra isso. Precisa que essa verba venha pra isso. Porque tudo que move precisa de uma estrutura, precisa de diária, precisa de profissional habilitado, precisa de equipamento certo, precisa de tudo. E quem pode fazer isso? É o poder público. É responsabilidade dele, zelar por esse meio. Por mais que a gente tenha consciência e faça nossa parte, mas a responsabilidade financeira, estrutural, é do poder público e de direcionamento. Porque ele tem que chamar a responsabilidade e orientar as ações. Porque nós não somos direcionados, a gente não tem o conhecimento e eu não tenho como contratar um biólogo pra me dizer qual o conhecimento. Então tem que vir o poder público e dizer o que fazer com os bichos, faz assim, faz assado, a defesa civil. Mas é o poder publico que tem que fornecer os profissionais porque eu não tenho como ter informação se o poder público não estruturar isso. Acho que nem eu, nem quase ninguém na comunidade. Apesar de hoje em dia tem o google. Mas seria melhor que a estrutura estivesse preparada e recebesse esse suporte antes. Porque depois dessa desgraceira toda é difícil pra reunir né?! A gente viu.” (RN - voluntária barraqueira comunidade)

Uma maior preparação, bem como monitoramento da rede produtiva foram apontados como relevantes, bem como apreensão acerca dos impactos a saúde. Os impactos no turismo internacional também foram apontados.



“A perspectiva futura, dizer que não venha a acontecer de novo é complicado numa área que eu moro, porque é posto industrial, mas que tenha mais cuidado, que tenha mais preparação, mais pessoas preparadas. Que tenha um monitoramento sério de pessoas que estejam ali monitorando cada segundo, cada milésimo para que não venha a acontecer. Porque a tragédia até hoje permanece no Nordeste. Se você ainda entrar em contato com as agências de turismo, muitos dos estrangeiros que vinham pra cá deixaram de vir pro Nordeste, mesmo já a praia normalizada, já dizendo que não tem mais problema nenhum. Mas eles não confiam, porque ele vai na internet. Pesquisa, vê o perigo que é o petróleo bruto. O tempo de durabilidade. A gente recebeu a visita do rapaz aqui da ONU, perito em petróleo e quando ele falava eu percebia algumas coisas. Ele disse claramente que o problema dele e a preocupação que ele tinha era o invisível que estava na água que a gente não conhece que vocês não veem mas eu sei que está aí. “

Houve questionamento dos resultados das análises de pescados apresentados.

“Houve algumas amostras que foram pra análise e foi achado na Sapuruna e o xaréu foi encontrado um vestígio, muito pouco de petróleo. O xaréu eu abro mão, um peixe aqui que é costeiro e tem por todo o Nordeste. Mas a Sapuruna é um peixe que fica preso em corais, ela não anda em cardumes ela nasce, cresce e morre no mesmo coral. E é uma espécie que foi contaminada. Mas o que me chama a atenção é que esses dois peixes foram pegos pra fazer análise nas praias que não deram petróleo: Capixumi e Itamaracá. Não teve esse petróleo aparecendo. Eles pegaram esses peixes lá, disseram que esses dois peixes estavam contaminados, mas aí eles não falaram que essa contaminação no estômago, se foi achado na guelra. Não foi especificado de que forma que acharam esse tipo de contaminação, apenas acharam nesses dois peixes, mas não deram explicações melhores. Daí eu como pescador sei que a Sapuruna não ia sair aqui de Gaibu pra ir pro Recife, ela não ia sair. O Xaréu não, Xaréu anda por aí tudo vai até São Paulo.”

A falta de ações do governo federal, bem como a realidade do recebimento do auxílio emergencial em forma de defeso também foi colocada como uma questão ineficaz devido ao grande quantitativo de comunidades em situação de vulnerabilidade em decorrência dos impactos do derramamento de petróleo que não receberam qualquer tipo de apoio.

“O que eu queria dizer é que até hoje depois do acontecido a gente não viu nenhuma ação voltada do Governo Federal, do Governo Estadual pra que isso não venha acontecer. Já foi tirado o petróleo da praia, pra eles esquecerem, tá tudo bem e não estão preocupados com nada. Isso já me preocupa bastante. Uma outra coisa é o seguro que o governo federal tá pagando. Algumas pessoas receberam hoje e já ligaram pra mim, mas mesmo as pessoas que estão recebendo é o seguinte: A pessoa tem que ter a carteira pescador do Ministério da Pesca, tem que estar atualizada pra poder receber esse benefício, foram duas parcelas no valor de um salário mínimo cada uma. Só que é o seguinte: muitas pessoas que tem a carteira atualizada não constam na lista para receber. Pela Associação temos 19 pessoas que tem a carteira atualizada em dia, fomos no Ministério da Pesca, o Ministério disse: Olha, não podemos fazer nada porque nós não fomos consultados por Brasília. Brasília pegou o dado de todo mundo e disse: eu vou pagar desse pessoal aqui e pronto. O próprio Ministério da Pesca em Pernambuco não estava sabendo que isso ia acontecer pelo Governo Federal. Eles não foram consultados para dizer quem estava em dia. Mas como represento uma comunidade de pescadores, não me importo com quem vai receber. Eu me importo com a grande quantidade de pessoas que não vão receber porque não tem Registro Geral da Pesca, não tem a carteira de pescador por culpa do Governo Federal que desde 2012 trancou as carteiras de pescadores. A alegação que deram oficial foi que devido a não fazer as novas carteiras porque tinha muita fraude. E pra evitar a fraude era só pegar a Polícia Federal, mandar para uma jurisdição e descobrir quem era e quem não era e não prejudicar todo o Brasil. Só no Estado de Pernambuco é mais de 30 mil pescadores e só 400 que eram pra receber esses salário e os 400 nem



todos receberam. E as outras pessoas estão expostas sem direito a nada.”

A falta de respostas foi indicada como uma questão para as comunidades, assim como a necessidade de ações de reparação para as comunidades afetadas foram ressaltadas como perspectivas futuras.

“Rapaz, eu acho que isso não tem mais concerto não, eu acho que o que eles podem fazer agora é pagar os danos que aconteceram e dar suporte ao pescador, mas eles não estão dando. Porque foi eles que afetaram. Procurar saber qual foi o causador que até agora ninguém sabe. O governo não sabe, vocês não sabem, a gente não sabe e não tem suporte nenhum pra gente. Eu acho que podia pagar uma indenização, pagar o salário da gente até as coisas mudarem. Mas não tão dando nada. Deram pra alguns e o que eles deram foi pros pescadores de lagosta, que já iam dar mesmo. E os que mais foram afetados foram os ribeirinhos e as marisqueiras. E não pode brigar com eles que não ganha, então é melhor deixar quieto.” (PE - pescador de associação voluntário comunidade)

6. CONCLUSÃO

O derramamento de petróleo no Brasil gerou grandes desafios de coordenação, articulação e preparação para todos os atores envolvidos. No que tange o desastre ambiental, muitos órgãos se envolveram nas atividades de resposta e se colocaram em atividades desde a comunicação de risco, preparação da rede para acolhimento de comunidades afetadas, treinamento de profissionais para coleta do material, sem que essas ações fossem dialogadas necessariamente com as perspectivas do setor saúde, que de maneira geral também teve dificuldades em compreender seu papel no manejo de um desastre como esse.

No território, as famílias que vivem do mar e que dependem diretamente da pesca artesanal viram sua realidade transformada e tentaram se articular e mobilizar em todas as instâncias para expor o alto grau de vulnerabilidade e em muitos locais se expuseram sem o uso de qualquer equipamento de proteção individual nas atividades de limpeza das praias, sem informações mais apuradas, relataram a percepção sobre o racismo institucional a que estavam submetidos nas assembleias e nos espaços de diálogo com os órgãos públicos. Sem recursos para sua própria subsistência, o seguro defeso foi uma resposta insuficiente e não foi ofertado para toda a rede produtiva que estava envolvida e afetada.

Com a realidade dos registros de pesca não atualizados, uma necessidade de maior regulamentação e reconhecimento das comunidades de pescadores e marisqueiras se mostram como tarefas importantes para que não apenas a pesca artesanal seja reconhecida como relevante, mas principalmente para que as políticas públicas direcionadas a atenção dessa população se efetuem de maneira a respeitar o direito de fala e atenção nos serviços de saúde e nas demais instâncias de poder.

. A chegada do petróleo foi vista a partir de diversas perspectivas e os conflitos de interesse se sobrepujaram em toda a comunicação de risco pelo medo dos impactos do desastre para o turismo, tendo em vista que boa parte da renda dos empresários dos municípios dependia primariamente dessa atividade econômica. Nesse sentido é importante compreender que para além dos riscos, muitos gestores estavam preocupados com a imagem dos municípios e isso também afetou na forma que a

comunicação foi apresentada para as comunidades, bem como a tomada de decisões acerca da instituição de Estado de Calamidade pública que não foi instituída em muitos pontos turísticos.

Em um desastre como esse é importante compreender que as mudanças sociais provenientes do derramamento de petróleo se estendem não apenas pela privação do banho no mar, ou escolha de mudança de dieta por parte das comunidades afetadas, mas principalmente se configura pela queda, quando não paralização da venda de pescados, o que acaba dificultando o acesso a insumos básicos, aumento de vulnerabilidade das populações que tem como dieta principal os frutos do mar, não necessariamente testados e pela insegurança que se instaurou causando também aprofundamento de questões de saúde mental no território. O que deveria gerar ações não apenas relacionadas a assistência social e atenção psicossocial, mas principalmente com a formulação de políticas de trabalho e renda. Além de planejamento para reparação de maneira massiva a essas comunidades.

No que tange a saúde, os riscos da exposição ao petróleo cru, não apenas nas atividades de limpeza nas praias, mas principalmente das comunidades que vivem em regiões afetadas demanda uma maior capacidade de monitoração e acompanhamento dessas mesmas populações. As dificuldades para cadastramento desses usuários é uma tarefa que não pode ser abandonada com o passar do tempo. Em outras experiências, como no desastre do Golfo do México as comunidades afetadas são acompanhadas até os dias atuais, o que também demandaria provisão de mais recursos para a garantia da detecção precoce de agravos causados pelo petróleo, mas principalmente posteriormente geração possíveis casos que precisarão ser acompanhados na atenção primária, secundária e terciária.

Mesmo no primeiro momento os gestores já trouxeram a importância de um financiamento específico para desastres, como forma de não onerar as outras frentes da saúde que demandam continuidade de atenção. A falta de preparação para eventos como esse traz a importância da realização de capacitação de toda a rede para o manejo de desastres.

O aprendizado com experiências exitosas como a notificação em Pernambuco com a parceria com a sociedade civil no que foi chamado de “vigilância popular em Saúde”, a criação de um protocolo na Bahia, bem como as diversas atividades de comunicação em loco e a estruturação do trabalho nos CERESTs, a realização de treinamentos com

formação de banco de voluntários em parceria com a Defesa Civil organizada no Rio Grande do Norte, o estabelecimento do COE desde o primeiro momento no Sergipe, bem como a realização de campanha com envolvimento de todo o município em Alagoas são questões que podem e devem servir como exemplo para as demais secretarias.

Com a realidade da exploração de petróleo se aprofundando no país se faz necessário que pensemos no monitoramento da costa marítima e do setor extrativista em todo o processo, como também há a necessidade de preparação para o manejo de desastres como esse, com a formulação de planos de contingência e responsabilização de atores em todo o processo de preparação e resposta durante a ocorrência de desastres tecnológicos como esse. Com provisão de recursos para garantia de atendimento às demandas da população, bem como para vigilância da vida marinha e pescados para consumo humano, tendo em vista o potencial de bioacumulação com o passar do tempo.

Apesar de todos os esforços empreendidos no setor saúde devemos ter em mente que o aprimoramento da vigilância, da comunicação com as comunidades afetadas, a questão do cadastramento para acompanhamento, capacitação da rede para que os profissionais identifiquem de fato os expostos, e garantia de acompanhamento dessas comunidades, com estabelecimento de COE Saúde desde o primeiro momento, a garantia da participação da saúde também no COE geral são tarefas importantes a serem levadas para o território.

É importante lembrar que para além dos trabalhadores voluntários, pescadores, marisqueiras, ONGs e turistas, os garis terceirizados foram expostos também nas atividades de limpeza das praias, assim como os militares, que apesar de terem usado proteção e não fazerem uso necessariamente dos serviços públicos de saúde, precisarão ter sua saúde acompanhada nos próximos anos.

Os relatos e ações nem sempre foram proporcionais à quantidade de petróleo que atingiu a costa de cada estado e município, apesar das diferenças nos níveis de impacto vivenciados, todos os relatos trouxeram valiosas contribuições para a reflexão acerca das lições apreendidas frente a um desastre como este.

Esse foi um aprendizado muito importante, porém atualmente, dois anos após a ocorrência do desastre se faz essencial que estimemos o grau de vulnerabilidade dessas comunidades afetadas, com a pandemia por COVID-19 instaurada no país há dois anos,

os riscos estão sobrepostos e o aprofundamento da vulnerabilidade é um cenário concreto e urgente.

Com relação aos serviços de saúde a perspectiva de estabelecimento de um protocolo de acompanhamento e a capacitação da rede para desastres é uma tarefa essencial e urgente, frente aos novos desafios que se impõe com a possibilidade de novos desastres e emergências em Saúde Pública.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, F.; MENDES, J.; PÁSARO, E.; LAFFON, B. “review on the Effects of Exposure to Spilled Oils on human health”, in *Journal of Applied Toxicology*, 30, may 2010, pp. 291-301

BELTRAMI, Aramis Cardoso; FREITAS, Carlos Machado de; MACHADO, Jorge Huet Mesquita. Acidentes com produtos perigosos no Brasil, no período 2006-2009: análise dos dados dos sistemas de informações como subsídio às ações de vigilância em saúde ambiental. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 21, n. 3, p. 439-448, 2012.

BAARS, B. J. “the Wreckage of the Oil tanker Erika – human health risk Assessment of Beach cleaning, Sunbathing and Swimming”, in *Toxicology Letters*, volume 128, issue 1-3, mar./2002, pp. 55-68.

CARMO, Eduardo Hage; TEIXEIRA, Maria Gloria. Desastres tecnológicos e emergências de saúde pública: o caso do derramamento de óleo no litoral do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 1-7, 2020.

ESTRATÉGIA INTERNACIONAL DE REDUÇÃO DE RISCO DE DESASTRES (EIRD). Marco de Sendai para redução de risco de desastres 2015-2030

RIBEIRO, H. (2012). Impactos de exploração do petróleo na saúde humana. *Revista USP*, (95), 61-71. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i95p61-71>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim epidemiológico 29. Secretaria de Vigilância em Saúde. Out, 2019

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim epidemiológico 32. Secretaria de Vigilância em Saúde. Out, 2019

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim epidemiológico 33. Secretaria de Vigilância em Saúde. Nov, 2019

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim epidemiológico 36. Secretaria de Vigilância em Saúde. Nov, 2019

LAVELL A., NARVÁEZ L., ORTEGA P. G. La Gestión del riesgo de desastres— Um enfoque basado em processos. San Isidro: Secretaría General de la Comunidad Andina, 2009.

ROTKIN-ELLMAN, M.; WONG, K. K., SOLOMON, G. M. “Seafood contamination After the BP Gulf Oil Spill and risks to Vulnerable Population”, in Environmental Health Perspectives, vol. 120, issue 2, 2012, pp. 157-61.

SIM, M. S.; JO, I. J.; SONG, H. G. “Acute health Problems related to the Operation mounted to clean Up the hebei Spirit Oil Spill in taean, Korea”, in Marine Pollution Bulletin, vol. 60, issue 1, Jan./2010, pp. 51-7.

RODRÍGUEZ-TRIGO, G. et al. “Evaluation of the Persistence of Respiratory Health Effects in Clean-up Workers of the Prestige Oil Spill”, in Epidemiology, vol. 22, issue 1, Jan./2011, pp. S128-S128. RODRÍGUEZ-TRIGO

ARAÚJO, Maria Elisabeth de, RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto e MELO, Paulo Wanderley de Artisanal fishers, consumers and the environment: immediate consequences of the oil spill in Pernambuco, Northeast Brazil. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2020, v. 36, n. 1 [Acessado 9 Julho 2021], e00230319. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00230319>>. Epub 20 Jan 2020. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00230319>.

FREITAS CM, BARCELLOS C, HELLER L, LUZ ZMP. Desastres em barragens de mineração: lições do passado para reduzir riscos atuais e futuros. Epidemiol Serv Saúde 2019; 28:e20180120.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. O colapso da pesca artesanal no litoral de Pernambuco. In: Revista Coletiva - Diversidade Socioambiental, nº 11 (jan): 1-10, 2020

Relatório técnico. Conflitos socioambientais e violações de Direitos Humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil. O cotidiano das comunidades pesqueiras entre o petróleo e o novo coronavírus. 2021

OMS. Health Emergency and Disaster Risk Management Framework. 2019

ANEXO 1 - RELATORIA DO SEMINÁRIO DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO E IMPACTOS NA SAÚDE

- 11 E 12 DE DEZEMBRO DE 2019, FIOCRUZ BAHIA

A realização deste Seminário foi motivada pelo derramamento de petróleo cru no litoral brasileiro, que consistiu em um dos maiores desastres do gênero no país.

A partir do final de agosto de 2019, foram identificados os primeiros locais com manchas de petróleo cru nas praias do nordeste brasileiro. Cerca de um terço do litoral do Brasil (aproximadamente 2.500 km) possui locais atingidos por manchas ou pelotas, sendo a Bahia o estado mais afetado. É ainda incerta a evolução das manchas de petróleo, bem como o dimensionamento dos impactos ambientais e sanitários deste desastre.

Desta forma, tornou-se fundamental envolver os diferentes atores governamentais (municipais, estaduais e federal), instituições de pesquisa e universidades, bem como trabalhadores e comunidades envolvidos e atingidos por esse desastre ambiental, para conjuntamente discutir e propor ações de saúde no curto, médio e longo prazos, assim como busca de soluções.

Este foi o objetivo do Seminário aqui relatado, que visou gerar subsídios para atuação dos diversos setores para a redução dos riscos desse desastre para a saúde coletiva, assim como para melhor compreensão e investigações futuras sobre os impactos na saúde.

A atividade foi realizada pela Diretoria do Instituto Gonçalo Moniz, em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP, a Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde – VPAAPS, a Universidade Federal da Bahia – UFBA, a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – SESAB, além da Diretoria de Vigilância Sanitária e Ambiental – DIVISA, da Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde – SUVISA e da Diretoria de Vigilância e Atenção à Saúde do Trabalhador – DIVAST.

O relatório está organizado contendo uma síntese das saudações iniciais na mesa de abertura e para cada uma nas apresentações nas quatro mesas que compuseram o

seminário. Os temas e questões levantados após as mesas foram sistematizadas ao final desse relatório, permitindo um material complementar às apresentações e que aponte para os desafios atuais e futuros que o desastre por derramamento de petróleo cru traz para as populações expostas e atingidas, bem como as instituições envolvidas.

Mesa de Abertura

Esta mesa teve o objetivo de introduzir o seminário, apresentando suas principais motivações e balizando as discussões seguintes. Foi formada por:

- Rivia Mary de Barros - Superintendente de Vigilância e Proteção da Saúde – SUVISA/SESAB
- Marilda Gonçalves – Fiocruz Bahia
- Karla Baeta- Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador / Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do trabalhador/ Ministério da Saúde
- Guilherme Franco Netto – Presidência da Fiocruz/VPAAPS

Abaixo, são sintetizadas as principais questões colocadas por cada um dos presentes:

Rivia Mary de Barros - Superintendente de Vigilância e Proteção da Saúde – SUVISA/SESAB

Fez uma avaliação positiva das ações realizadas pelo setor saúde. Reforçou importância do fortalecimento do SUS a partir da organização do Seminário.

Destacou a aprovação da portaria que repassa fundos para CIEVS, o que vai possibilitar melhor organização e autonomia para a atuação das mais diversas vigilâncias.

Marilda Gonçalves – Fiocruz Bahia

Saudou as ações de pesquisa e parceria entre Fiocruz, UFBA e demais instituições em sua organização e implicação no processo de resposta ao desastre. Ressaltou a importância de atentarmos às comunidades que a partir de agora ficarão mais em relevância por terem sua condição socioeconômica completamente afetada após a ocorrência do Desastre com derramamento de petróleo.

A agilidade para organizar o seminário e a parceria com os mais diversos atores foi uma das questões colocadas como qualidade em um momento que requer uma atuação firme e ágil. Chama a atenção para gravidade da situação de saúde da população e da

responsabilidade das instituições em pensar em respostas frente ao derramamento de petróleo e a importância de produzir um relatório.

Karla Baeta- Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador / Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do trabalhador/ Ministério da Saúde

A Secretaria de Vigilância em Saúde foi reorganizada com uma nova Coordenação Geral de Emergências em Saúde Pública e informou que esse processo teve relação com os diversos desastres ambientais, acidentes de trabalho ampliados, desastres tecnológicos industriais que têm ocorrido e que são eventos de natureza não necessariamente infecto contagiosa, fato que faz com que a área das emergências e vigilância em saúde precisem transitar em todas as áreas. Reforçou que os Centros de Resposta Rápida têm que se organizar de forma a dialogar com essa realidade das mais diversas vigilâncias.

Aponta que quem detectou o Derramamento de Petróleo do Nordeste foi o CIEVS no dia 2 de setembro. A partir de área que detectou rumor e que levou o achado ao Centro de Monitoramento de Eventos (CME) e posteriormente fez com que fosse acionado o Centro de Operações de Emergência (COE) e que estava ativo há 43 dias (no momento da apresentação dela, no dia 11 de dezembro), para articulação das ações dos Estados com municípios, com áreas das vigilâncias, áreas da assistência, Fiocruz, ANVISA e outros Ministérios que também respondem às mais diversas áreas relacionadas a esse evento, além de defesa Civil e demais atores.

Ressaltou que o Ministério da Saúde está implicado na construção do COE nesses 43 dias ininterruptamente em constante articulação para coordenar as ações de resposta, tendo em vista os impactos na vida da população como um todo, mas também quem vive da pesca e faz uso de frutos do mar e se encontra dependente da mesma, enquanto cadeia produtiva, que está prejudicada pelo desastre ambiental.

Tendo em vista o fim do período de maior emergência e importância de continuidade das ações em rotina, citou a necessidade de organização dos Estados e Municípios para que se estabeleça um plano de ação a médio e longo prazo.

Ressaltou repercussões de ter o petróleo na cadeia trófica e os impactos na vida das pessoas. Destacou a importância do monitoramento e acompanhamento adequado dessas populações. Chamou atenção sobre a importância das instituições de ensino e pesquisa nesse contexto de dar respostas onde não se tem respostas. Principalmente

frente ao novo, frente a eventos onde não há capacidade de resposta formulada previamente. Assim colocando, a necessidade dessa parceria com o ensino e pesquisa.

Guilherme Franco Netto – Presidência da Fiocruz/VPAAPS

Abordou a importância da parceria entre todos para a organização do seminário. Valorizou as ações da saúde no campo dos desastres. E ressaltou que essa parceria, a partir do momento que foi estabelecida uma emergência em Saúde Pública, tem um caráter estratégico. Reafirmação do marco internacional após tsunami em 2005. Sobre o derramamento de petróleo ressaltou que desde o início dos rumores houve implicação da Fiocruz, com uma preocupação especial com os voluntários e comunidades afetadas, a exposição das pessoas que entraram em contato com petróleo.

Destacou a participação da Fiocruz nas salas de situação, primeiro com o foco na situação da Zica, Febre Amarela, depois com desastres em Mariana e Brumadinho e agora se dispondo institucionalmente com relação a derramamento de petróleo enquanto pesquisa em parceria com os entes envolvidos para contribuição de organização do processo por ser uma temática de relevância no contexto atual. Levantou questões: Quais as ações de vigilância? Quem está implicado? Quais as etapas que devemos levar em consideração para estabelecermos um protocolo e acompanhamento adequado?

Conclui exaltando a relevância do Seminário.

Mesa 1- Natureza e características do desastre ambiental: situações atuais e futuras.

Esta mesa focou na relação entre populações afetadas e a comunidade científica e nas respostas dos órgãos públicos, comunidades afetadas e comunidade científica ao desastre. Foi formada por:

- Leonardo Freitas (Centro de Estudos e Pesquisas em Desastres e Emergências em Saúde/FIOCRUZ) - Coordenação
- Rita Franco Rêgo. (Programa de Pós-graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho-UFBA)
- Amanda Northcross – Universidade da Carolina do Norte
- Vitor Alexandre Gantois - Superintendente Estadual de Proteção e Defesa Civil-SUDEDEC/BA

• George Olavo - Laboratório de Biologia Pesqueira. Universidade Estadual de Feira de Santana

Rita Franco Rêgo. (PPGSAT-UFBA) – Panorama socioambiental do derramamento de óleo

Iniciou sua explanação se reafirmando Sanitarista. Trabalhou anos na vigilância e agora é professora. Teve contribuição de várias pessoas para a preparação da apresentação e valorizou esse trabalho. Discorreu sobre o Panorama socioambiental do derramamento de petróleo.

Apresentou o trabalho de acompanhamento da população a partir de pesquisas com foco em comunidades pesqueiras. Discutiu a questão da saúde do trabalhador. Discorreu sobre as cartilhas feitas pelo programa de pesquisa que pensa na questão da saúde, ambiente e etc.

Sumarizou a importância das praias para o turismo, alimentação que são atrações nacionais e internacionais.

Ressaltou que com a presença de petróleo nas praias, se esperavam ações de acordo com o plano de contingência que foi estabelecido no governo Dilma, porém identificou que não houve resposta adequada, pela desativação do mesmo plano no governo atual. Destacou que os Estados tiveram que tomar ações independentes do Governo Federal que não foi articulador, como seria seu papel.

Discorreu sobre os locais afetados. Reforçou que os derivados de petróleo têm diversos compostos que são tóxicos aos animais e humanos.

Destacou que os principais afetados são pescadores e comunidades que dependem da pesca, trabalhadores da limpeza urbana, voluntários, banhistas, pessoas que sofrem com a contaminação de água de produto doméstico proveniente de rios e poços próximos.

Explicou que a produção pesqueira no nordeste é bastante articulada. O consumo de global de peixe tem crescido nas últimas décadas. Entre 1961 a 2016 houve aumento anual de 3,2% nesse consumo.

Sobre pescadores do Brasil: 957 mil pescadores. 98,7% pescadores artesanais. 75% da pesca do nordeste é artesanal. A extinção do Ministério da Pesca foi bastante

prejudicial. Essas pessoas se submetem a longas jornadas de trabalho de 60 a 110 horas por semana. Começam a trabalhar com 11 anos, mas muito cedo seguem as mães na jornada laboral. Estima que existem 140 mil pescadores no Nordeste.

Discorreu sobre o labor dos pescadores e marisqueiras. Explicou que os instrumentos de trabalho são precários. Expôs que a partir de 23.10.2019- origem das propostas sobre ação frente ao derramamento de petróleo, 300 pescadores ocuparam a sede do IBAMA. E a partir disso foi estabelecida emergência de Saúde Pública que foi referendada devido aos impactos estabelecidos.

Defendeu, enquanto grupo de pesquisa em consonância com comunidade afetada, Estado de Emergência, seguro defeso sanitário para os pescadores e pescadoras artesanais.

Reforçou que o impacto para todos os trabalhadores da pesca precisa ser priorizado diante da campanha.

Amanda Northcross – (Department of Environmental Sciences and Engineering, Universidade da Carolina do Norte) – Comunicação de Risco e experiência do desastre do Golfo do México

Explicou que a comunicação de risco é importante pela interação entre as comunidades e os pesquisadores. Citou a experiência no Golfo do México. Discorreu sobre a articulação entre diversos agentes em um modelo integrado.

Contextualizou que no dia 20 de abril de 2010 houve uma explosão em uma plataforma no Golfo do México. Onde 11 trabalhadores foram a óbito. Além disso, 205,8 milhões de galões de petróleo (valor equivalente a 779 milhões de litros) foram derramados no mar, a população sofreu com 87 dias de vazamento.

Abordou as complicações dessa escolha de exploração econômica. Na resposta foram utilizados 6,8 milhões de litros de dispersantes, o que foi complicado, porque as comunidades não sabiam os riscos, mas explica que mesmo assim o uso de dispersantes químicos foi feito.

Apresentou formas de comunicação de risco. Foram feitas diversas ações de educação em saúde para acessar as comunidades. Reuniões públicas, ações que

orientavam as populações sobre como se proteger, o que podia ser consumido, além de ações de educação em trabalho;

Discorreu sobre:

Ciência cidadã: investigação para melhorar os modelos de previsão para o transporte de petróleo e gás utilizando dados recolhidos em experiências de campo;

Oficina com comunidades de pescadores: foi feito contato anterior com comunidades para levantar as demandas da comunidade ações foram feitas na comunidade a partir dessa demanda;

Racismo ambiental: Políticas e práticas de exclusão de grupos em processos decisórios;

Paradigma de risco: As vulnerabilidades populacionais que estão dadas ou não;

Também levantou dados sobre: financiamento do governo, divulgação aos grupos, identificação das áreas de pesquisa. Explicou que nos EUA os pesquisadores levantaram as questões mais importantes para a população. E que os resultados foram compartilhados com as agências governamentais e ONGs que financiam pesquisas sobre derramamento de petróleo. Discorreu sobre a importância da democratização das informações a partir de um comitê de divulgação de comunicação.

Informou que a GG Harms foi a empresa responsável por fazer a matriz regional de amostragem de frutos do mar.

Os frutos do mar são seguros para comer? Explicou que isso depende de diversos fatores. Nos EUA, fizeram uma calculadora para avaliar os riscos. A mesma avalia nível de tolerância para 1 caso de câncer a cada 100.000 casos.

Houve também o compartilhamento de dados da National Oceanic and Atmospheric Administration (órgão equivalente ao INPE no Brasil).

Vitor Alexandre Gantois - Superintendente Estadual de Proteção e Defesa Civil-SUDECB/BA – Operações Emergenciais do desastre

Relatou a atuação da Defesa civil da Bahia. Explicitou que a principal função da defesa civil é fazer gestão de risco em todas as suas fases, desde a prevenção à

reabilitação no pós-desastre. Contextualizou que no início de setembro começou aparecimento de petróleo e que na Bahia o petróleo apareceu em outubro.

Discorreu sobre a organização interna para alocação dos recursos humanos, pela carência de pessoal e necessidade de lidar com outras situações de desastre com as quais a Defesa Civil tem que se implicar. Houve garantia de participação institucional no Comando Unificado. Foi decidido fazer Decreto de Emergência de 6 municípios e mais 2 que não se incluíram por decisão municipal relacionada ao turismo e outras atividades econômicas que poderiam ficar prejudicadas. Explicou que para que um município se considere nessa situação é necessário não ter capacidade de resposta. Abordou a importância do protagonismo do município nesses processos decisórios e de sua capacidade de atuação. Discorreu sobre a importância do monitoramento.

Lamentou a dificuldade de identificar os responsáveis, diferente do caso do Golfo do México.

Apresentou a atuação da SUDEC.

Expôs que o Estado elaborou o Decreto Estadual de Emergência de nº 19.288, publicado em 15 de outubro de 2019, envolvendo os municípios de Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Jandaíra e Lauro Freitas. Decreto Estadual de situação de Emergência nº 19.305, publicado em 30 de outubro de 2019, mais 15 municípios implicados. Encaminhamento de EPI e demais materiais a todos os municípios.

Abordou a questão da não implicação do Governo Federal; da falta de comunicação com Governo Estadual.

Explicou que acontece uma videoconferência semanal com todas as Defesas Civis do Nordeste para compartilhamento de informações.

Ressaltou que agora a preocupação é reabilitar o cenário. Finalizou com a afirmação que se estão atuando na resposta é porque, em algum momento, houve falha na prevenção.

George Olavo - Laboratório de Biologia Pesqueira. Universidade Estadual de Feira de Santana Técnicas de contenção do óleo

Apresentou técnicas alternativas de contenção de óleo.

Como pescar petróleo? Abordou a omissão do Governo Federal para a questão do Plano de Contingência e a maior dificuldade de manejo do quadro pela falta de comunicação do GA e as outras esferas de Governo. Entrou no comando unificado da Bahia. Foram para a ação com os pescadores.

No dia 1 de novembro foi publicada uma cartilha com algumas orientações técnicas, feita a partir da experiência das comunidades. Foi sistematizado no início do desastre na Reserva de Canavieiras. Que teve um plano de ação estabelecido e estruturado. Em Serra Grande e Itacaré também se articularam, além de contarem com a ação de outros atores. Exalta essencial articulação com comunidades.

Reforça a importância da ação preventiva em mar aberto e estuários. – com o monitoramento em áreas de pesca e mariscagem.

Discorreu sobre: a Captura de óleo para embarque evitando zona de turbulência e de recifes; uso do conhecimento dos pescadores que tem um saber tradicional. Enfatizou que o aprendizado precisa ser valorizado e que seu mérito junto ao outro pesquisador foi de ouvir esses pescadores que tem experiência. Explicou que havia monitoramento, articulação e preparação durante todo o processo. Houve ensaio e treinamento das equipes para que a resposta fosse efetiva, para a prevenção de acidentes e para evitar exposição indevida ao petróleo. Uso de EPI foi essencial.

Explicou os métodos utilizados: Captura de manchas com puçás, uso de pás. Explicou que o petróleo após 2 minutos fora da água fica mais liquefeito, portanto o ideal é antes disso, se utilizarem recursos como: redes e remos, cerco em mar aberto. Abordou ainda sobre: Captura de óleo com armadilhas fixas, armadas em espiga ao longo do canal das barras e estuários. Ressaltou que o uso das redes foi importante para barrar o petróleo que fica mais submerso. Também citou que pessoal do projeto CUMURU está fazendo um bom trabalho com fibra de coco.

Discorreu sobre a necessidade de apoio logístico e de brigadas.

Abordou a experiência em Barra de Pojuca, onde houve a adaptação de redes duplas com bainha para flutuadores com o uso de boias e garrafas pet, reduzindo necessidade de estacas. Como aconteceu em Cumuruxatiba e acabava demandando mais recursos e tempo de implantação.

Exaltou a importância do voluntariado, doações, solidariedade.

Abordou as consequências ambientais, sociais, econômicas e de saúde pública. A dicotomia entre Emergência e Crise. Explicitou que as consequências não cessam após o fim da chegada de óleo na costa. Há necessidade de planejamento e medidas estruturantes para ação futura mais adequada, rápida e coordenada.

Ressaltou a importância de fazer um censo sério com a implicação de pescadores para que haja melhor estimativa. Destacou a importância dos planos de contingência em Saúde Pública. Citou que as populações mais vulneráveis são os pescadores, que precisam ser ouvidos. Destacou que é essencial o reconhecimento dos territórios de pesca artesanal e gestão participativa dos mesmos. Ao final deixou seu mail para quem quiser solicitar cartilhas e sugestões georgeolavo@gmail.com.

Relatoria Mesa 2- Impacto sobre os trabalhadores e comunidades expostos ao desastre ambiental.

Esta mesa teve seu principal foco no impacto socioambiental do Petróleo cru sobre as populações afetadas, incluindo especialmente os trabalhadores, voluntários e comunidades. Foi formada por:

- Paulo Pena (PPGSAT- UFBA) - Coordenação
- João Gonçalves dos Santos - Pescador da comunidade de Canavieiras
- Gileno Nascimento da Conceição – Pescador da comunidade de Barra de Sirinhaém.
- José Luiz Sanches - Atuação da Bahia na proteção da cadeia da pesca artesanal. Gerente de projetos da Bahia Pesca.
- Marco Antônio Rego - PPGSAT-UFBA - Impacto na saúde humana e estudos epidemiológicos necessários.
- Olivia Oliveira – Instituto de Geociências -UFBA- Caracterização e origem do óleo.

Sr. João Gonçalves dos Santos - Pescador da comunidade de Canavieiras-
Impacto na vida e na renda dos pescadores artesanais

Agradeceu a Deus, e ao convite que recebeu. Coordenação Nacional e Presidência da Associação Mãe dos Pescadores Extrativistas de Canavieiras (AMEX). Vem de Canavieiras. Citou que a comunidade se perguntou o que aconteceria com eles.

Agradeceu a apresentação da professora Rita e do professor Olavo. Chamou a atenção para o fato de que é muito difícil ver a cara do pescador artesanal. Narrou que quando aconteceu o derramamento de petróleo, estava chegando em Itacaré. Em 12 de outubro estavam todos juntos discutindo como iria se enfrentar o petróleo. Houve uma reunião de capacitação. Destacou que há ONGs e ONGs. Pelo movimento das marés eles sabiam que as massas de petróleo chegariam. Relata que os EPIs chegaram e eles estavam preparados. Dias 26, 27 e 28 começaram a chegar grandes massas de petróleo. Quando o petróleo chegou ele veio pela costeira. As retiradas foram da barra da praia para o canto. Tiraram 30 toneladas de petróleo e para garantir que o petróleo não chegasse no estuário eles ficaram monitorando e trabalhando inclusive de madrugada. Os manguezais foram preservados. O prefeito discriminou o trabalho dos pescadores ocultou a ocorrência do desastre para não prejudicar o evento que estava acontecendo. Para mostrar para a população, levaram 5 toneladas de petróleo para a festa. Diversos companheiros tiveram eventos adversos e foram tentar conseguir atendimento com a enfermeira que não sabia como tratar e identificar, então os mesmos acabaram sem resposta a sua situação. Abordou as dificuldades em vender os pescados. E denunciou que o povo está passando fome. Explicou que o plano de emergência precisa ser comunicado para a comunidade, porque a prefeitura não estava colaborando. A situação de saúde das pessoas está exposta. O pescador está doente e sem poder escoar seu produto. Pediu que façam algo por eles. Pela saúde deles. Precisam de solução para saúde dessas populações.

Gileno Nascimento da Conceição – Pescador da Comunidade de Barra de Sirinhaém – Impacto na vida e na renda dos pescadores artesanais

Expôs a gravidade da situação. Citou que há de 2 à 3 meses que estão numa situação muito complicada. O modo de vida se modificou. Submeteram-se a parar de pescar por uma necessidade de luta pra não morrer de fome, e para limpar o mar e os manguezais. Acha difícil salvar os manguezais pela coloração da lama que é similar à do petróleo. Explicitou que retiraram mais de uma tonelada de petróleo. A luta maior foi ter cobrado muito do governo municipal, estadual e federal e não obter apoio para conter o petróleo. Denunciou que em 19 a 24 de julho o petróleo foi identificado por

uma Universidade do Ceará e que a instituição não foi escutada. Ressalta que não foi o pescador que jogou petróleo, mas é quem está pagando o preço. As comunidades estão vivendo de doações. Descreveu a organização de uma ocupação de espaço público para chamar atenção para que algo seja feito fora do papel. Expôs que a principal ocupação do pescador é pescar. Se ele não pode fazer isso tudo se perde. Explicitou o impacto na renda dos pescadores. E que em sua comunidade tem pessoas que entraram em contato com petróleo e tiveram eventos adversos e não estão recebendo apoio. Não houve coleta de sangue nem acompanhamento de nenhum pescador artesanal ou voluntário em sua comunidade. A maior parte do trabalho foi feito por pescadores e marisqueiras. Afirmou que estão relatando dores de cabeça, tonturas, alterações cutâneas. A Secretaria Municipal de Saúde os informou que tomaria providências, mas não está acontecendo acompanhamento. O impacto na vida dos pescadores artesanais é enorme. Dificuldades na venda prejudicam completamente as possibilidades dessas pessoas. Reforçou que dois salários mínimos de plano emergencial de dois meses não dá conta da situação das pessoas afetadas. Expôs que o plano de contingenciamento não aconteceu. Questionou se tendo estudado até a quarta série ele conseguiria vir para a cidade para trabalhar. Relatou que estão lutando para não morrer de fome, que os mesmos não têm outras opções. Denunciou que quem sobrevive dos manguezais está sofrendo muito. O impacto ambiental, alimentar, social, na vida dessas pessoas foi muito maior para eles. Não há preocupação do governo com as comunidades tradicionais. Expressou que sente como se tivessem lhes passado uma rasteira. Pescadores não têm poder aquisitivo. Você pesca de manhã para se alimentar de dia. Faz três meses que não tem como se alimentar. O que quer que fosse discutido no seminário deveria ir além do papel. Relatou que as situações estão muito complicadas e os eventos adversos estão acontecendo. Muita dificuldade de conseguir EPI, a não ser por voluntários que doaram. Expôs que pelo governo foi muito difícil ter acesso aos equipamentos. Relata que não viu nada de concreto a favor do pescador artesanal. Disse que está doente e não sabe se é pelo contato. Mas não pode parar. Ressaltou que se é para morrer que seja lutando. E que o governo tem que fazer algo. Citou a luta das pessoas que estão se colocando na limpeza porque é a vida deles que está em jogo. Destacou que é necessário que haja encaminhamento e prática. O governo precisa se responsabilizar. Denunciou que Defeso está sendo embargado e que há dificuldade para acessar os recursos. Pediu apoio da saúde.

Paulo Pena.

Reforçou que a fome é uma questão de saúde séria. De calamidade humanitária.

José Luiz Sanches - Sanches - Gerente de projetos da Bahia Pesca - Atuação da Bahia na proteção da cadeia da pesca artesanal.

Discorreu sobre a responsabilidade da Bahia Pesca enquanto instituição para lidar com os impactos. Apresentação de posicionamento sobre a contaminação do pescado. Cadastramento de pescadores e marisqueiras afetados pela mancha de óleo. Explicou que nem todos os pescadores estão sendo contabilizados. Há muitas dificuldades.

Explicou que locais prioritários estão sendo levantados. Amostras de diversos tipos de mariscos, ostras, peixes e camarões estão sendo testados. Em seu total foram 77 amostras. Ao longo de toda a Bahia. Citou as cidades de onde foram retiradas amostras.

Metodologia do cadastro foi feita de acordo com localidades mais afetadas. Foi feito levantamento de quem é pescador e marisqueiro que serão afetados de qualquer forma porque não conseguirão vender seus pescados. Foram aplicados formulários com abordagem direta. Está sendo utilizado um formulário e será computado em plataforma. Expôs que muitas pessoas estão respondendo sem ser pescadores. Abordou o fato de que há um esforço muito grande de pescadores para retirar o petróleo, mas também citou as más intenções de algumas pessoas para se beneficiarem. Citou os níveis de contaminação com parâmetros em acordo com as pesquisas do Golfo do México. Foram preenchidos 17.920 formulários até aquele momento. Agradeceu aos voluntários.

Marco Antônio Rego – PPGSAT/ UFBA - Impactos na saúde humana e estudos epidemiológicos necessários.

Ressaltou o impacto da fala dos pescadores que se apresentaram. Explicitou preocupação com o risco químico aos quais os pescadores estão expostos. O medo da fome, dos impactos e os agravos à saúde que não necessariamente são relacionados à toxicidade, mas também à questão psicossocial colocada. Citou os problemas que estão aparecendo com origem a partir do contato.

Explicou que o petróleo tem viscosidade e predominância em sua composição de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos, metais, além de nitrogênio, enxofre e oxigênio.

Citou as relações de HPA de acordo com grupos estabelecidos pela Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (IARC, sigla em inglês) com relação ao seu grau de carcinogenicidade. Divididos em grupos diversos 1, 2b, 3, etc. o grupo 1 a substância é comprovadamente carcinogênica. 2ª é provável carcinogênico, 3º também não se sabe o grau de impacto com relação à saúde.

É importante se verificar a questão da exposição. Concentração, tempo, frequência. Vias respiratória, cutânea, digestiva. São informações importantes para poder avaliar o impacto que terá na saúde. As condições alteram as realidades apresentadas.

Sabe-se que no início das atividades para remoção do petróleo não houve uso de EPI ou o uso foi inadequado.

Observou que a depender das vias, haverá diferentes níveis de toxicidade e impactos da saúde. A absorção do petróleo acontece por todas essas vias. E o fígado metaboliza esses contaminantes. O que gera toxicidade. As substâncias são lipofílicas. Então elas ficam retidas em nosso organismo. O benzeno inalado precisa ser metabolizado pelo fígado, armazenado e excretado adequadamente pelos rins. Há uma perda de alguns marcadores de efeitos após alguns dias do contato e há outros testes que podem ser usados para avaliar esses compostos no corpo.

Citou a formação do epóxido diol que se liga às proteínas. E de ion carbônico, que se liga ao DNA.

Observou que há risco de mesmo após uma única exposição haver mutação gênica com maior suscetibilidade ao câncer.

Citou que há possibilidades de avaliação com células de mucosa nasal e bucal. Que já foram usadas com carvoeiros. Em testagens em sangue é possível verificar dano do DNA, polimorfismos. Entre outros exames.

Explicou que estão realizando revisão de literatura com estudos feitos a partir de experiências similares.

Expôs que esses estudos encontrados têm curto prazo. Mas levam em consideração pessoas expostas inclusive trabalhando em plataformas de petróleo e não apenas em desastres, o que deixa claro os riscos.

Efeitos agudos: sintomas respiratórios, oculares, e cutâneos, além de cefaleia e tontura.

Limitações do estudo: estudo de corte seccional: prevalência causalidade.

Trabalhador sadio. – agentes químicos não foram mensurados. Relativa heterogeneidade para as variáveis confundidoras. Condição socioeconômica, nível de exposição. Idade.

Citou possível Aumento de casos de Infarto Agudo do Miocárdio após exposição por mais de 180 dias, questões respiratórias, câncer, danos cromossomiais em pescadores após 6 anos desde o desastre com pescadores. Alterações em DNA e aberrações cromossômicas. Dados verificados em revisão bibliográfica realizada pelo mesmo à partir de estudos realizados no Golfo do México e em outros países do mundo que discorrem sobre exposição ao petróleo a partir de desastres.

Questionou: Por quanto tempo acompanhar? É importante acompanhar por muito tempo e começar o mais rápido possível. Pode ser tarde, mas ressalta que precisamos tomar providências.

Informou que também é importante prestar atenção em danos psicossociais. Porque lidar com fome, medo e estresse também geram muitas questões de saúde.

Olivia Oliveira- IGEO/ UFBA- Caracterização e origem do óleo.

Explicitou que a Geoquímica forense é a abordagem utilizada para investigar a origem do petróleo. Há uma pesquisa em curso para ajudar aos órgãos competentes na identificação da origem do derrame. A partir dessa identificação geoquímica foi possível restringir a quantidade de navios que poderiam ter tido em si a origem do desastre. Ressaltou a importância do financiamento da pesquisa. Foram coletadas amostras para todos os procedimentos analíticos. Os protocolos de coleta para esse petróleo foram respeitados para que o estudo tivesse validade. Tem diversas características de petróleos ao longo da costa. E essas características mostraram que o

petróleo tem origem em uma bacia venezuelana. Por conta dos biomarcadores que foram avaliados seria possível afirmar com clareza. Explicou também que devido ao intemperismo do óleo há alterações em características que precisam ser monitoradas. É necessário cobrar dos órgãos competentes ações e os gastos são muitos. Após identificação foi possível direcionar a ação da Polícia Federal para que não se acusem frentes que não têm relação com isso. Todas as 70 amostras foram avaliadas e têm mesma fonte inclusive no ES e RJ, continuam sendo testados.

Reforçou sobre a questão da saúde e da composição do petróleo, que tem potencial carcinogênico, sem dúvidas.

Expôs que a questão é que é um petróleo que chegou na comunidade costeira, afetando as famílias que estão de fato tirando o petróleo. E um fator relevante é “quem vai pagar por isso?”; “Como esse óleo apareceu?”. Lamentou a dificuldade de não ter quem responsabilizar. E por isso é preciso identificar, apoiar e cobrar ações cabíveis. Discorreu sobre as pesquisas e aplicações para manejo do desastre, por exemplo, com o uso de casca de coco. Discorreu sobre a participação no GA. Explicitou que a maior preocupação no momento é o manguezal. Citou a importância da agilidade para manejo adequado.

Relatoria Mesa 3 – Natureza e características do desastre ambiental: Situações atuais e futuras

Esta mesa focou nas ações dos órgãos públicos relacionadas ao desastre e na relação entre populações afetadas e esses órgãos. Foi formada por:

- Letícia Nobre (SUVISA/SESAB) - Coordenação
- Karla Baeta (SVS/ MS)
- Imeide Pinheiro dos Santos (SUVISA/SESAB)-
- Monica Angelim Gomes de Lima (PPGSAT- UFBA)
- Francisco Kelmo – IBIO/ UFBA (Diretor do INST da UFBA).

Coordenação Letícia Coelho da Costa Nobre – SUVISA / SESAB: Ressaltou a importância da articulação dos mais diversos atores envolvidos nesse desastre. O

acompanhamento deverá ser feito ao longo de muitos e muitos anos e construir essas respostas coletivamente demanda muito diálogo e troca.

Karla Baeta (SVS/ MS)- Ações do Ministério da Saúde.

Agradeceu convite e ressaltou importância do fórum. Explicitou que o Comitê Operativo de Emergência (COE) prevê a chegada do momento de desmobilização, mas sem deixar de pensar nas ações que deverão continuar a médio e longo prazo.

Expôs a questão do Departamento de Saúde Ambiental e do Trabalhador (DSAST) e as mais diversas vigilâncias implicadas. Destacou que normalmente esses desastres são o resultado da implementação de grandes empreendimentos. Isso implica em uma questão com diversos determinantes, envolvendo desde o licenciamento até a desarticulação com regulamentos e realidades. São empreendimentos que envolvem muito capital financeiro e cidades inteiras, alterando a questão social e política local, além de econômica.

Discorreu sobre a denominação dos desastres tecnológicos enquanto mais recorrentes por um não respeito à sustentabilidade econômica. Destacou que quando acontecem esses desastres também podemos os caracterizar como um cenário de acidente de trabalho ampliado.

Relatou que o COE foi acionado no dia 29/10, mas o Ministério da Saúde estava atento desde a identificação das manchas pelo Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS). E que o mesmo tinha como objetivo o monitoramento dos efeitos a saúde da população potencialmente exposta. Explicitou que o papel do COE foi de coordenação geral, mas o protagonismo é dos municípios e que a instituição responsável pela coordenação nacional é a Marinha do Brasil. Explicitou as diversas esferas implicadas no processo.

Apresentou as competências do Ministério da Saúde de acordo com decreto nº8127/2013

Apresentou o trabalho que foi gerado dentro do COE. Apresentou a Linha do tempo do Ministério da Saúde. Expôs os boletins epidemiológicos que foram lançados, o

formulário do diagnóstico situacional dos estados, monitoramento das áreas oleadas, com a implicação de 128 municípios.

Apresentou a avaliação de risco que foi realizada em 28/11. E ressaltou que uma nova avaliação de risco ocorreria no dia 5/12.

Explicitou as questões envoltas na área de saúde do trabalhador que estão sendo monitoradas pela Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador da Secretaria de Vigilância em Saúde (CGSAT/SVS).

Ressaltou a importância da padronização do preenchimento da ficha de notificação compulsória para intoxicação exógena e o monitoramento que está mais detalhado no boletim epidemiológico 33. Também citou a relevância do Cadastramento de populações expostas para que sejam pensados acompanhamentos a médio e longo prazo. Fez proposta de atenção à questão da atenção psicossocial com a criação de GT intersectorial de Saúde Mental e Trabalho a nível nacional para governança com coordenação de CGSAT/MD e Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (CGMAD/MS), com a participação e apoio da Atenção Básica/MS, Secretaria do Trabalho/ME; Ministério do Turismo; Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e Sebrae. A proposta teria como objetivos a identificação dos trabalhadores afetados, necessidades e demandas; apoiar os territórios na reconstrução e criação de novas possibilidades de trabalho e renda (se necessário), buscando promover o protagonismo da população.

Identificou como desafios: a continuidade no monitoramento das manchas de óleo, processos de limpeza e a potencial contaminação dos recursos naturais; avaliação dos mais diversos locais; priorização da população mais vulnerável e potencialmente afetada; investimento em pesquisas que ajudem a monitorar e compreender os efeitos do desastre a médio e longo prazo; melhora na sensibilidade dos serviços de saúde para detecção dos possíveis efeitos de saúde, em especial em médio e longo prazo; desenvolvimento de protocolos e fluxos de atenção claros para a exposição ao petróleo; estruturação de Redes de Atenção à Saúde (RAS) para cuidado da população afetada; cuidado da questão da saúde mental, principalmente dos trabalhadores envolvidos na cadeia produtiva impactada pelo derramamento de petróleo.

Retomou o tema da calculadora apresentada pela pesquisadora Amanda Northcross para seu uso até que sejam feitas as avaliações necessárias, reforçando o ganho que seria estabelecer a metodologia para fazer uma calculadora própria. Com base em exames toxicológicos, padronização, etc.

Ressaltou a importância de pesquisas articuladas com as necessidades das populações expostas, de aprender com a experiência da Bahia para estabelecimento de protocolo. Enfatizou a questão das subnotificações e necessidade de treinamento de trabalhadores de saúde.

Defendeu a formulação de políticas públicas específicas para setores econômicos que geram maior risco e impacto à saúde e ambiente como no caso desses grandes empreendimentos.

Imeide Pinheiro dos Santos (SUVISA/SESAB)- Ações da Secretaria da Saúde

Trouxe inicialmente fotos com referências das mais diversas cidades e os pescadores se implicando no processo de limpeza, com grandes dificuldades em uso de EPI e afirmou que quando acontecia muitas vezes era em desacordo com o que seria necessário. Explicitou que entre trabalhadores / população exposta houveram locais com acesso adequado aos EPI's.

Relatou sobre a atuação da SESAB e diversos atores, todos envolvidos no Comitê Operacional de Emergência em Saúde. Expôs a participação em todas as discussões inclusive no comitê de crise do Bahia Pesca/ Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI). Ressaltou a importância dessa parceria para estabelecimento de amostra selecionada para avaliação de toxicidade dos pescados.

Discorreu sobre a Articulação com a Bahia Pesca e Casa Civil.

Compartilhou ainda a Nota Técnica Conjunta nº02/2019 da SUVISA/SAIS/SESAB com orientações aos serviços e profissionais de Saúde de Vigilância e Atenção à Saúde de Populações Expostas a Óleo Cru de Petróleo.

Informou sobre a participação em audiência pública: ALBA (comissões de meio ambiente e educação), em reunião CEATOX, com todos os estados, diálogo com

Fiocruz e toxicologistas, além de levantamento de necessidades de pescadores e marisqueiras.

Fez relato sobre audiência pública em Cachoeira. Citou a experiência de residentes que chegam a estar passando fome, com dificuldades de venda. Expôs as formas de reparação que estão sendo dialogadas como doação de cesta básica.

Ressaltou também as ações relacionadas a democratização da informação como a realização de TelesSaúde, podcasts, e produção de materiais para comunicação da população.

Explicitou a questão das 15 notificações que foram feitas no Estado. E identificou que os registros são subnotificados, sendo essencial a realização de treinamento adequado para que sejam tomadas ações em acordo.

Também discorreu sobre a distribuição dos EPIs que foi feita pela Secretaria.

Apresentou as recomendações da saúde colocadas na Nota técnica e em protocolo de atendimento prevendo exames solicitados, consultas de acompanhamento e notificação a partir de exposição. Ressaltou que foi usado o princípio de precaução, com relação ao consumo de pescados.

Convocou as equipes no da atenção básica e vigilância em saúde do Estado da Bahia 18/11/2019. Ressaltou a importância de implicar a AVS e ACS na identificação e cadastramento de população exposta. Protocolo de avaliação de saúde de pessoas expostas. Relatou que o documento foi baseado na experiência de outros locais que já passaram por desastres relacionados a derramamento de petróleo. Apresentou a ficha para monitoramento dos expostos.

Retomou a questão do estresse e os fatores emocionais aos quais a população está exposta.

Informou as ações que estão em desenvolvimento pelo COES Estadual. Reforçou a importância da articulação com todos e o uso da potência que é a capilaridade do SUS.

Chamou a atenção para a situação do manejo dos resíduos que ainda não está sendo feito adequadamente. Porém ressaltou que em muitos municípios os resíduos estão indo para local adequado e sendo encaminhados.

Monica Angelim Gomes de Lima (PPGSAT- UFBA) – Desafios para a rede de atenção primária à saúde.

Discorreu sobre as dificuldades de viver nesse contexto da desinformação. Parabenizou as ações do Nordeste que agiu num ambiente de incerteza. Não há dúvidas que vivemos uma emergência enquanto havia emergência e agora estamos em um momento de urgência. Fala da importância do papel da Fiocruz e da UFBA ao se colocar solicitando Estado de Emergência em Saúde Pública.

Fez breve explanação sobre esse momento de exploração tecnológica em que se discute a exploração do Pré-sal e que é essencial que possamos aprender com o que está colocado porque desastres como este podem acontecer novamente.

Ressaltou o papel da sociedade enquanto voluntariado que se coloca quando é necessário e a questão da Saúde Pública do Brasil que se colocou.

Valorizou falas como a da Imeide que mostram que o SUS existe e resiste.

Ressaltou a linha do tempo do SUS e a importância da Emenda 29 que institui o trabalho dos ACS, pela sua defesa e a capilaridade que é possibilitada pela sua atuação. Do grande patrimônio que é a priorização da Estratégia de Saúde da Família (ESF) como norteadora das ações no SUS. Reforçou que sua organização é essencial para manutenção e resposta adequada nesse momento. Destacou a capacidade de acompanhamento da ESF para que possamos acompanhar as comunidades a médio e longo prazo.

Tendo como referência Avanços e desafios do SUS (MENDES, 2019- Desafios do SUS), destacou a importância de acompanhar de maneira registrada os avanços, valorizou o trabalho do trabalhador da saúde e do pesquisador. Discorreu sobre o desafio da APS ao acompanhar o usuário trabalhador, sem reconhecimento para além das linhas de cuidado como HAS, DM, Pré Natal, Sífilis, etc. Pela importância de incluir o trabalhador que é de 60% da população e se reconhecendo enquanto tal.

Citou Paim 2008 sobre a formulação nesse processo de produção. O trabalho produz doença, mas também produz saúde. O não trabalho precisa ser pensado. E a

condição de vida das pessoas que está completamente afetada. Chamou a atenção sobre os mais diversos grupos que vivem o mar como essenciais: surfistas, voluntários, pescadores,

Chamou a atenção para qual o modelo de atenção que dá conta desses voluntários? Que modelo de atenção dá conta de atender as demandas das marisqueiras? Reforçou que elas precisam ser respeitadas.

Valorizou a produção de conhecimento que articula ambiente, saúde e trabalho.

Citou o Modelo de Solar e Irwin (2010), Modelo de determinantes sociais da saúde, que considera os determinantes estruturais das desigualdades de saúde e os determinantes intermediários de saúde.

Denunciou ser perceptível a questão da fome e que já foram identificados casos de desnutrição infantil.

Questionou como conectar os elementos estruturais com determinantes intermediários de saúde. Pensar na modulação das condições basais de vida.

Defendeu a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

Expôs que a exploração do trabalho nesse modelo é o que define quem vai passar fome por não ter ganho 400 reais em um mês. Contextualizou as etapas de trabalho dessas mulheres marisqueiras. Ressaltou que é a base da alimentação do Nordeste e as mulheres não podem estar por conta própria.

Discorreu sobre a questão da integralidade da atenção ao trabalhador e destacou a importância da integração da vigilância com assistência.

Fez considerações sobre os impactos do derramamento de petróleo na costa da Bahia, ações de saúde e proteção ambiental. Ressaltou o importante diálogo entre a vigilância popular em saúde e a vigilância em saúde.

Reafirmou alguns pressupostos, como a integralidade da atenção à saúde, integração vigilância e assistência; educação e comunicação em saúde efetuada por trabalhadores da saúde e por membros da sociedade.

Retomou a centralidade da ESF como estruturante nesse processo.

Apresentou os dados sobre a cobertura da ESF na Bahia. Citou locais onde NUSAST está alocado de acordo com as comunidades que estão mais afetadas.

Francisco Kelmo – IBIO/ UFBA – Diretor do INST Biologia da UFBA – Impacto e monitoramento do ecossistema costeiro (corais, recifes e manguezais).

Discorreu sobre o acompanhamento que é feito pelo instituto ao longo desses anos.

Contextualizou o aparecimento dos animais mortos e as ações subsequentes com o envolvimento da mídia e de todos os atores implicados no processo.

Houve captura de 50 animais que apareceram mortos. Houve identificação de petróleo no sistema digestivo e em outros sistemas vitais de todos os animais.

Iniciou-se acompanhamento ente 17 e 20 de outubro para avaliação de impacto e monitoramento de ecossistema costeiro (corais, recifes e manguezais).

Citou as dificuldades em identificar as manchas de petróleo e lidar com alterações nas características físico-químicas a partir da mudança de temperatura porque o material fica diluído.

Explicou que os corais já eram monitorados anteriormente e continuam sendo acompanhados. Expôs que existem diversas áreas onde ainda se encontram bancos de petróleo submersos. Nas praias o termo que se coloca é que o petróleo foi removido manualmente, mas ainda está presente nas praias.

O número de espécies nos recifes de Praia do Forte, Itacimirim, Guarajuba, Abaí era de 85 a 93 espécies, quantitativo que depois foi para 45, o que significa uma queda de 46,33% no número de espécies. O número total de animais vivos caiu 65,92%

Após o derramamento de petróleo houve aumento de 51,92% de branqueamento de corais, valor que antes era de 5% a 6% de nível anuais esperado. Há uma questão de desequilíbrio no ecossistema por alteração da cadeia trófica. O que gera preocupação porque o tempo de capacidade de recuperação é de mais de 20 anos.

O monitoramento está sendo feito a cada dois meses pelos próximos seis meses. Deveria ter sido feito mensalmente, mas por falta de recursos materiais não é possível.

Relatoria Mesa 4 - Impactos sobre o bioma marinho, biorremediação e disposição final do óleo

O foco desta mesa foi nas consequências do impacto do petróleo cru sobre os ecossistemas marinhos e litorâneos e sobre os processos de retirada e disposição desse petróleo. Foi formada por:

- Nelzair Vianna (Fiocruz Bahia) - Coordenação
- Antonio Firmo (Vigilância em Saúde Ambiental / Regional de Saúde de Ilhéus-SESAB)
- Gleidson Santana – Enfermeiro especialista de gestão em saúde SVS
- Edisiene de Souza Correia (Engenheira química – Professora UCSAL e CEMATEC)

Antonio Firmo - Vigilância em Saúde Ambiental / Regional de Saúde de Ilhéus-SESAB- Experiência da regional de saúde.

Reforçou a importância de valorização da construção do Seminário acontecer na Universidade tendo em vista a conjuntura que se coloca.

Discorreu sobre o desafio da intersetorialidade a partir da ocorrência de um desastre. Afirmou que é essencial aprender com as experiências. Citou o conceito de desastres. A partir de decreto 7.257, de 4 de agosto de 2010. Citou também a importância do Guia de Respostas do CEPEDES/ Fiocruz/RJ.

Descreveu as ações da vigilância em saúde ambiental. Explicou que os Núcleos Regionais de Saúde são responsáveis por coordenar as atividades da Secretaria de Estado da Saúde no âmbito regional e promover a articulação intersetorial, com os municípios e organismos da sociedade civil. São nove núcleos na Bahia. O NRS-Sul é responsável por 68 municípios.

Expôs as reuniões para implementação do COE Geral e COE Saúde nos Municípios litorâneos. Retomou a importância do diálogo e das orientações que foram dadas pela Secretaria de Vigilância em Saúde. Destacou também que teve reunião já agendada com municípios cancelada, pois o prefeito teve receio de chamar a atenção para o problema e comprometer o turismo.

Informou que o desastre fez com que fosse necessário trabalhar com diversos atores, como o Corpo de Bombeiros e citou que o IBAMA realizou muitas ações, continuando a trabalhar arduamente. A UESC também colaborou bastante. Destacou que foi essencial a participação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e pescadores.

Citou as ações em Ilhéus para estabelecimento de COE; em Itacaré para mobilização e esclarecimento, além de distribuição de cartazes; em Uruçuca / Serra Grande, com célula de captura de óleo (CCO) em Serra Grande. Informou que os EPIs foram distribuídos conforme necessidades: chapéu com protetor de nuca, óculos de proteção, luvas, botas, etc.

Por fim, apresentou as fichas de controle de pessoas com intoxicação por óleo durante o recolhimento de óleo. Concluiu chamando atenção para a importância do envolvimento dos profissionais da atenção básica para dialogar com a população.

Gleudson Santana – Enfermeiro especialista de gestão em saúde SVS – Experiência Municipal

Relatou a experiência de Ilhéus, localizada no Litoral Sul, com uma costa de 84 km, com turismo predominante e muita atividade de pesca. População estimada de 162.000, mas com população flutuante por conta do turismo. Demonstrou que geograficamente há comunicação com diversos rios.

Teve em média de 23 praias atingidas a partir de 20/10 – as primeiras manchas pesadas foram identificadas em 23/10 na praia de Sirihyba de acordo com o IBAMA.

Afirma que algumas ações do município foram antecipadas para preparação frente à chegada do petróleo pela noção do movimento das correntes.

Apresentou o fluxo de assistência hospitalar – a partir da chegada de pessoas que tiveram contato com manchas, apresentando sintomas leves, como cefaleia, náuseas, vômito, diarreia, foram realizadas notificações. Esses foram atendidos na UPA Conquista, PA Sul. Crianças com menos de 14 anos foram encaminhadas para o Hospital Vida Memorial. Sintomas graves outro hospital foi acionado.

Em 25/10/2019. Mancha chegou a Ilhéus. Notificado primeiro caso em 28/10/2019; Notificado segundo caso em 2/11 (voluntária de 45 anos). Foram feitos exames de acompanhamento.

Citou o caso de turista de MG que teve a exposição acompanhada, porém afirmou que o mesmo não tinha quadro característico. Houve notificação de mais dois casos nos dias 5 e 6/11. Ações mitigadoras foram realizadas. Citou a dificuldade de notificação, bem como a importância do planejamento de ações.

Expôs as imagens da inspeção no abrigo temporário para disposição dos resíduos. Relatou que houve capacitação de 400 pessoas, para que houvesse retirada de petróleo de maneira adequada pelo voluntariado, mas o número de indivíduos que trabalharam foi menor. Citou que Grupo “Gap” foi importante nesse processo na arrecadação de material de EPI e trabalho voluntário. Explicou que “Grupo Óleo na Praia” foi ótimo para monitoramento com implicação de diversos atores. Ressaltou que o trabalho de profissionais de limpeza também foi essencial, envolvendo Marinha, Bombeiros, Voluntários, além de outros agentes envolvidos.

Conclui chamando atenção para as estratégias de campo envolvendo ações educativas, bem como da importância dessas ações envolvendo Universidades, por serem instituições multiplicadoras.

Edisienne de Souza Correia (Engenheira química – Professora UCSAL e CEMATEC) – Disposição final de resíduos do óleo.

Iniciou chamando a atenção para Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, que determinou que até 02.08.2014 todos os lixões do país deveriam ser fechados. Porém, o projeto de lei nº2289/2015 flexibilizou o prazo.

Afirmou que o resíduo oleoso apresenta capacidade abrasiva.

Após a limpeza das praias, resíduos foram coletados, acondicionados, transportados e houve dificuldade em algumas cidades que não queriam assinar situação de emergência por medo de prejudicar turismo. Houve dificuldade em conseguir EPIs nesses locais.

Apresentou vídeo com resíduos esquecidos em alguns locais. Com questões de coleta que não foram bem estabelecidas. Explicou que parte do petróleo foi absorvido pela areia. Relatou sua experiência com petróleo e reafirmou que com a presença de quaisquer alterações em cheiro, coloração da água e petróleo difundido na areia pode-se considerar praia imprópria para banho. Afirmou que parte do petróleo foi enterrado, alojado em pedras ou camuflado em cascalho, coral e pedras. Explicou que há diversas formas de identificar essa contaminação e que há algumas formas de tirar esse petróleo, porém, algumas são mais caras.

Chamou atenção para a identificação de contaminação em diversas praias, mesmo após a limpeza e do quanto são impróprias.

Recomendou a utilização desse material a ser descartado em outras formas de reuso, como o aproveitamento térmico.

Explicou que os casos das praias contaminadas podem ser avaliados com base na Lista Holandesa que é o Guideline que apresenta os níveis de concentração que causam risco a saúde. É importante fazer acompanhamento de acordo com exposição tem também o REBECA que investiga superficial, detalhada sobre TIER. Explica que é engenheira química, deslocada que trabalha em área ambiental. A sua contribuição em fóruns como esse é trazer contribuições sobre o nível de impacto. Considerando a interdisciplinaridade para diálogo com os mais diversos atores. As demandas de saúde da população podem direcionar as práticas de pesquisa, além de identificar as questões e localizar os fatos.

Carlos Machado CEPEDES/Fiocruz - Fechamento do evento com levantamento de assuntos que foram debatidos ao longo do Seminário. Reforçou que o evento ajuda a organizar nosso pensamento, organização necessária para que possamos articular a complexidade dessa situação. Chamou atenção para a importância de articulação com SESAB e UFBA, além do Ministério da Saúde. Ressaltou que a Sala de Situação de Saúde da Fiocruz tem diversas frentes que estão cobrindo o desastre, além do Campus Virtual da Saúde que também poderá contribuir com formações e informações. Reforçou que esse evento também foi importante pela implicação da Fiocruz Bahia.

Citou o caráter da pesquisa que está sendo feito por Maria Cristina Mitsuko Peres, Leonardo de Freitas e o mesmo via CEPEDES para levantamento de ações das Secretarias Estaduais e Municipais, além de comunidades afetadas para avaliação das lições aprendidas com o derramamento de petróleo em todos os Estados atingidos. E que a pesquisa será útil no levantamento de informações para o próximo evento, que será o “Seminário Nacional sobre Lições Aprendidas no Desastre Envolvendo Derrame de Petróleo Cru e Cenários Futuros” (título provisório), a ser realizado também na Bahia, com a presença das Secretarias Estaduais de Saúde todos os Estados atingidos, além da participação de algumas Secretarias Municipais de Saúde, bem como representantes de comunidades expostas e atingidas pelo desastre.

Comprometeu-se enquanto Fiocruz na vocalização dessa tragédia humanitária e reforça a importância de organização de apoio a essas populações. Agradeceu o envolvimento de todos.

Conjunto de temas e questões levantadas após as mesas:

- Identificação de contaminação de água pra consumo humano. Há comunidades que estão utilizando a água que é captada de pequenos poços, e a água do mar invade essas pequenas fontes em algumas localidades.
- Existência de dados que demonstrem não só a quantidade, mas também a vulnerabilidade das populações de pescadores a partir de algum documento.
- Importância de considerar as características dos que vivem da pesca, considerando a divisão familiar no trabalho, a social do trabalho e o trabalho infantil. Nesse aspecto é importante o cadastramento das crianças para acompanhamento, pois trabalham na extração de mariscos, como forma de superar os déficits das estruturais sociais.
- Necessidade de acompanhamento de médio e longo prazo das vias de exposição alimentar, mas também psicossocial.
- Necessidade de considerar as pessoas que foram atingidas indiretamente nos cadastramentos e monitoramentos, pois mesmas comunidades que não foram diretamente atingidas pelo derrame de petróleo encontram as mesmas dificuldades para comercializar seu pescado e sofrem também impactos do desastre.
- Necessidade de definir quem deverá ser acompanhado nos aspectos de saúde e por quanto tempo.



- Foram expostos diferentes tipos de pessoas e por diferentes modos, como voluntários, pescadores, trabalhadores da limpeza pública e comunidades, que precisam ser monitorados, bem como definir o quantitativo para acompanhamento, pois isso envolverá recursos financeiros e capacidades de coleta e processamento de amostras para atender os diferentes segmentos das populações. Os cadastros podem constituir as bases de uma estratégia amostral para a avaliação.
- Ao mesmo tempo importante considerar que houve contaminação de diversas pessoas que não tiveram nenhum tipo de cadastramento e recusaram o cadastramento por muitas situações específicas. Os cadastros, ao mesmo tempo que são importantes, podem estar longe de refletir a realidade em algumas localidades atingidas, de modo que se deve ter ações e estratégias ativas de educação em saúde e comunicação para a população sobre a exposição e riscos.
- Para além dos impactos na vida marinha, como corais, importante considerar que o beneficiamento de mariscos também gera exposição por contato dérmico e, por conseguinte, riscos à saúde.
- Necessidade de integrar os diferentes tipos de cadastramentos que estão sendo realizados, pois não há ainda integração e os números apresentados são diferentes (citado como exemplo o cadastro que está sendo realizado pela Bahia Pesca). A situação dos diferentes tipos de cadastros foi apresentada para o caso dos pescadores, já que na atualidade muitos não tem RGP por conta do governo, que desde 2012 não cadastra mais e não emite carteiras.
- Importância de compreender que o desastre continua enquanto não tiver total recuperação das condições de vida e trabalho da população, principalmente dos pescadores, que devem ter o direito de voltar a pescar e comercializar sem medo.
- Necessidade de uma estimativa do dano causado aos pescadores em números.
- Necessidade de estabelecer com clareza por quanto tempo deve ser realizado o monitoramento dos pescados para que as recomendações sejam qualificadas também na vigilância e atenção em saúde.
- Importante considerar que para além das ações de atenção e vigilância em saúde no curto prazo, muitas vezes em função de sinais e sintomas, deve-se considerar as dificuldades para manutenção dessas ações no médio e longo prazo, ainda



mais quando sinais e sintomas não estiverem tão presentes, ainda que a contaminação tenha ocorrido.

- Necessidade de se ter clareza e transparência sobre as amostras dos pescados que estão sendo avaliados (tipos e localidades de coleta).
- Necessidade de informações mais claras sobre não haver limitação a comercialização dos pescados e mariscos.
- Necessidade de informações mais claras sobre restrição ao consumo dos pescados e mariscos.
- A situação atual constitui uma ameaça à segurança alimentar que deve ser considerada, principalmente nas áreas dos manguezais e estuários atingidos pelo derrame de petróleo cru. Em algumas dessas áreas, pessoas estão passando por situação de fome sem se comunicar por vergonha, de modo que muitos estão voltando a comer peixe e marisco contaminado porque é o que tem. Isso é agravado também pelas dificuldades do acesso ao defeso que não veio nos anos anteriores e que até o momento não havia saído.
- Se as substâncias envolvidas são comprovadamente carcinogênicas, importante ter definido a estratégia de monitoramento e simultaneamente considerar que esse processo resultará em impactos negativos na vida das pessoas expostas e afetadas, devendo-se ter planos e estratégias de como comunicar os riscos e dialogar com essas comunidades.
- Importância da formulação de uma Política focada na Saúde do Pescador Artesanal, além de articulação com a Atenção Básica em Saúde que tem um papel fundamental por conta da sua capilaridade.
 - Na Atenção Básica em Saúde, os Agentes Comunitários de Saúde possuem um papel fundamental, mas já se encontram sobrecarregados com suas atividades, de modo que esse processo de respostas na atenção em saúde deve ser bem formulado e implementado.
- Necessidades de protocolos para serem seguidos pelas Secretarias Municipais de Saúde para o atendimento dos casos que chegam aos estabelecimentos de saúde e vigilância da saúde.
- Importância de considerar que os casos que chegam aos estabelecimentos de saúde por demanda espontânea não representam todo o universo de expostos e afetados, de modo que os casos que chegam aos serviços de saúde são

importantes como como sentinelas, exigindo uma estratégia de vigilância em saúde mais pró-ativa.

- Para o petróleo derramado, que é mais denso, existem barreiras mais adequadas na Venezuela e nos Emirados Árabes. Não houve vontade e disponibilidade de recursos para resolução do problema utilizando-se barreiras mais adequadas ao tipo de petróleo envolvido.
- Necessidade de reparação financeira das comunidades atingidas pelo derrame de petróleo cru.
- Importância de considerar a paralisação da exploração do Pré-sal enquanto não se tem capacidade de resposta aos desastres envolvendo o derrame do petróleo cru, como ficou exemplificado nesse desastre que deve ser tomado como lição para os processos de preparação e respostas evitando os mesmos erros cometidos.
- Importância de considerar a partir desse desastre e de outros em que não há empresas localizadas e que assumam as responsabilidades de arcar com os custos de respostas, reparação e recuperação, a exemplo do que ocorre nos EUA com Disaster Relief Fund. Esse fundo pode ser obtido a partir de impostos específicos para desastres para as empresas que operam na extração, transporte, armazenamento e comercialização de petróleo e seus derivados.
- O impacto social e econômico, além de ambiental e sanitário, produziu uma situação crítica de tragédia humanitária para os pescadores artesanais, tornando urgente a disponibilização imediata de cestas básicas e recursos financeiros para essas populações que estão completamente vulnerabilizadas em função do desastre.
- Apontada a necessidade de atualizar o marco regulatório de emergências em saúde que precisa ser revisado, sendo a situação do desastre provocado por derramamento de petróleo essencial para isso.

Produção: Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde / FIOCRUZ

Elaboração: **Maria Cristina Mitsuko Peres**

Revisão: **Leonardo Esteves de Freitas**



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde
CEPEDES/ENSP/FIOCRUZ

Coordenação: **Carlos Machado de Freitas**

Colaboração: **Andréa Araújo de Vasconcelos** (*VPAAPS/Fiocruz*) e **Márcia da Silva Pereira** (*VPAAPS/Fiocruz*)